



Clipping Nacional

de

EDUCAÇÃO

Brasília, 07 de Outubro de 2019

EDUCAÇÃO

SELVA DE AULA

A vida real da ‘zebra gorda’ na universidade

BRUNO ALFANO
bruno.alfano@extra.inf.br

Paulo Gomes, de 55 anos, é na avaliação do ministro da Educação, uma “zebra gorda”: professor universitário federal que ganha entre R\$ 15 mil e R\$ 20 mil, sinônimo para a elite docente no dicionário de Abraham Weintraub.

Há 22 anos ensinando engenharia de produção na Faculdade de Tecnologia da UnB (Universidade de Brasília), com doutorado e dedicação exclusiva, Paulo dá 14 horas de aulas semanais na graduação, divididas em seis turmas que somam 410 alunos.

Separa quatro horas por semana para atender orientandos e outras 16 para projetos de extensão e pesquisa, além de se desdobrar em funções administrativas. Somadas, as 40 horas contratadas são escassas para tanto trabalho.

— Preparo as aulas no período das férias escolares, entre os semestres letivos — diz.

Os salários dos professores universitários foram tratados diretamente por Weintraub em evento realizado há duas semanas em São Paulo. Para uma plateia de dirigentes de instituições privadas de ensi-

no superior, ele afirmou que, para recompor o orçamento do Ministério da Educação (MEC), iria “atrás da zebra gorda, que é o professor de uma federal, com dedicação exclusiva, que dá oito horas de aulas por semana e ganha de R\$ 15 mil a R\$ 20 mil por mês”.

MAIS QUALIFICAÇÃO

Procurado, o MEC não se manifestou sobre o tema e não respondeu quantos profissionais estão nesse patamar — pediu para que O GLOBO procurasse cada universidade.

Na Unifesp, onde Weintraub dava aula até assumir a Educação, somente um terço dos professores recebe a partir de R\$ 15 mil — de acordo com dados da folha de pagamento de agosto de 2019, publicados após pedido via Lei de Acesso à Informação. O mais alto chega a R\$ 30 mil.

Nos últimos dez anos, devido às políticas traçadas pelo MEC, o Brasil viveu uma ex-

pansão do ensino superior aliada à qualificação dos docentes, e a combinação desses fatores levou a um aumento de 77% na folha de pagamento de pessoal do ministério.

O número de alunos da rede federal cresceu 52% no mesmo período, o de professores de ensino superior da rede pública subiu 55% e o de docentes com doutorado, 125%.

— O problema fiscal do Brasil não é por conta dos salários. O que causou impacto na folha de pagamento foi o crescimento do número de federais. Aí o país deveria ter sido mais cauteloso — aponta Cláudia Costin, diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais, da FGV.

Sem cargos de comissão ou bolsas de pesquisa, apenas professores com doutorado, dedicação exclusiva e 16 anos de carreira conseguem chegar ao patamar salarial mais alto na Educação pública superior. Ou seja, são pelo menos 27





O TOPO DA CARREIRA DOCENTE NO MEC

O piso e o teto* médio dos salários, em R\$



*O profissional ainda pode receber valores de bolsas e cargos comissionados dentro da universidade

anos de qualificação, somando o tempo na graduação, no mestrado e no doutorado.

— Se os salários não forem atrativos, as universidades não conseguirão bons professores. Estamos falando de profissionais altamente qualificados para os quais o mercado oferece postos bem remunerados — argumenta Paulo Gomes.

Na UFRJ, 49% dos professores chegaram ao teto salarial. Lá, 52% dos professores têm mais de 51 anos. A reitora da universidade, Denise Carvalho, afirma que a remuneração brasileira não se compara à de outros países.

— Um professor que ganha menos nos EUA, em universidades que não são de ponta, ganha US\$ 80 mil por ano na área de Ciências Humanas e Sociais. Mesmo os que ganham R\$ 20 mil mensais no Brasil não chegam a esse patamar anual — diz a reitora. — O salário (dos docentes da UFRJ) é acima da média dos

trabalhadores no país, mas a qualificação deles é muito acima da média nacional.

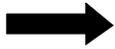
TRABALHO EXTRA

Márcio Markendof, de 38 anos, é doutor com dedicação exclusiva na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Com sete anos de casa, ainda não está no patamar salarial criticado por Weintraub. Das 40 horas semanais de atividades, dá um mínimo de oito horas de aulas. O restante é dividido entre pesquisa, projetos de extensão e funções administrativas, como a participação em comitês.

— Assumi nesse semestre a coordenação de pós-graduação em Literatura. Vou ter mais trabalho sem ganhar nada por isso, pois não recebemos por orientação.

Seu salário pode passar do teto de R\$ 20,5 mil com atividades como obtenção de bolsa de pesquisa, sempre aprovados pela universidade.



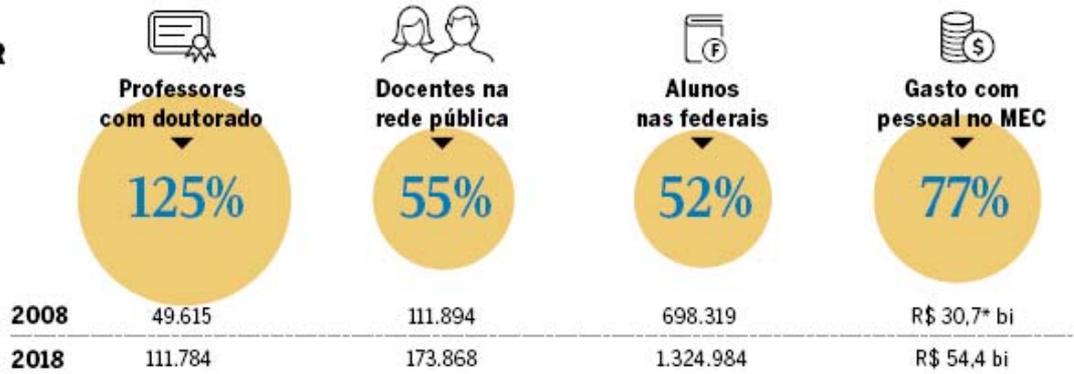


Qualificação. UFRJ tem 49% dos professores com salários acima de R\$ 15 mil: eles têm pelo menos 11 anos de formação e mais 16 de atuação como docentes

EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR

Varição entre 2008 para 2018

Fonte: Relatório da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara Federal e Censo de Educação Superior *Valor atualizado pelo IPCA
Editoria de Arte





Magistério superior federal tem seis tipos de cargo

- > Existem seis cargos na carreira do magistério superior federal, com diferentes classes, denominações e níveis.
- > Um professor titular com doutorado e dedicação exclusiva pode ter uma remuneração de até R\$ 19.985, sem incluir gratificações por ocupar cargos na estrutura acadêmica.
- > Já a remuneração de um professor associado com as mesmas características (título de doutor e dedicação exclusiva) varia de R\$ 16.199 a R\$ 18.152. E a remuneração de um professor adjunto nessa situação vai de R\$ 11.561 a R\$ 12.893.
- > Sem dedicação exclusiva, o salário é reduzido. Um professor com carga horária de 40 horas, titular e com doutorado, tem como remuneração bruta R\$ 11.201. Enquanto para um adjunto com essas características o salário-base pode chegar a R\$ 10.205. Para um contrato de 20 horas de professor titular com doutorado, a remuneração bruta é de R\$ 6.874.
- > A remuneração média de um professor federal foi de R\$ 11.109 em junho de 2018, de acordo com os dados do Ministério da Economia. No mesmo mês, as carreiras jurídicas do Poder Executivo federal receberam, em média, R\$ 24.025 — a mais alta remuneração média entre as categorias que mais pesam no Orçamento da União.
- > A carreira de docente aparece em relatório da área econômica como a que provoca maior impacto nos gastos públicos. Isso se dá menos pelo valor do salário e mais pela quantidade de servidores federais dessa categoria — 146 mil pessoas. *(Manoel Ventura, de Brasília)*

ANTÔNIO
GOIS

sociedade@oglobo.com.br



Mais aprendizagem, menos desigualdade

Entre 2007 e 2017, ao menos no primeiro ciclo do ensino fundamental, o país registrou um avanço significativo, ainda que insuficiente, na aprendizagem dos alunos. Só que esse movimento ocorreu puxado principalmente pelas crianças de maior nível socioeconômico, o que fez aumentar a distância desses para os filhos de pais mais pobres e menos escolarizados.

Essa constatação pode gerar um entendimento equivocado de que uma maneira aceitável de elevar nossos indicadores educacionais é principalmente dando mais oportunidades àqueles que estão em melhores condições de aproveitá-las, na esperança de que esses puxem a média de todos para cima, compensando o mau desempenho dos demais. Além do dilema ético de agravar disparidades num país já tão desigual, a estratégia é também pouco eficaz, como demonstra uma análise feita por Erica Castilho Rodrigues (Universidade Federal de Ouro Preto), José Francisco Soares (UFMG) e Mauricio Emica (Unicamp).

Os pesquisadores fazem parte de um grupo que acaba de lançar um indicador educacional feito justamente para medir desigualdades de aprendizagem no país, o IDeA (<http://www.portalidea.org.br>). Ele foi calculado a partir dos resultados de alunos na Prova Brasil (exame oficial do MEC), e revelou que menos de 1% dos municípios brasileiros conseguem aliar alto desempenho em Português e Matemática com equidade de resultados no ensino fundamental.





Na análise feita pelos três pesquisadores, buscou-se identificar qual a característica que mais diferenciava redes municipais de alto e baixo desempenho na média. A conclusão foi que as melhores redes se destacam não pelo fato de terem um maior número de alunos nos níveis mais altos de proficiência. O que faz essas cidades terem melhores resultados é o fato de conseguirem diminuir a proporção de estudantes nos níveis mais baixos de aprendizagem, em que há maior concentração de estudantes negros e de menor nível socioeconômico.

“Boas políticas públicas só produzirão efeitos positivos, tanto para elevar o nível de aprendizagem como para reduzir as desigualdades, se forem desenhadas com dois objetivos: em primeiro lugar, buscando elevar os níveis mínimos de aprendizagem obtidos pelos estudantes, reduzindo drasticamente a concentração daqueles que obtêm proficiência abaixo do básico; em segundo lugar, assegurando que essa melhoria beneficie todos os grupos sociais, o que só será alcançado se houver estratégias específicas

para os grupos que hoje estão mais expostos ao risco da baixa aprendizagem: os de nível socioeconômico mais baixo e os negros”, afirmam os pesquisadores.

A desigualdade pode cair no pior dos mundos: em que todos perdem, só que com prejuízos maiores para quem estava melhor. Na economia, essa é uma situação que já ocorreu em tempos de crise, e não há nada a comemorar. Pode também ser reduzida num cenário em que grupos mais vulneráveis registram avanços, ao passo que os demais ficam estagnados ou retrocedem. Em educação, também não é o cenário ideal.

A meta a ser perseguida num país tão desigual quanto o Brasil é ver todas as crianças avançando sem prejuízos em sua aprendizagem, com redução das desigualdades, por meio de políticas que priorizem os que mais precisam. É um desafio e tanto, mas, se queremos realmente valorizar o mérito e avançar no sistema como um todo, é preciso corrigir distorções causadas menos pelo esforço ou talento pessoal, e mais pela falta de igualdade de oportunidades.

Projeto gera emprego com pequenos reparos

Em parceria com o Sebrae, o GDF cria programa que facilita contratação de mão de obra para pequenos serviços nas escolas da rede pública de ensino. De eletricitistas a pintores, as diárias variam de R\$ 93,64 a R\$ 206,44. Credenciamento começa dia 30

BRUNA LIMA



Oferecer oportunidade de trabalho e manter a estrutura física das escolas em bom estado. Esse é o objetivo do Projeto Pequenos Reparos, que, após passar por fase de teste, será ampliado para as quase 800 instituições de ensino da rede pública do Distrito Federal. Eletricistas, bombeiros hidráulico, pintores, pedreiros, chaveiros, jardineiros, serralheiros, técnicos em informática e técnicos em eletroeletrônicos podem se credenciar a partir do dia 30.

Para se inscrever, o interessado precisa ter a formalização de microempreendedor (MEI), documento que pode ser emitido de graça pela internet no Portal do Empreendedor ou presencialmente, em uma das agências de

atendimento do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no DF (Sebrae/DF). O credenciamento poderá ser feito no Simplifica PJ, em Taguatinga, nas Salas do Empreendedor de cada uma das administrações regionais ou na Agência do Trabalhador mais próxima. Além do MEI, os interessados precisam apresentar cópia de identidade, certidões negativas e comprovante de qualificação.



A iniciativa da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), em parceria com a Secretaria de Educação e o Sebrae, é uma forma de facilitar a inserção de microempreendedores individuais nas demandas de contratação e serviços do governo local, além de suprir a carência e dar celeridade a manutenções em pequenas escalas nos centros de ensino. O projeto ainda busca valorizar o comércio da região, já que exige que as compras dos materiais necessários sejam feitas em estabelecimentos locais.

O subsecretário de Relação com o Setor Produtivo da SDE, Márcio

Faria, avalia que o projeto gera renda e integração. “Esse programa vem para ajudar pessoas que, mesmo capacitadas, não encontram atividade econômica. É um movimento que privilegia o trabalhador e o comércio local, em que um pai pode ajudar nos reparos da escola do próprio filho. Além de fazer girar a renda e a economia da região, fortalece o senso de cooperação e integração comunitária.”



Trabalhador autônomo desde 2014, Lusimar de Castro, 42 anos, conta com a oferta de serviços e bicos para sustentar os dois filhos, com a ajuda da esposa, que é recepcionista. “Tem muita gente parada, que é experiente, mas não surge oportunidade. Quando se é autônomo, a gente vive de oportunidade para conseguir colocar comida dentro de casa”. Ele atua como bombeiro hidráulico, eletricista, pedreiro, serralheiro e pintor e conta que busca constantes capacitações para abrir o leque de possibilidades. “A gente tem que fazer de tudo um pouco para sobreviver”, diz.





A expansão do projeto é vista como algo necessário para Lusimar. “Agora, vou poder trabalhar nas áreas próximas de onde moro, assim como os outros que vão se inscrever. Existem milhares de pessoas esperando por um trabalho e escolas que precisam do nosso serviço”. Ele foi um dos 287 microempreendedores cadastrados no projeto-piloto, que atendeu às 27 unidades de ensino de São Sebastião.

Fase de teste

Antes de ser introduzido em todo o Distrito Federal, o Projeto Pequenos Reparos passou por uma fase de teste, no fim de 2018. Em dois meses, a regional de ensino de São Sebastião destinou às manutenções e aos consertos nos colégios R\$ 475 mil para a compra de materiais e outros R\$ 180 mil, para as contratações. A verba fazia parte do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF) — instituído por lei em 2017 para gerar autonomia financeira nas unidades escolares e coordenações regionais de ensino (CREs).

O Centro Educacional São Francisco foi um dos atendidos pela ação piloto e recebeu quatro reparos. A normatização do programa é vista de maneira positiva pelo diretor da instituição, Carlos Franco. “O edital é uma forma de institucionalizar, orientar sobre compras e contratos, e isso é importante. Também serve como um mecanismo que ajuda a

equalizar distorções entre as unidades, desde que a norma não engesse as outras áreas de investimento”, pondera.



Pequenas reparações sem licitação poderão ser realizadas em escolas, como o Centro Educacional São Francisco em São Sebastião

Com o PDAF, as direções dos colégios já conseguiam fazer compras e contratações de forma simplificada, mas cabia a cada unidade selecionar os profissionais e se certificar de que todas as exigências cadastrais estavam em dia. Com a medida, a responsabilidade foi atribuída à Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

“Além do benefício aos microempreendedores, o projeto auxilia os gestores das escolas a resolverem de maneira objetiva e célere todas as necessidades de reparo. Como houve um retorno muito positivo em relação às demandas de São Sebastião, o governo agora implementa nas demais regionais”, afirma a subsecretária de Infraestrutura e Apoio Educacional da Secretaria de Educação, Juliana Sousa.

Como vai funcionar

Com a regulamentação do Projeto Pequenos Reparos, cabe à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) estruturar os cadastros únicos em um banco de dados. A prestação dos serviços funcionará por meio de rodízio a partir da demanda enviada pelas regionais de ensino. Para cada necessidade de reparo, três microempreendedores apresentam orçamento e o diretor de cada unidade escolhe uma das propostas. Os outros voltam para o topo da fila.

O programa pagará valores de mercado e as diárias, definidas pela Companhia de Planejamento do DF (Codeplan), variam de R\$ 93,6 a R\$ 206,44 (veja quadro). O valor máximo para cada pequena obra será de R\$ 8 mil, limite previsto na lei de licitações. Quando o orçamento do reparo superar esse teto, a obra poderá ser feita por etapas e por várias equipes diferentes. Por ano, cada profissional pode faturar, no máximo, R\$ 81 mil. Até o fim do ano, o programa pode

destinar R\$ 30 milhões para os pequenos reparos.

A compra dos materiais deve priorizar a oferta disponível na localidade e é feita pelas regionais de ensino. O contratado deve levar os equipamentos e os materiais de segurança exigidos no edital. O pagamento dos serviços é feito mediante apresentação de nota fiscal e é à vista, com prazo de cinco dias úteis após a entrega.

A avaliação do trabalho será feita pela unidade que solicitou o profissional. Para retornar ao rodízio, o trabalhador precisará atingir nota superior ou igual a 80 pontos. Quem não conseguir será indicado para curso de capacitação técnica, oferecido pelo Sebrae. Uma auditoria da SDE também atuará em casos de denúncia e insatisfação. Todas as especificações e exigências estão detalhadas no edital de chamamento público 2/2019 da SDE, disponível no site da pasta.

Investimentos em melhorias

SERVIÇOS VALOR DA DIÁRIA (em R\$)

Bombeiro Hidráulico 93,64

Chaveiro 98,18

Eletricista 143,88

Jardineiro 99,80

Pedreiro 106,36

Pintor 121,84

Serralheiro 152,68

Técnico em eletroeletrônicos 163,81

Técnico em informática 206,44

Valor máximo por serviço 8 mil

Valor máximo anual por microempreendedor 81 mil



RANKING UNIVERSITÁRIO
2019
RUF
★★★
FOLHA

FOLHA DE S. PAULO
SEGUNDA-FEIRA, 7 DE OUTUBRO DE 2019 1

O estado do direito

Recordistas nacionais em número de matriculados, cursos de advocacia proliferam no país, onde a oferta já é maior que a da China, dos EUA e da Europa juntos. Só 6% das faculdades, porém, conseguem aprovar mais da metade dos alunos no exame da Ordem dos Advogados do Brasil *Págs. 10 e 12*

Arcadas do pátio interno da Faculdade de Direito da USP, no Largo São Francisco Edição: Knappe/FolhaSP

USP e Unicamp derrubam federais e lideram ensino superior *Pág. 2*





Ponto de ônibus diante da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, em São Paulo Gabriel Cabral/FotoPress

USP e Unicamp desbancam federais e dividem topo do RUF pela primeira vez

UFRJ e UFMG caem, enquanto a estadual de Campinas vai da 4ª para a 2ª posição

SÃO PAULO Pela primeira vez desde a criação do RUF (Ranking Universitário da Folha), em 2012, duas universidades estaduais paulistas estão no topo da lista de melhores escolas do país.

A Universidade de São Paulo (USP) é a melhor universidade brasileira no RUF 2019, seguida pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) — que avançou duas

casas em relação ao ranking

do ano passado. Em terceiro lugar vem a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com 0,09 ponto a menos que a Unicamp.

As edições anteriores do RUF alternavam no topo a USP e as universidades federais de Minas e do Rio. Nos rankings de 2016 e 2017, a UFRJ desbancou a estadual paulista e ficou em primeiro lugar.

Neste ano, foram avaliadas todas as universidades ativas

do país, um total de 197 instituições públicas e privadas.

As melhores universidades brasileiras seguem concentradas nas regiões Sudeste e Sul do país. Fora dessa área, o destaque é a Universidade de Brasília (UnB), em 9º lugar.

Mais da metade das 63 federais está entre as 50 melhores escolas no RUF. Isso inclui as que têm sofrido com cortes recentes de recursos públicos, caso da federal de Per-

nambuco, líder no Nordeste e a 10ª melhor do país.

Já a melhor instituição privada, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), figura em 18º lugar, seguida pela PUC Rio.

As universidades católicas também têm a melhor avaliação, dentre as privadas, em pesquisa científica — um dos critérios do ranking.

O RUF também traz a classificação de universidades, cen-

tros universitários e faculdades nas 40 carreiras com mais ingressantes do país.

A avaliação deste ano mostra uma mudança no padrão de procura pelo ensino superior. Pela primeira vez, dois cursos importantes de graduação em humanas — ciências sociais e filosofia — ficaram de fora diante da queda no número de novos alunos.

A quantidade de ingressantes em ciências sociais passou de 9.826 no RUF de 2014 para 5.169 neste ano — uma redução de 47%. Já em filosofia, o número de calouros caiu 20% no mesmo período, de 6.469 para 5.174.

Quem ocupou o lugar destas duas carreiras foram os cursos de moda e de zootecnia, este último um estreante no ranking.

Em moda, a Anhembi Morumbi oferece o melhor curso do país. Já em zootecnia quem lidera é a USP, que oferece o curso em Pirassununga, a cerca de 200 km da capital.

O direito, recordista nacional em ingressantes desde o RUF 2016, ganha uma avaliação especial nesta edição. A aprovação no exame da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) passa a entrar na análise dos cursos oferecidos em 923 instituições.

Neste quesito, a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) é quem lidera. A instituição oferece o curso de direito em Franca, que fica a cerca de 350 km de São Paulo.

Também no topo estão as federais de Pernambuco e de Viçosa (MG). A instituição privada mais bem colocada neste item é a Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas do Rio (FGV Rio).

Os dados inéditos do RUF mostram ainda que apenas 6% das instituições que oferecem direito no país têm mais de 50% de aprovação na OAB (foram considerados os exames de 2015, 2016 e 2017).

Sabine Righetti





Carlos Henrique de Brito Cruz, diretor científico da Fapesp

Veja o que muda na metodologia desta avaliação de ensino

Direito, curso mais procurado nas universidades do país, passa a ser analisado também pela prova da OAB



Francisco Soares, ex-presidente do Inep-MEC e professor da UFMG

SÃO PAULO A oitava edição do RUF (Ranking Universitário Folha) traz uma avaliação inédita de todas as 197 universidades ativas brasileiras (públicas e privadas) e dos cursos oferecidos nas 40 carreiras de maior demanda nacional, como medicina e direito.

As universidades são avaliadas a partir de cinco indicadores: qualidade do ensino, pesquisa científica, avaliação do mercado de trabalho, inovação e internacionalização.

Aqui, são considerados vários critérios. Em pesquisa científica, por exemplo, entram na conta tanto a quantidade de estudos por docente quanto o número de citações desses trabalhos em outros artigos acadêmicos.

Já em inovação, o número total de pedidos de patentes e a porcentagem de estudos em parceria com empresas fazem parte do cálculo.

Os dados são levantados diretamente pela Folha em bases de periódicos científicos nacionais e internacionais, no governo (Inpi e Inep-MEC) e em agências federais e estaduais de fomento à ciência.

Seguindo tendência global, o RUF também compila a opinião de empregadores e de docentes do ensino superior sobre as universidades do país. Isso é feito pelo Datafolha.

Até o ano passado, a pesquisa de opinião com professores era feita com os "avaliadores

do MEC" — docentes credenciados pelo governo para avaliação oficial de instituições de ensino superior.

A lista atualizada, no entanto, deixou de ser fornecida pelo MEC à Folha. Assim, os entrevistados deste ano são avaliadores e ex-avaliadores do MEC, em uma amostra desenhada pela equipe do RUF.

A construção de uma base própria de professores a serem entrevistados foi uma das sugestões do Conselho Consultivo do RUF, composto por oito especialistas em ensino superior e em avaliação (veja os nomes nesta página). O grupo se debruça sobre o RUF desde o ano passado.

Há outra novidade metodológica: o curso de direito, recordista nacional em alunos, agora tem avaliação própria.

No RUF, os cursos de graduação são avaliados a partir de critérios de mercado e de ensino — como qualificação do corpo docente e nota no Enade (exame oficial do MEC).

Em direito, também entra na conta a porcentagem de aprovados em relação aos que fizeram os exames da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) de 2015, 2016 e 2017.

O RUF ainda não consegue analisar dados de evasão e de empregabilidade dos formados. A expectativa é que essa lacuna seja suprida nos próximos anos.

Sabine Righetti



Ronaldo Mota, membro da Academia Brasileira de Educação e ex-chanceler do Grupo Estácio



Helena Sampaio, especialista da Unicamp em ensino privado

Como é feito o ranking de universidades

Todas as **197 universidades** do país são analisadas

Composição da avaliação e componentes do RUF



Pesquisa
42% do total
nove componentes:

- **Total de publicações 7%**
Artigos científicos publicados pela universidade
- **Total de citações 7%**
Relevância de trabalhos científicos a partir do total de citações recebidas
- **Citações por publicação 4%**
Média de citações para cada artigo científico da universidade
- **Publicações por docente 7%**
Média de artigos científicos por professor
- **Citações por docente 7%**
Média de citações por professor
- **Publicações em revistas nacionais 3%**
Artigos científicos em revistas brasileiras
- **Recursos recebidos por instituição 3%**
Valor médio de recursos obtidos por docente
- **Bolsistas CNPq 2%**
Percentual de professores da universidade considerados produtivos pelo CNPq
- **Teses 2%**
Número de teses defendidas por docente

Bases: Web of Science (de 2012 a 2016 para publicações e 2017 para citações), Capes, CNPq e agências federais de fomento (2017), SciELO (de 2012 a 2016)



Inovação
4% do total
dois componentes:

- **Patentes 2%**
Número de patentes pedidas pela universidade
- **Parceria com empresas 2%**
Quantidade de estudos da universidade em parceria com o setor produtivo

Bases: Fontes: Web of Science (2012 a 2016) e INPI (2008-2017)



Ensino
32% do total
quatro componentes:

- **Opinião de docentes do ensino superior 20%**
Pesquisa feita pelo Datafolha com professores distribuídos pelo país
- **Formação dos docentes 4%**
Percentual de professores com doutorado ou mestrado
- **Regime de trabalho dos docentes 4%**
Percentual de docentes em regime de dedicação integral ou parcial
- **Nota no Enade 4%**
Leva em conta a nota média da universidade no Enade

Bases: pesquisa Datafolha (2017, 2018 e 2019), Enade (2015, 2016 e 2017), Censo (2017)



Mercado
18% do total
um componente:

- **Considera a opinião de empregadores sobre preferências de contratação**

Base: pesquisa Datafolha (2017, 2018 e 2019)



Internacionalização
4% do total
dois componentes:

- **Citações internacionais por docente 2%**
Média de citações internacionais pelos trabalhos dos docentes
- **Publicações em coautoria internacional 2%**
Percentual de publicações em parceria com pesquisadores estrangeiros

Bases: Web of Science (de 2012 a 2016 para publicações e 2017 para citações)



Guilherme Ary Pionki, professor-titular da FEA-USP



Adolfo Garcia Calderón, docente da Puccamp e especialista em rankings



Klaus Capelle, docente e ex-reitor da UFABC



Sabine Righetti, especialista em rankings e organizadora do RUF



Tecnologia auxilia formação de profissionais diversos

No Instituto Mauá de Tecnologia, áreas de engenharia, administração e design conversam entre si

A tecnologia não como um fim em si, mas como um agente facilitador da construção do conhecimento e da atitude.

É com essa mentalidade que os professores do Instituto Mauá de Tecnologia formam alunos em nove áreas da engenharia, além de administração e design. As novas ferramentas digitais devem ser encaradas não como um opositor ao meio analógico, mas como um complemento na formação do saber.

O professor José Carlos de Souza Junior, reitor do Centro Universitário do Instituto Mauá de Tecnologia, usa a alfaiataria como exemplo. "Antigamente, a pessoa ia a um alfaiate, ele tirava as medidas e, depois de dias, produzia a roupa sob medida. Com a revolução industrial, surgiram máquinas que produziam roupas não sob medida, mas com tamanho padronizado: 38, 40, 42 etc. Trouxe escala e eficiência."

O professor continua: "A tecnologia avançou tanto que conseguiu transcender essa questão. Hoje, com o avanço digital, conseguimos fazer uma roupa sob medida rapidamente e com ótima qualidade. É a união do mundo analógico com o digital. E é nisso que acreditamos."

O ser humano, afinal de contas, é analógico. Mas podemos utilizar os avanços tecnológicos para alcançar a eficiência e uma melhor experiência como usuários. É por essa razão que o Instituto Mauá de Tecnologia, afir-



Aula no Instituto Mauá de Tecnologia

ma José Carlos, abre espaço não apenas para cursos de engenharia mas também para a administração e o design. É uma necessidade da sociedade contemporânea.

"Temos de nos apoiar no tripé de inovação", diz o reitor. "O primeiro é a solução técnica de um problema, o que é muito forte na engenharia. O segundo é a viabilidade, o modelo de negócio, e isso é reforçado na administração. O terceiro é a experiência entregue ao usuário, que temos muito presente no design."

A união de engenharia, administração de empresas e design forma um engenheiro melhor, um administrador melhor e um designer melhor.

"O engenheiro que só pensa

em tecnologia, o administrador que só foca em aspectos financeiros ou o designer que só se preocupa com a beleza da forma nunca vai chegar a uma solução que seja completa para a sociedade. É preciso haver convergência e equilíbrio entre essas três abordagens", afirma José Carlos.

O Instituto Mauá de Tecnologia incentiva o intercâmbio de conhecimento e de experiências entre os alunos das três áreas. Por meio da Internet das Coisas, por exemplo, a instituição cobre todo o campus com sensores que colhem inúmeros dados, processam esses dados e geram informações que agregam valor. "O aluno da engenharia civil tem acesso a dados para monitorar, por exemplo,

os esforços em uma viga de sustentação de modo a verificar seu comportamento."

Segundo o reitor, as instituições de ensino atuais enfrentam dois desafios para melhorar a qualidade dos profissionais que formam. "Elas devem se preocupar em criar cursos que conversem entre si, em que alunos de diversos cursos compartilhem experiências. Além disso, têm de entender que só conhecimento já não é suficiente. Temos de auxiliar também na formação socioemocional do estudante. Porque não adianta formar um bambuzão da engenharia se ele tem dificuldade de trabalhar em grupo, ou de apresentar suas ideias para os colegas."



Ranking geral das universidades

PÚBLICAS

2019	Nome	UF Sede	Posição geral	Nota total
1	Univ. de São Paulo (USP)	SP	1	98,02
2	Univ. Estadual de Campinas (Unicamp)	SP	2	97,09
3	Univ. Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	RJ	3	97,00
4	Univ. Federal de Minas Gerais (UFMG)	MG	4	96,72
5	Univ. Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	RS	5	95,68
6	Univ. Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp)	SP	6	92,67
7	Univ. Federal de Santa Catarina (UFSC)	SC	7	92,58
8	Univ. Federal do Paraná (UFPR)	PR	8	92,02
9	Univ. de Brasília (UNB)	DF	9	91,21
10	Univ. Federal de Pernambuco (UFPE)	PE	10	89,77
11	Univ. Federal do Ceará (UFC)	CE	11	89,47
12	Univ. Federal de São Carlos (UFSCAR)	SP	12	89,15
13	Univ. do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	RJ	13	87,81
14	Univ. Federal da Bahia (UFBA)	BA	14	86,95
15	Univ. Federal de Viçosa (UFV)	MG	15	86,84
16	Univ. Federal de São Paulo (Unifesp)	SP	16	86,73
17	Univ. Federal Fluminense (UFF)	RJ	17	86,66
18	Univ. Federal de Goiás (UFG)	GO	20	83,58
19	Univ. Federal de Santa Maria (UFSM)	RS	21	83,16
20	Univ. Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	RN	22	82,57
21	Univ. Estadual de Londrina (UEL)	PR	23	82,12
22	Univ. Estadual de Maringá (UEM)	PR	24	81,48
23	Univ. Federal de Uberlândia (UFU)	MG	25	79,65
24	Univ. Federal de Juiz de Fora (UFJF)	MG	26	79,31
25	Univ. Federal do Espírito Santo (UFES)	ES	27	78,67
26	Univ. Federal de Lavras (UFLA)	MG	28	78,40
27	Univ. Federal do Pará (UFPA)	PA	29	78,11
28	Univ. Federal da Paraíba (UFPB)	PB	31	76,55
29	Univ. Federal de Pelotas (UFPel)	RS	32	75,13
30	Univ. Federal de Mato Grosso (UFMT)	MT	33	73,95
31	Univ. Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	RJ	35	72,83
32	Univ. Federal de Sergipe (UFS)	SE	37	70,26
33	Fundação Univ. Federal do ABC (UFABC)	SP	38	70,20
34	Univ. Federal de Ouro Preto (Ufop)	MG	39	69,96
35	Fundação Univ. do Estado de Santa Catarina (Udesc)	SC	40	69,37
36	Univ. Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)	MS	41	67,49
37	Univ. Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)	RJ	43	66,96
38	Univ. Federal de Campina Grande (UFCG)	PB	44	66,79
39	Univ. Federal de Alagoas (UFAL)	AL	45	65,99
40	Univ. Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)	MG	46	65,13
41	Univ. Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	PR	47	65,03
42	Univ. Estadual de Ponta Grossa (UEPG)	PR	48	64,91
43	Univ. Federal de São João del Rei (UFSJ)	MG	50	63,83
44	Univ. Federal do Maranhão (UFMA)	MA	51	63,68
45	Univ. Federal do Piauí (UFPI)	PI	52	63,62
46	Univ. Federal de Itajubá (Unifei)	MG	53	63,43
47	Univ. Federal do Rio Grande (FURG)	RS	54	63,39
48	Univ. Estadual do Ceará (UECE)	CE	55	63,07
49	Univ. Estadual de Feira de Santana (UEFS)	BA	58	62,04
50	Univ. Estadual de Santa Cruz (UESC)	BA	59	62,00

PRIVADAS

2019	Nome	UF Sede	Posição geral	Nota total
1	Pontifícia Univ. Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)	RS	18	84,31
2	Pontifícia Univ. Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio)	RJ	19	83,68
3	Pontifícia Univ. Católica do Paraná (PUCPR)	PR	30	76,88
4	Univ. Presbiteriana Mackenzie (Mackenzie)	SP	34	73,60
5	Univ. do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)	RS	36	71,61
6	Univ. de Caxias do Sul (UCS)	RS	42	67,43
7	Pontifícia Univ. Católica de Minas Gerais (PUC Minas)	MG	49	64,33
8	Pontifícia Univ. Católica de São Paulo (PUC-SP)	SP	56	62,40
9	Univ. Católica de Brasília (UCB DF)	DF	57	62,07
10	Univ. de Fortaleza (Unifor CE)	CE	63	60,43
11	Pontifícia Univ. Católica de Campinas (PUC-Campinas)	SP	66	59,29
12	Univ. Nove de Julho (Uninove)	SP	67	58,73
13	Univ. Feevale (Feevale)	RS	69	54,72
14	Univ. de Passo Fundo (UPF)	RS	70	54,71
15	Univ. de Franca (Unifran)	SP	72	53,85
16	Univ. Católica de Pelotas (UCPel)	RS	73	52,84
17	Univ. do Vale do Itajaí (Univali)	SC	74	52,24
18	Univ. Paulista (Unip)	SP	77	51,53
19	Univ. Positivo (UP)	PR	78	51,32
20	Univ. de Ribeirão Preto (Unaerp)	SP	79	50,69
21	Univ. Tiradentes (Unit)	SE	80	50,44
22	Univ. Luterana do Brasil (Ulbra)	RS	81	50,36
23	Univ. Metodista de Piracicaba (Unimep)	SP	82	49,89
24	Univ. Cruzeiro do Sul (Unicsul)	SP	84	49,36
25	Univ. Católica de Pernambuco (Unicap)	PE	86	49,24
26	Univ. Católica Dom Bosco (UCDB)	MS	87	48,92
27	Univ. Estácio de Sá (Unesa)	RJ	88	48,04
28	Univ. da Região de Joinville (Univille)	SC	90	47,60
29	Univ. do Sul de Santa Catarina (Unisu)	SC	93	46,37
30	Univ. de Sorocaba (Uniso)	SP	94	46,19
31	Univ. do Vale do Paraíba (Univap)	SP	96	45,49
32	Univ. São Francisco (USF)	SP	97	45,15
33	Univ. Cidade de São Paulo (Unicid)	SP	98	45,01
34	Univ. Pitágoras Unopar (Unopar)	PR	99	44,88
35	Univ. Santa Cecília (Unisantia)	SP	101	44,51
36	Univ. do Oeste Paulista (Unoeste)	SP	102	44,49
37	Univ. José do Rosário Vellano (Unifenas)	MG	105	43,04
38	Pontifícia Univ. Católica de Goiás (PUC Goiás)	GO	107	42,93
39	Univ. São Judas Tadeu (USJT)	SP	109	42,43
40	Univ. do Extremo Sul Catarinense (Unesc SC)	SC	110	42,40
41	Univ. do Grande Rio Professor José de Souza Herdy (Unigranrio)	RJ	111	42,12
42	Univ. Vila Velha (UVV)	ES	112	41,66
43	Univ. Metodista de São Paulo (Unesp)	SP	113	41,62
44	Univ. Anhembí Morumbi (Anhembí)	SP	117	41,27
45	Univ. Veiga de Almeida (UVA RJ)	RJ	118	41,12
46	Univ. Fumec (Fumec)	MG	120	39,08
47	Univ. Salvador (Unifacs)	BA	122	38,97
48	Univ. do Vale do Taquari (Univates)	RS	123	38,34
49	Univ. La Salle (Unilasalle)	RS	124	38,10
50	Univ. Paranaense (Unipar)	PR	126	37,47



PÚBLICAS

2019	Nome	UF Sede	Posição geral	Nota total
51	Univ. Federal do Amazonas (UFAM)	AM	60	61,40
52	Fundação Univ. Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSA)	RS	61	61,06
53	Univ. Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)	PR	62	60,74
54	Univ. Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)	PE	64	59,83
55	Univ. Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)	RJ	65	59,68
56	Univ. Federal de Alfenas (Unifal MG)	MG	68	56,14
57	Univ. de Pernambuco (UPE)	PE	71	54,47
58	Univ. Regional de Blumenau (FURB)	SC	75	52,14
59	Fundação Univ. Federal da Grande Dourados (UFGD)	MS	76	52,00
60	Fundação Univ. Federal do Pampa (Unipampa)	RS	83	49,63
61	Univ. Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)	BA	84	49,36
62	Univ. do Estado da Bahia (Uneb)	BA	89	47,92
63	Univ. Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa)	RN	91	47,53
64	Univ. Estadual da Paraíba (UEpb)	PB	92	46,50
65	Univ. Estadual de Montes Claros (Unimontes)	MG	95	45,62
66	Univ. Estadual do Centro Oeste (Unicentro PR)	PR	100	44,60
67	Univ. Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	MG	103	44,48
68	Univ. do Estado do Amazonas (UEA)	AM	104	43,20
69	Fundação Univ. Federal do Vale do São Francisco (Univasf)	PE	106	43,03
70	Univ. Estadual de Goiás (UEG)	GO	108	42,72
71	Univ. Federal da Fronteira Sul (UFFS)	SC	114	41,60
72	Fundação Univ. Federal do Tocantins (UFT)	TO	115	41,51
73	Univ. do Estado do Pará (Uepa)	PA	116	41,40
74	Univ. Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)	MS	119	39,55
75	Univ. do Estado de Mato Grosso (Unemat)	MT	121	38,98
76	Fundação Univ. Federal de Rondônia (Unir)	RO	125	37,84
77	Univ. Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)	BA	127	36,52
78	Univ. Federal Rural da Amazônia (Ufra)	PA	129	35,69
79	Univ. Estadual do Piauí (UESPI)	PI	131	35,04
80	Univ. Estadual do Vale do Acaraú (UVA CE)	CE	133	34,01
81	Univ. Federal do Oeste do Pará (Ufopa)	PA	135	33,84
82	Univ. Federal do Acre (Ufac)	AC	140	32,64
83	Univ. do Estado de Minas Gerais (Uemg)	MG	142	31,85
84	Univ. do Estado do Rio Grande do Norte (Uern)	RN	144	31,38
85	Univ. de Taubaté (Unitau)	SP	145	30,84
86	Univ. Regional do Cariri (Urcar)	CE	146	30,59
87	Univ. Estadual do Norte do Paraná (Uerp)	PR	150	28,85
88	Univ. Federal da Integração Latino-Americana (Unila)	PR	152	28,14
89	Univ. Federal de Roraima (UFRR)	RR	155	27,38
90	Univ. Federal do Amapá (Unifap)	AP	156	27,27
91	Univ. Estadual do Maranhão (Uema)	MA	157	26,74
92	Univ. Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs)	RS	163	24,24
93	Univ. Federal do Sul da Bahia (UFSB)	BA	167	23,72
94	Univ. da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)	CE	168	23,55
95	Univ. Estadual do Paraná (Unespar)	PR	173	21,09
96	Univ. Federal do Oeste da Bahia (Ufob)	BA	174	20,58
97	Univ. Federal do Cariri (UFCA)	CE	175	18,53
98	Univ. Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa)	PA	182	15,99
99	Univ. Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (Uncisal)	AL	183	15,57
100	Univ. Estadual de Roraima (UERR)	RR	184	14,46
101	Univ. de Rio Verde (Fesurv)	GO	185	14,32
102	Univ. do Estado do Amapá (Ueap)	AP	187	13,49
103	Univ. Municipal de São Caetano do Sul (USCS)	SP	189	11,81
104	Univ. Estadual de Alagoas (Uneal)	AL	190	11,01
105	Univ. do Tocantins (Unitins)	TO	197	4,24

PRIVADAS

2019	Nome	UF Sede	Posição geral	Nota total
51	Univ. do Sagrado Coração (USC)	SP	128	35,99
52	Univ. Universus Veritas Guarulhos (UNG)	SP	130	35,67
53	Univ. de Uberaba (Unube)	MG	132	34,66
54	Univ. Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí)	RS	134	33,94
55	Univ. Tuiuti do Paraná (UTP)	PR	136	33,55
56	Univ. de Santa Cruz do Sul (Unisc)	RS	137	33,41
57	Univ. Potiguar (UNP)	RN	138	33,00
58	Univ. de Mogi das Cruzes (UMC)	SP	139	32,84
59	Univ. Santo Amaro (Unisa)	SP	141	32,28
60	Univ. de Araxá (Unama)	PA	143	31,39
61	Univ. Salgado de Oliveira (Universo)	RJ	147	30,45
62	Univ. Católica de Santos (Unisantos)	SP	148	29,76
63	Univ. de Cuiabá (UNIC/UNIME)	MT	149	29,51
64	Univ. Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI)	RS	151	28,17
65	Univ. do Ceuma (Uniceuma)	MA	153	28,10
66	Univ. do Oeste de Santa Catarina (Unoesc)	SC	154	27,42
67	Univ. Brasil (UNIBR)	SP	158	26,34
68	Univ. Anhanguera (Uniderp)	MS	159	25,75
69	Univ. de Marília (Unimar)	SP	160	24,59
70	Univ. de Itaipua (UI)	MG	161	24,54
71	Univ. Católica de Petrópolis (UCP RJ)	RJ	162	24,35
72	Univ. Castelo Branco (UCB RJ)	RJ	164	24,12
73	Univ. de Araraquara (Uniar)	SP	165	23,90
74	Univ. Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)	SC	166	23,73
75	Univ. Anhanguera de São Paulo (Unian SP)	SP	169	23,03
76	Univ. Vassouras (USS)	RJ	170	22,41
77	Univ. Católica do Salvador (UCSAL)	BA	171	21,33
78	Univ. Nilton Lins (Uniltonlins)	AM	172	21,10
79	Univ. Metropolitana de Santos (Unimes)	SP	176	18,32
80	Univ. do Vale do Sapucaí (Univás)	MG	177	18,31
81	Univ. Cândido Mendes (Ucam)	RJ	178	18,08
82	Univ. de Cruz Alta (Unicruz)	RS	179	17,84
83	Univ. do Contestado (UNC)	SC	180	16,92
84	Univ. Presidente Antônio Carlos (Unipac)	MG	181	16,53
85	Univ. Vale do Rio Doce (Univale)	MG	186	13,84
86	Univ. Ibirapuera (Unib)	SP	188	12,55
87	Univ. Vale do Rio Verde (Unincor)	MG	191	10,96
88	Univ. Santa Ursula (USU)	RJ	192	10,22
89	Univ. do Planalto Catarinense (Uniplac)	SC	193	9,11
90	Univ. Iguazu (Unig)	RJ	194	9,01
91	Univ. da Região da Campanha (Urcamp)	RS	195	8,14
92	Univ. Alto Vale do Rio do Peixe (Uniar)	SC	196	4,76

NA INTERNET

Veja a classificação das 197 universidades e dos 40 cursos com mais demanda em ruf.folha.uol.com.br

Encontre informações mais detalhadas sobre as instituições de ensino superior do país

FALE COM A REDAÇÃO
Envie sua mensagem para ruf@grupofolha.com.br

Para vestibulandos

Busque cursos e instituições avaliados pelo RUF que são oferecidos na sua cidade

Para alunos

Compare a qualidade da sua faculdade com outras que oferecem o mesmo curso

Para acadêmicos

Entenda os indicadores usados na metodologia do RUF e seus respectivos pesos na nota final

Para gestores

Analise a posição da sua instituição em cada um dos quesitos avaliados no ranking





O 2º andar da Faculdade de Direito da USP visto do corredor, no Largo São Francisco, São Paulo. Fotos: Eduardo Knapp/Folhapress

Minoria dos cursos de direito consegue formar a maioria dos seus estudantes

De quase mil faculdades, só 51 aprovam mais de 50% de alunos no exame da OAB

Luciana Alvarez, Sabine Righetti e Estêvão Gamba

SÃO PAULO Apenas 51 escolas que oferecem curso de direito, entre as quase 1.000 do Brasil, conseguem aprovar mais de 50% de seus alunos no exame da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil).

Os dados são de um novo indicador do RUF (Ranking Universitário Folha). Das 897 instituições de ensino superior que tiveram ex-alunos prestando a prova, 721 (80%) têm aprovação na OAB menor do que 25%. Foram contabilizados estudantes e egressos que se submeteram ao exame da OAB entre 2015 e 2017.

A aprovação é exigida para o exercício da advocacia no país. Para representantes da OAB, o problema começa com o ex-

cesso de cursos de direito. "Há uma criação desmedida desses cursos, em locais inadequados, haja vista a ausência de estrutura para formação e inserção dos egressos no mercado", afirma o secretário-geral, José Alberto Simonetti.

O Censo de Educação Superior, com dados de 2017, mostrou 1.200 cursos de direito em funcionamento, o maior número entre todas as graduações do país. Alguns, recentes, ainda não formaram alunos. Portanto, estão de fora do ranking.

A quantidade de cursos de direito segue aumentando. Só neste ano foram autorizados 121 novos, com 15 mil vagas.

Em agosto, membros da OAB estiveram com o ministro da Educação, Abraham Weintraub, pedindo suspensão por

Dez escolas com maior aprovação na OAB

		% de aprovados
1º	Unesp	74,06
2º	UFPE	73,31
3º	UFV	73
4º	UFERSA	72,55
5º	FGV-Rio	72,5
6º	UFMG	72,36
7º	USP	72,28
8º	UFJF	72,08
9º	UFPR	69,52
10º	UFC	68,23

Do total
80% têm aprovação menor que 25%

Fonte: aprovação nos exames de 2015, 2016 e 2017 da OAB em relação ao total de presentes na prova

cinco anos da autorização de abertura de cursos de direito. O pedido não andou.

Além da oferta exagerada, falta qualidade. Simonetti resalta que é subjetivo indicar um percentual de quantos egressos deveriam ser aprovados no exame da classe, mas estima que metade seria um padrão desejável.

"O ideal é que todos os egressos alcancem êxito. No entanto, uma boa instituição de ensino superior detém média de aprovação acima de 50% no exame de ordem", diz.

Por esse critério, o país teria apenas 51 boas faculdades de direito.

As faculdades com as maiores taxas de sucesso na prova não têm uma receita única, mas sim um conjunto de fatores que impactam no desempenho, entre eles a formação interdisciplinar dos alunos e o engajamento das turmas em pesquisas e trabalhos práticos com a comunidade.

"A aprovação na OAB não é um objetivo em si, não oferecemos cursinho preparatório. É uma consequência natural de uma formação humanística e técnica", afirma Kelly Cristina Canela, coordenadora do curso de direito da Unesp, em Franca, instituição que obteve o primeiro lugar no ranking de aprovação na OAB.

Na Unesp, a maioria dos professores tem doutorado e os alunos são selecionados por vestibular, fatores que, segundo Canela, contribuem para elevar a qualidade.

"Desde o primeiro ano, o aluno é estimulado a desenvolver pesquisas e se envolver em algum dos projetos de extensão. Ele aprende a ir atrás do conhecimento e a aplicá-lo, o que desenvolve capacidades críticas e reflexivas", diz.

Outro destaque no ranking vem do interior do Nordeste, de um curso com apenas nove anos de existência.

O curso de direito da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa), ofere-





Pátio da construção também chamada de Arcadas, uma das faculdades mais antigas do Brasil

cido em Mossoró (RN), ainda é uma "criança", que só neste ano abriu turmas de mestrado, nas palavras do coordenador, Ulisses Rei. Ainda assim, com a maioria dos docentes em regime de dedicação exclusiva, oferece aos estudantes projetos de pesquisa e extensão. "Aqui a gente realmente exerce o tripé universitário: ensino, pesquisa e extensão", diz Rei.

Assim como na Unesp, a aprovação na OAB é vista como uma consequência, e não um objetivo do curso. "A gente não fica se planejando para o exame", diz o coordenador.

Para ele, um diferencial que pode ter impacto na alta aprovação é o uso de metodologias ativas. "Nossas turmas têm até 35 alunos, então nós discutimos casos práticos, simulamos julgamentos. Já fui professor em sala com cem alunos, em outra instituição, e sei que é impossível adotar esse tipo de estratégia em turmas grandes", compara.

Instituição particular com melhor colocação no ranking da OAB, a FGV do Rio de Janeiro proíbe estágios até o terceiro ano, para que o foco seja na formação, mas exige trabalhos de campo práticos desde o primeiro semestre.

"A prova da OAB cobra conteúdos desde o primeiro ano. A taxa de retenção de conhecimento depois de dois anos é baixa se você só leu e teve aulas. Se discutiu, a retenção aumenta. Se trabalhou naquilo, é ainda melhor", diz Thiago Bottino, coordenador do curso.

A FGV-RJ oferece um currículo bastante inovador. A partir do sexto semestre, todas as disciplinas são eletivas. E entre as obrigatórias do início do curso, quase nada é o que se vê em faculdades tradicionais. "Temos direitos humanos e programação como obrigatórias, mas não processo penal", cita Bottino.

Segundo o coordenador, esse modelo torna o estudante mais responsável pelo seu

aprendizado. "A responsabilidade pela aprovação na OAB também é dividida. A gente fala: quer passar? Estude. Os alunos têm boa formação, estão acostumados a escrever peças, sabem estudar, se preparar. Sempre deixamos claro que prova da ordem é um desafio a ser superado, mas não é um fim em si mesmo."

Por mais que não seja o objetivo principal da formação jurídica, para o secretário da OAB, Simonetti, a porcentagem de aprovados deve ser levada em conta na hora de um jovem escolher a faculdade. "Antes de se matricular, é necessário que o cidadão verifique os índices de aprovação no exame da OAB daquela instituição, bem como os índices alcançados por seus alunos em avaliações oficiais do MEC", aconselha.

Entre as instituições que mais tiveram juristas prestando o exame da OAB está a rede Anhanguera, que pertence ao grupo Kroton, o maior conglomerado educacional do mundo. Cerca de 40 mil alunos e ex-alunos das faculdades Anhanguera de todo o país fizeram as provas da OAB nos últimos três anos, mas nem 5.000 foram aprovados.

O Centro Universitário Anhanguera-Unifian, em Leme, no interior paulista, teve o melhor resultado, com 18,01% de aprovação.

O Centro Universitário Anhanguera de São Paulo foi o pior, com apenas 6,97% de aprovação. Procurada, a rede não quis se pronunciar.

Da Universidade Paulista (Unip), 39 mil prestaram e pouco mais de 6.000 foram aprovados. Por nota, a instituição contestou a metodologia usada pela OAB. "Numa mesma prova, inscrevem-se os bacharéis recém-formados e também aqueles que já se formaram anteriormente. Inscrevem-se também alunos que ainda não se formaram. Essa metodologia gera uma distorção."





Nina Ranieri

Cultura bacharelista e ingresso fácil explicam demanda por direito

Especialista analisa proliferação de cursos e propõe mudança no ensino da advocacia, com novas métricas para avaliação de desempenho

Sabine Righetti

SÃO PAULO O Brasil tem mais cursos de graduação em direito que China, EUA e Europa juntos. A alta demanda se explica pelo bacharelismo e o credencialismo entranhados na nossa cultura, segundo a professora da Faculdade de Direito da USP Nina Ranieri.

O problema é que a maioria dos formados não consegue atuar na área, diz ela, uma das poucas mulheres no corpo docente da faculdade.

Para Nina, que já integrou a Comissão de Exames da OAB-SP e assume neste mês uma cadeira na Academia Paulista de Educação, as faculdades deixam a desejar.

Por que há tanta demanda pelo curso de direito no Brasil? Do ponto de vista cultural, o bacharelismo e o credencialismo, entranhados há séculos na vida brasileira, valorizam as profissões tradicionais. Há também a atratividade remuneratória das carreiras públicas ligadas ao direito. É vale lembrar o fato de que a grande oferta de cursos facilita o ingresso.

Gabriel Cabral/Folhapress



Nina Beatriz Stocco Ranieri, 64

Professora-associada da Faculdade de Direito da USP, conselheira da Sociedade Brasileira de Direito Público, membro do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, conselheira consultiva do Conselho Nacional de Justiça

O exame da OAB é difícil ou os cursos deixam a desejar? Não considero que os exames sejam difíceis para quem fez uma boa escola. Os cursos de direito são baratos, não exigem grandes investimentos, sendo bom negócio para as mantenedoras. Muitas vezes, as bibliotecas são deficientes, o curso é feito com base em apostilas. Além disso, para ensinar em faculdades, bastam os títulos de mestre ou especialista. Tudo isso interfere na formação, os cursos deixam mesmo a desejar.

O Estado deve regular a oferta de cursos de graduação? Não. Até porque um dos princípios constitucionais da ordem econômica no Brasil é a livre iniciativa. Mas esse aspecto não se confunde com o grave problema da facilitação das regras de autorização e reconhecimento de cursos, o que também pode implicar critérios menos rígidos de avaliação por parte do MEC.

O MEC pretende debater a oferta de graduação em direito na educação a distância. O que pensa a respeito? Vejo com muita cautela essa possibilidade, considerando a atual flexibilização dos critérios de autorização e reconhecimento de cursos, ainda que na EAD os procedimentos variem. Na parte teórica, fundamental nos primeiros anos, os meios e modos da EAD seriam úteis. Contudo, um bom curso de direito não prescinde de participação, em seu corpo de professores, de profissionais do direito.

A senhora participa de discussão curricular na FDUSP. O que precisa mudar na formação de advogado? Há medidas que poderiam comprovadamente melhorar a formação. Em primeiro lugar, implementar e manter um sistema permanente de planejamento institucional e avaliação inter-



Há um grave problema da facilitação das regras de autorização e reconhecimento de cursos. Eles são baratos, não exigem grandes investimentos, sendo bom negócio para as mantenedoras. Muitas vezes, as bibliotecas são deficientes

na, fixando métricas e indicadores de desempenho acadêmico. Outras estratégias são adoção de metodologias ativas de aprendizado, como ensino baseado em problemas, seminários, estímulo à participação em competições, ampliação da interdisciplinaridade. A pergunta é: quantas instituições estariam empenhadas a despendar recursos financeiros e humanos para garantir o funcionamento de uma estrutura dessas?

A inteligência artificial pode substituir advogados? Não, embora o emprego de IA seja cada vez mais amplo e corrente no campo do direito, e a automação das profissões jurídicas, uma realidade em várias áreas. Mas pense, por exemplo, no advogado de família. Como compreender as necessidades do indivíduo, as suas demandas, sem contato pessoal e sem avaliação das medidas mais adequadas para aquele caso? E os cursos de direito têm que preparar seus alunos para esse novo mundo de impactos da tecnologia na prática jurídica.





Um em cada dez professores de pós tem mestrado ou doutorado no exterior

Intercâmbio ajuda a trazer novo olhar para ciência nacional, dizem instituições

Lisandra Matias, Sabine Righetti e Estêvão Gamba

SÃO PAULO Um em cada dez professores de pós-graduação no Brasil estudou em universidades estrangeiras, indicam dados inéditos da plataforma Sucupira da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). O levantamento, que usa dados de 2017, aponta que 7.063 dos 59.145 professores que atuam na pós-graduação

como permanentes fizeram o doutorado ou o mestrado integralmente fora do país, o que representa 11,94%.

A USP (Universidade de São Paulo), a UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e a UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) lideram a lista, em números absolutos, das instituições que têm mais docentes com formação no exterior.

Os Estados Unidos são o país que mais recebe esses pro-

fessores, seguidos de França, Reino Unido e Alemanha.

“Os docentes que se formam em instituições estrangeiras criam vínculos com professores desses países e propiciam projetos de cooperação internacional e programas de intercâmbio”, diz José Ricardo Bergmann, vice-reitor para assuntos acadêmicos da PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro).

A instituição possui o maior percentual de docentes com formação no exterior (37%). Entre as escolas públicas, a UFPE (Universidade Federal de Pernambuco) é a que tem o maior índice (25,97%).

O pró-reitor para assuntos de pesquisa e pós-graduação da instituição pernambucana, Ernani Carvalho, cita entre as vantagens do intercâmbio o contato com uma nova cultura e outros pesquisadores, abordagens e tipos de metodologias, o que permite um novo olhar para os problemas.

“Quando há colaboração com autores estrangeiros em publicações científicas, o patamar de citações fica mais alto e amplia-se também a base de leitores, facilitando a difusão do conhecimento”, diz.

Carvalho diz que a UFPE sempre teve a tradição de contratar professores com formação no exterior, mas foi uma política que vincula a progressão na carreira à realização de doutorado que ajudou a universidade a dar um salto.

“Essa medida foi determinante. Levas de professores foram cursar o doutorado fora, o que contribuiu muito para a internacionalização e a qualidade da produção científica.”

Para Denise Carvalho, reitora da UFRJ, esse movimento de professores permite internalizar a ciência que se faz fora do país. “Muitas vezes, são áreas de pesquisa que não existem no Brasil, que passam a ser implementadas por esses professores quando eles retornam”, afirma.

Foi o que aconteceu com o linguista Carlos Vogt, professor emérito e ex-reitor da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas). No final dos anos 1960, ele integrou um grupo de professores que foi fazer mestrado na Universidade de Besançon, na França, em busca de fundamentação para desenvolver os estudos das ciências humanas na universidade paulista.

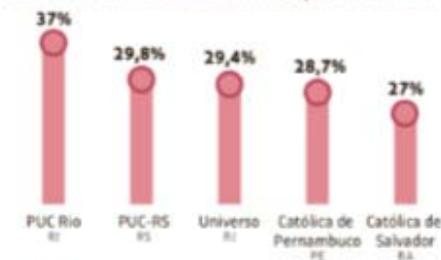
“No processo de consolidação de um sistema de pós-graduação e para a formação de pesquisadores, esse intercâmbio é chave. A história do desenvolvimento das nossas universidades é essa”, afirma Vogt, que foi um dos pioneiros na implantação da linguística e dos estudos modernos da linguagem no Brasil.

Para estimular o intercâmbio, a USP investe em programas de doutorado-sanduíche e dupla titulação, em que a pessoa faz o mestrado e o doutorado no Brasil e, depois, passa um período no exterior.

O pró-reitor de pós-graduação da USP, Carlos Gilberto Carlotti Júnior, afirma que, para isso, é necessário ter financiamento público, uma vez que a maioria dos alunos não tem condições de bancar os estudos fora. “O retorno que essa pessoa vai dar para o país é enorme.”

Diploma internacional

Universidades com maior % de docentes que estudaram fora

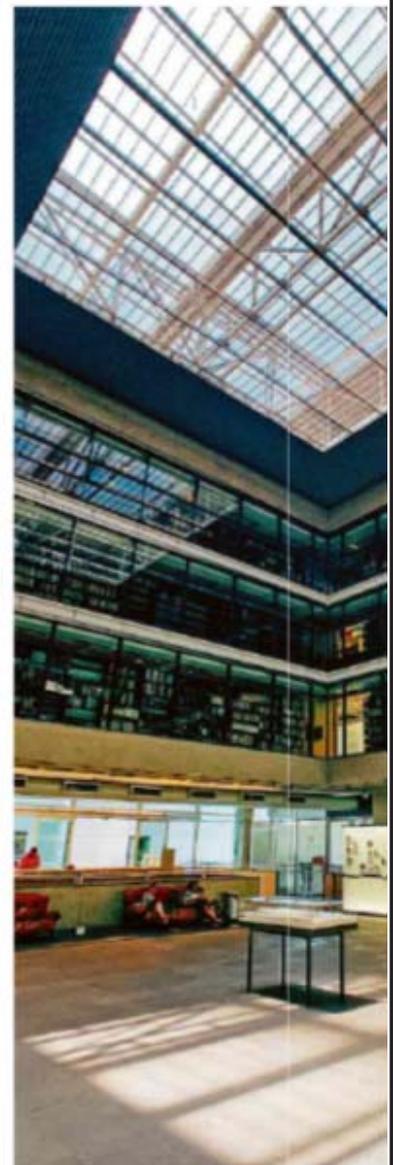


12% dos docentes permanentes da pós-graduação de universidades brasileiras fizeram todo o mestrado e/ou doutorado fora do país

Países que mais receberam professores brasileiros, em %



Fonte: Plataforma Sucupira/Capes 2017



Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, na FAU-USP
Gabriel Cabral/Folha.com





Núcleos de inovação ajudam instituições a aumentar patentes

Crescimento é resultado de lei que obrigou escolas a ter política sobre o tema

Rafael Garcia

SÃO PAULO Na última década, as universidades brasileiras intensificaram suas políticas de inovação, e isso resultou em um aumento no número de pedidos de patente.

Em 2012, cerca de metade das instituições não tinha nenhum pedido de patente, segundo dados do RUF (Ranking Universitário Folha). Já neste ano, só um quarto das 197 instituições avaliadas ainda estão na estaca zero.

De acordo com especialistas, o que explica esse crescimento é a Lei de Inovação, promulgada em 2004, que obrigou as universidades a criar um núcleo de inovação.

A lei demorou a ser regulamentada e sofreu alterações ao longo dos anos. Agora, 15 anos depois, o esforço de implementação dá sinais de estar fazendo efeito.

Uma das peças-chave desse processo foi o Inpi (Instituto Nacional da Propriedade Industrial), que atuou na capacitação em todo o país, formando os Núcleos de Inovação e Tecnologia [NIT] dentro de universidades, conta Ricardo Rodrigues, coordenador da área de ensino e pesquisa do instituto. "Diversos cursos foram empreendidos para redação, registro e busca de patentes. A gente está colhendo agora os resultados", afirma.

No Brasil, país onde a cultura de inovação custa a decolar dentro das empresas, as universidades acabaram ganhando importância como celeiro de invenções. Um sinal disso é que, no ranking do Inpi de 2018, das dez instituições

que mais depositaram patentes, nove são universidades e apenas uma é empresa privada — a CNH, subsidiária brasileira da fabricante de tratores New Holland.

Outro sintoma de que a cultura de inovação ainda é fraca no meio empresarial é que, no RUF, há baixa correlação entre instituições que mais integram com empresas e aquelas que mais pedem patente.

Mas é possível apontar que a adoção de políticas de incentivo à inovação surte efeito nas universidades.

Um exemplo é o da Universidade Federal de Campina Grande, que subiu 16 posições no indicador de patentes do RUF desde 2012 e hoje está entre as 30 primeiras.

No ano passado, a UFCG ficou em segundo lugar na lista de instituições residentes no Brasil que mais fizeram pedidos de patente no Inpi, com 70 registros — atrás da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), com 77.

Nilton Silva, engenheiro químico que assumiu o núcleo de inovação da UFCG no ano retrasado, diz que uma das principais barreiras era o processo de redação da patente.

"O pesquisador tinha dificuldade em transformar a linguagem técnico-científica para técnico-jurídica", diz.

A instituição criou um projeto para ajudar os pesquisadores. "Conseguimos fechar 73 registros em quatro meses", afirma o professor.

Após a Lei de Inovação, o próprio Inpi começou a oferecer pós-graduação em propriedade intelectual e tem ajudado a suprir a lacuna que ins-

tuições têm na área.

Apesar de ver a Unicamp bem nos rankings de produção de patentes, Newton Frateschi, diretor da Inova, a agência de inovação da universidade, diz que a propriedade intelectual não deve ser a única régua para medir a capacidade de inovação.

"Mais importante do que ter a patente depositada é o fato de que a universidade produz coisas patenteáveis."

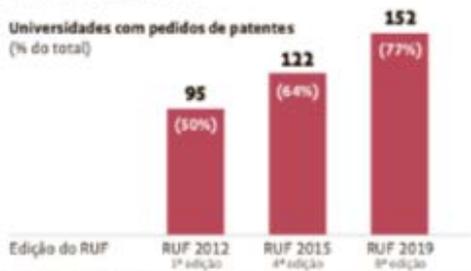
O segundo passo da inova-

ção pode ser até mais difícil, porque implica transformar uma ideia patenteada num produto com modelo de negócio viável. "A gente não tem, ainda, registro oficial de transferência de tecnologia a partir das patentes geradas nestes três últimos anos", conta Nilton Silva, da UFCG.

"Temos seis tentativas, mas esbarramos numa questão legal interna. Deixamos de receber alguns milhões de reais em royalties por causa disso."

Inovação no campus

Universidades com pedidos de patentes (% do total)



Universidades com mais pedidos de patentes



Fonte: Inpi (2008-2017)



Entre escolas particulares, religiosas lideram pesquisa

Instituições tradicionais contratam professores em regime de tempo integral e firmam parcerias internacionais

Danae Stephan

SÃO PAULO O contingenciamento das verbas de educação pelo governo federal neste ano fomentou uma discussão sobre a produção científica das universidades privadas.

Em abril, o presidente Jair Bolsonaro colocou lenha na fogueira ao declarar que quem faz pesquisa no Brasil são as universidades privadas.

Os dados não embasam a declaração: mais de 95% das pesquisas do país são feitas por instituições públicas, segundo estudo da Clarivate Analytics para a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Apenas quatro particulares estão entre as 50 instituições de maior destaque na área, de acordo com o RUF (Ranking Universitário Folha) 2019. Com uma característica em comum: são todas confessionais ou religiosas.

No topo da lista, na 19ª posição geral, estão empatadas as PUCs Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. O Mackenzie aparece na 68ª posição geral, 10ª entre as instituições privadas.

"São instituições criadas nos anos 1950 e 1960 com todas as características de universidades públicas e que podem se dar ao luxo de pagar parte do custo envolvido", diz Elizabeth Balbachevsky, coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas da USP (Universidade de São Paulo).

Mas a falta de pesquisa não é nenhum demérito para as particulares, de acordo com Helena Sampaio, professora

Instituições privadas que se destacam na atividade de pesquisa

Posição na qualidade de pesquisas

Universidade	Entre as particulares	Entre todas as universidades
PUCRS	1º	19º
PUC Rio	1º	19º
PUCPR	3º	44º
UCPel	4º	48º
UCB DF	5º	53º
Unisinos	6º	57º
Univap	7º	60º
UCS	8º	65º
Unesc SC	9º	66º
Mackenzie	10º	68º

Das universidades privadas

PUC Rio

é a instituição em que os professores mais produzem ciência e mais arrecadam recursos para pesquisa

PUC-SP

tem a maior quantidade de teses defendidas por docente

Fontes: Web of Science (de 2012 a 2016 para publicações e 2017 para citações) e agência de fomento Fapesp e estatísticas próprias (2017)

da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas).

"É assim praticamente no mundo inteiro: as particulares são concebidas como universidades de ensino, de formação para o mercado", diz.

O setor privado responde por 75% da demanda do ensino superior. "Temos quase 200 instituições, cerca de metade delas particulares. É muito querer que todas elas façam pesquisa", afirma Helena.

Além disso, concordam as especialistas, pesquisa não é determinante da qualidade. "Existem milhares de instituições mundo afora que se voltam de forma bastante focada ao ensino e muito pouca à pesquisa", diz Elizabeth.

"Caso das 'grandes écoles' francesas e, aqui no Brasil, do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica), cujo principal objetivo é formar excelentes engenheiros, sem tradição em pesquisa."

O problema, explica, é que pesquisa boa custa caro. Para ser eficiente e relevante, consome uma porcentagem muito grande do tempo de trabalho do professor.

"A condição básica é ter professores em regime de tempo integral, até para disputar recursos públicos destinados a esse fim. Também é preciso ter uma boa infraestrutura", afirma Elizabeth.

Na Universidade Católica de Brasília, 5ª no ranking das particulares, 90 dos cerca de 500 professores trabalham em programas de pós-graduação stricto sensu. "Cada um deles tem que dedicar 50% das su-



as horas de trabalho aos projetos e ao acompanhamento dos alunos, seja em mestrado ou doutorado", diz Jardelino Menegat, reitor da instituição. Entre 2018 e 2019, foram aprovados 214 projetos, a um custo de R\$ 19,7 milhões de fomentos externos.

A PUC RS tem 11 programas de pós-graduação com nível de excelência internacional e cerca de 1.700 projetos em andamento. Como também são afetadas pelo contingenciamento, essas ilhas de excelência do setor privado estão buscando parcerias nacionais e internacionais, com apoio

do Programa de Internacionalização da Capes.

"Temos incentivado também o compartilhamento interno das estruturas de pesquisa, como laboratórios e equipamentos", diz Fernanda Marrone, diretora de Pesquisa da PUC-RS. "Outro ponto importante é a busca de parcerias com empresas", completa.

"Temos uma tradição e não queremos perder a qualidade e a seriedade", diz Menegat. "Um país que não investe em pesquisa é um país mediocre."

Entre os projetos de impacto da instituição, está a criação de um dos maiores bancos de dados de câncer colorretal do país, que deve permitir um tratamento mais personalizado e eficiente.

Para as especialistas, em vez de exigir que todas as universidades se dediquem à pesquisa, o governo faria melhor se criasse indicadores de qualidade eficientes para avaliar os cursos de graduação.

"No que melhora a qualidade de ensino da Anhangüera se ela tiver um doutorado a mais? Ou programas de mestrado com nota 3 na Capes?", questiona Elizabeth.

“Temos quase 200 instituições, cerca de metade delas particulares. É muito querer que todas elas façam pesquisa”

Helena Sampaio
professora da Unicamp



Como comparar faculdades brasileiras com as centenárias e bilionárias dos rankings globais

Apenas 10% das universidades do país estão classificadas entre as mil melhores do mundo, mas e daí?

SÃO PAULO Cerca de 10% das 197 universidades brasileiras aparecem entre as mil melhores do mundo em rankings globais. Para especialistas, no entanto, não está claro como devem ser feitas comparações entre países —e, menos ainda, se o Brasil deve ter políticas para estimular especificamente as escolas “de nível internacional”.

Avaliações de universidades do globo tendem a valorizar o impacto da pesquisa científica, ou seja, a quantidade de vezes que um estudo é mencionado por outro.

Isso é entendido como sinônimo de qualidade: boas pesquisas têm repercussão no meio acadêmico global.

No THE (Times Higher Education), principal ranking que existe, o impacto das pesquisas científicas vale 30% da nota total de cada universidade. Significa que vai melhor quem fizer pesquisas mais citadas.

O problema é que estudos focados em temas nacionais (como doenças típicas do Brasil) ou publicados apenas em português receberão menos menções globais —o que não quer dizer que esses trabalhos sejam academicamente ruins.

“O Brasil precisa decidir como quer se comparar internacionalmente e tem de criar indicadores para isso”, diz Luiz Cláudio Costa, ex-presidente do Inep-MEC e presidente do Observatório de Rankings Acadêmicos e de Excelência (Ireg, na sigla em inglês).

Foi isso que fez a China. O governo, no âmbito de uma política de desenvolvimento do ensino superior, criou em 2003 uma avaliação para se



Queen's College, na Universidade de Oxford, a melhor do mundo Kate Peckle/Wikimedia Commons



Se a gente reforçar a injeção de recursos em algumas universidades de nível mundial, considerando a conjuntura do Brasil, o que vai virar o que não se encaixa nesse padrão?

Lara Carlette Thiengo
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

comparar com o mundo —o Ranking de Shangai.

A partir dos resultados, a China selecionou nove universidades para receber aportes extras de recursos e, assim, serem ainda mais competitivas.

A política teve resultados mensuráveis: a Universidade Tsinghua (uma dessas nove escolas) subiu de 71º lugar no THE 2012 para 23º no THE 2020. Para se ter uma ideia, a USP —a melhor do Brasil— caiu de 178º para o grupo 251º-300º no mesmo período.

Outros países, como Canadá e Austrália, seguem a mesma linha: investem mais em um punhado de universidades para que sejam altamente competitivas no globo.

“Mas se a gente reforçar a

necessidade de projeto de injeção de recursos em algumas universidades de nível mundial, considerando a conjuntura do Brasil, o que vai virar o que não se encaixa nesse padrão?”, questiona Lara Carlette Thiengo, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e membro da rede RankIntacs, que se dedica a estudos sobre o tema.

É possível, no entanto, ter diferentes programas de nível mundial em várias universidades do país —no lugar de ter um seleto grupo de instituições de excelência global. Isso significa desenvolver um “sistema de ensino superior de nível mundial”, e não necessariamente selecionar um grupo de universidades para que re-

cebiam verba extra.

É mais ou menos essa a lógica da avaliação de programas de pós-graduação brasileiros pela Capes, agência federal ligada ao MEC.

“Programas com notas seis e sete (valor máximo) têm excelência mundial, mas podem estar em universidades que não estão no topo dos rankings globais”, diz Costa.

Ou seja: nas comparações entre universidades do globo, as brasileiras podem sair perdendo mesmo que tenham programas de excelência em algumas áreas da ciência.

De maneira geral, as escolas que aparecem no topo dos rankings costumam ter maturidade institucional e orçamento bem parrudo.

Para se ter uma ideia, a melhor universidade do mundo no THE 2020, Oxford, do Reino Unido, foi fundada em 1096. Já a melhor brasileira, USP, é de 1934.

Para Daniel Pimentel, que defendeu em setembro um mestrado na USP sobre análise comparativa em rankings globais, devemos comparar universidades brasileiras com escolas no mundo que tenham um orçamento minimamente parecido com o nosso.

Assim, faria mais sentido, diz ele, analisar os indicadores da escola paulista em relação à Universidade de Calgary (Canadá), ambas com orçamento de US\$ 1,3 bilhão/ano, do que em relação à Universidade Harvard (Estados Unidos) ou outras escolas bilionárias e centenárias.

Caso contrário, sempre sairemos perdendo.
Sabine Righetti





Criação de caprinos na Universidade de São Paulo, no campus de Pirassununga, no interior paulista Gabriel Cabral/Fotopress

Expansão da agropecuária brasileira faz crescer a procura por cursos de zootecnia

Carreira aparece pela primeira vez entre as 40 mais buscadas do país, avaliadas pelo RUF

Renan Marra

SÃO PAULO A expansão da agropecuária brasileira e a grande oferta de empregos no setor fizeram aumentar a demanda pelo curso superior de zootecnia, que estuda tanto a criação produtiva e rentável de animais quanto o desenvolvimento de produtos.

Entre os campos de atuação, o zootecista pode trabalhar na seleção genética de animais, na produção de ração com mais qualidade e em outras formas de garantir o bem-estar dos bichos, considerando fatores como espaço e aclimação adequados em confinamento.

“É uma área de grande po-

tencial de crescimento. A agropecuária brasileira vem se desenvolvendo e crescendo nos últimos anos, mas ainda não consegue atender toda a demanda de exportação”, afirma Mário Chizzotti, chefe do departamento de zootecnia da Universidade Federal de Viçosa, em Minas Gerais.

Dados do Ministério da Agri-

cultura, Pecuária e Abastecimento mostram que, entre 2000 e 2017, a produtividade da agropecuária brasileira aumentou, em média, 3,8% ao ano.

O desempenho anima jovens interessados no setor. A zootecnia apareceu pela primeira vez entre as 40 graduações mais procuradas do pa-

ís, segundo o Censo do Ensino Superior, lançado no ano passado e que usa dados de 2017.

Para se formar, o estudante precisa se dedicar por cinco anos, em geral. A graduação combina aulas teóricas e atividades práticas em laboratórios e ao ar livre, em contato direto com animais.

[Continua na pág. 22](#)





Como é feito o ranking de universidades

Todas as **197 universidades** do país são analisadas

Composição da avaliação e componentes do RUF



Pesquisa

42% do total
nove componentes:

- **Total de publicações 7%**
Artigos científicos publicados pela universidade
- **Total de citações 7%**
Relevância de trabalhos científicos a partir do total de citações recebidas
- **Citações por publicação 4%**
Média de citações para cada artigo científico da universidade
- **Publicações por docente 7%**
Média de artigos científicos por professor
- **Citações por docente 7%**
Média de citações por professor
- **Publicações em revistas nacionais 3%**
Artigos científicos em revistas brasileiras
- **Recursos recebidos por instituição 3%**
Valor médio de recursos obtidos por docente



Ensino

32% do total
quatro componentes:

- **Opinião de docentes do ensino superior 20%**
Pesquisa feita pelo Datafolha com professores distribuídos pelo país
- **Formação dos docentes 4%**
Percentual de professores com doutorado ou mestrado
- **Regime de trabalho dos docentes 4%**
Percentual de docentes em regime de dedicação integral ou parcial
- **Nota no Enade 4%**
Leva em conta a nota média da universidade no Enade

Fonte: pesquisa Datafolha (2017, 2018 e 2019); Enade (2013, 2016 e 2017); Censa (2017)



Expansão da agropecuária brasileira faz crescer a procura por cursos de zootecnia

Continuação da pág. 20

Na Universidade de São Paulo (USP), o curso de zootecnia é oferecido em Pirassununga, a 200 km da capital paulista.

O campus tem diferentes setores de produção, como são chamados os espaços onde ficam rebanhos bovinos (bois e vacas), suínos (porcos), ovinos (ovelhas e carneiros) e caprinos (cabras e bodes). Também há avicultura (aves) e apicultura (abelhas), entre outros.

No setor bovino, são desenvolvidas pesquisas para aumento da produção do leite de vaca ou redução da gordura da carne do boi.

"Nossa área de trabalho vai do alimento do animal até o produto final na mesa do consumidor", afirma a professora Roberta Brandi, coordenadora do curso de zootecnia da USP.

Outra área de atuação do zootecnista é na criação e no desenvolvimento do potencial de animais usados em prá-

ticas esportivas, como cavalos. O profissional também pode se dedicar aos pets, buscando formas de melhorar a qualidade e o tempo de vida de cães e gatos.

Como atua também para prevenir doenças, muita gente confunde o trabalho de um zootecnista com o de um médico veterinário. O profissional não desenvolve nem receita medicamentos, mas atua na elaboração de dietas.

Segundo Roberta, o trabalho do zootecnista passou a ser mais valorizado nos últimos dez anos. "O mercado começou a entender a importância de colocar um profissional específico para trabalhar na produção animal em empresa ou na fazenda."

O primeiro curso de zootecnia no Brasil foi fundado em 1966 pela Pontifícia Universidade Católica em Uruguaiana, no Rio Grande do Sul. A oferta praticamente triplicou nos últimos 20 anos, de acor-

do com Thiago Braz, que é coordenador do ensino de zootecnia da Universidade Federal de Minas Gerais.

Como os estudantes precisam trabalhar em espaços com criação de animais, o campus da faculdade precisa ser grande. "É um curso caro para uma instituição de ensino", afirma Braz.

Das 87 graduações de zootecnia registradas no Censo de Ensino Superior, 68 (78%) são de faculdades públicas.

Entre as dez melhores instituições do RUF (Ranking Universitário Folha), quatro são universidades federais de Minas Gerais. Segundo Braz, o estado tem tradição no ensino de ciências agrárias. "Há faculdades antigas e fortes na área, como em Viçosa e Lavras", exemplifica.

O profissional formado pode atuar em laboratórios, em fábricas de rações, em empresas de consultoria agropecuária ou em fazendas.





Com menos interessados, filosofia e ciências sociais ficam fora da avaliação

Fim da obrigatoriedade das disciplinas no ensino médio e estereótipo negativo das 'humanas' explicam baixa procura

Dante Ferrasoli

SÃO PAULO Cada vez menos gente tem interesse em cursar ciências sociais e filosofia no Brasil. O total de ingressantes nesses dois cursos cai desde o RUF* (Ranking Universitário Folha) de 2014.

De acordo com especialistas, esse cenário pode ser explicado por uma mudança no perfil dos universitários, pela disseminação na sociedade de uma opinião negativa sobre as carreiras e pela reforma do ensino médio, que tirou a obrigatoriedade do es-

tudo dessas áreas por todos os alunos.

"O novo estudante vem de uma família com menos recursos e tem uma expectativa mais pragmática em relação à graduação. Quer um diploma que lhe permita disputar espaço no mercado de trabalho", afirma Elizabeth Balbachevsky, professora do departamento de ciência política da USP.

Ela lembra que as áreas nunca tiveram um perfil profissional muito bem definido, à exceção de um período durante o qual as carreiras se beneficiaram de uma expectativa de formação de professores, já que aulas dessas disciplinas foram obrigatórias no ensino médio entre 2009 e 2017.

Coordenador do curso de ciências sociais na Unicamp, Frederico Almeida concorda com a hipótese de Balbachevsky. Segundo ele, as licenciaturas sempre foram cursos que atraíram alunos mais pobres, e a democratização do ensino superior pode ter aberto a possibilidade para que esses estudantes buscassem outros caminhos.

Cerca de 60% dos alunos de ciências sociais na universidade optam por cursar a licenciatura. Parte dos 40% restantes, que só querem fazer o bacharelado, acaba voltando à faculdade para concluir as disciplinas necessárias e sair também com o diploma

que permite dar aulas.

Almeida aponta, então, para a recente reforma do ensino médio como possível responsável pela diminuição de interesse dos graduandos por ciências sociais, embora essa queda na demanda ainda não seja observada especificamente na Unicamp.

"A reforma diminuiu o espaço da sociologia e da filosofia no ensino médio. Isso acaba afetando as possibilidades profissionais de quem quer fazer os cursos. A gente tem alunos já matriculados re-fazendo seus planos e migrando de graduação — então estamos de olho nessa tendência de redução", afirma.

Já para o ex ministro da Educação Renato Janine Ribeiro, que é formado em filosofia, as áreas têm sofrido um ataque nos últimos anos.

"Não só o governo atual, mas o anterior também desprezava essas carreiras. Elas são estereotipadas. Há uma campanha para que as pessoas pensem que não são cursos sérios, que são ideológicos. Com isso, fica difícil que sejam valorizados pelos ingressantes", afirma ele.

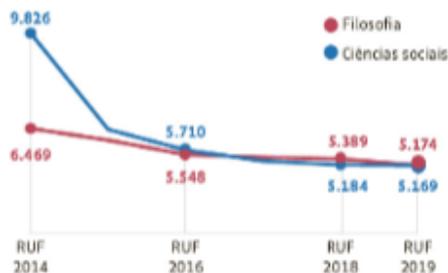
Como resultado da queda de procura, os cursos de filosofia e ciências sociais não foram avaliados nesta edição do RUF. Nenhum dos dois ficou entre as 40 carreiras com mais ingressantes, que é o critério para aparecer na lista desde 2014. Neste ano, a base foi o Censo do Ensino Superior de 2017.

É a primeira vez, desde 2014, que as duas graduações ficam de fora do ranking simultaneamente. Filosofia não havia aparecido na lista nas edições de 2015 e 2016; ciências sociais não havia entrado em 2017 e 2018.

A queda percentual no número de ingressantes da edição do RUF de 2014 para a de 2019 foi de 47% em ciências sociais (de 9.826 para 5.169 alunos) e 20% em filosofia (de 6.469 para 5.174 estudantes).

Demanda em queda

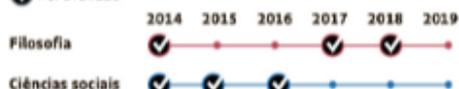
Número de ingressantes nos cursos de filosofia e ciências sociais



Evolução no RUF

A cada edição são avaliados os 40 cursos com mais ingressantes no último Censo disponível*

✓ Foi avaliado



*nas edições do RUF 2012 e RUF 2013 os dois cursos não entraram porque eram avaliados em número menor de carreiras. Fonte: RUF 2014 a RUF 2019, com dados do Censo da Educação Superior de 2012 a 2017





Sala da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, em São Paulo Gabriel Cabral/Folhapress

Cresce número de professores de ensino superior com mais de 50 anos

Profissionais experientes são essenciais para a qualidade do ensino, mas instituições precisam acelerar renovação de seus quadros de docentes

Thereza Venturoli, Sabine Righetti e Estêvão Gamba

SÃO PAULO O corpo docente das universidades brasileiras está envelhecendo. Segundo levantamento da Folha, entre 2010 e 2017, o número de professores com 50 anos ou mais atuando na graduação presen-

cial e na pós-graduação cresceu de 33,7% para 37,9%.

Essa tendência pode ser explicada, em primeiro lugar, pelo envelhecimento da população brasileira em geral: vivendo mais, professores ficam na ativa por mais tempo.

Além disso, um docente aposentado não costuma ser

substituído por outro em início de carreira. Os processos seletivos não impõem limites de idade, mas fazem exigências quanto à formação acadêmica do candidato.

"As universidades exigem cada vez mais o título de doutor, o que significa mais tempo de estudo e idade mais avan-

çada", diz Eblin Parage, secretária geral do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

Esse envelhecimento, aliás, não é negativo. Para especialistas e gestores, um corpo docente com um terço dos professores com idade acima de 50 é natural e desejável. Pro-

Experiência em alta

Número total de professores ativos nas universidades (públicas e privadas)

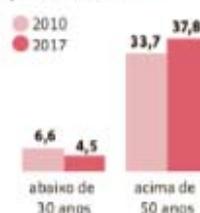


13% foi o crescimento da quantidade de docentes no período

Distribuição dos docentes (2017)



Número de professores por faixa etária



Universidades com mais professores ativos acima de 50 anos



Fonte: Censo Educação Superior 2010 e Censo de Educação Superior 2017



fissionais experientes são essenciais para estruturar e conduzir graduações e pesquisas.

A permanência estendida de docentes traz ainda uma vantagem financeira para universidades estaduais. Quando um professor se aposenta nessas instituições, permanece na folha de pagamentos. Em tempos de contingenciamentos, isso impõe uma trava no orçamento para a realização de novos concursos.

Na USP (Universidade de São Paulo), para os 3.400 professores acima dos 50 que lecionam, há 3.300 aposentados.

A reitoria da universidade disse, em nota, que prevê fazer 400 contratações até 2020. Mas, segundo a Adusp (Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo), cerca

de 1.600 professores estão em condições de se aposentar, e a renovação não acompanha.

Em 2019, até agosto, foram 136 aposentadorias para apenas 32 contratações. "A reposição deveria ser gradual e constante", diz Rodrigo Ricupero, presidente da Adusp. "Imagine o problema que a universidade terá se todos esses professores resolverem se aposentar ao mesmo tempo."

Algumas universidades, porém, vão na contramão dessa tendência. De modo geral, são instituições com campi em cidades do interior, distantes de grandes centros urbanos, que atraem professores em início de carreira. Em algumas, o reitor não passa dos 40 anos.

A Universidade Regional do

[...]

Universidades com campi em cidades do interior, distantes de grandes centros urbanos, fogem da tendência ao envelhecimento e atraem profissionais em início de carreira

Cariri (Urca), estadual, no interior do Ceará, é a campeã entre as de maior proporção de professores com menos de 30 anos — 18,5% em 2017.

Segundo o reitor, Francisco de Lima Júnior, 42, instituições em regiões de crescimento econômico, com cursos em fase de consolidação, atraem jovens que desejam crescer com a universidade.

Nascida de um desmembramento da Universidade Federal do Ceará, a UFCA ampliou seu número de cursos de 14 para 23 em seis anos. Por isso, realizou concursos que atraíram candidatos em início de carreira, a maioria com idade entre 26 e 34 anos.

"São pessoas com disposição para o novo, preocupadas em abrir caminhos e amadu-

recer, que resultam em bons pesquisadores e alimentam a instituição de ideias novas", diz o reitor Ricardo Ness.

Professores experientes, que garantam a qualidade do ensino, são importantes, mas essa renovação é necessária, diz Simon Schwartzman, membro da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior, do MEC.

Para Reynaldo Fernandes, ex-presidente do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), o essencial é manter um processo contínuo de contratações.

"O ideal é ter um conjunto de professores que sigam carreira desde o início e que sejam repostos regularmente, conforme a necessidade."





Bem classificada, federal de Santa Catarina terá verba menor dos últimos 10 anos

Número de alunos matriculados cresceu 40% em uma década; professores temem queda nas avaliações

César Rosati

FLORIANÓPOLIS A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) terá uma dura tarefa em 2020: gerenciar o menor orçamento dos últimos dez anos com um volume total de alunos 40% superior. A instituição está entre as dez melhores nos quesitos internacionalização, pesquisa e ensino, sendo a 7ª colocada no

ranking geral do RUF 2019. Com excelência em áreas como engenharia, farmacologia e química, a universidade começou há uma década a se expandir pelo estado. Hoje tem 36 mil alunos matriculados na graduação e na pós. Para se ter uma ideia, o número de refeições servidas no restaurante universitário aumentou 200% em dez anos. No entanto, a falta de re-

ursos assusta professores, que temem pelo fechamento de campi, trancamento de pesquisas e sucateamento da estrutura se o Projeto de Lei Orçamentária 2020 (Ploa) for aprovado sem alteração.

O primeiro orçamento do governo Bolsonaro saiu do Ministério da Economia no final de agosto e ainda está em discussão no Congresso. Segundo a Secretaria de Pla-



Alunos e professores no refeitório da UFSC, onde o número de refeições aumentou 200% em 10 anos Guilherme Góes/Politypress

nejamento e Orçamento da UFSC, para o ano que vem estará disponível uma verba discricionária de custeio (que a instituição tem autonomia para gerir) de R\$ 85 milhões.

De acordo com o Ministério da Educação, as verbas discricionárias que estarão disponíveis em 2020 somam R\$ 150 milhões. No entanto, dentro deste montante há valores que, na visão de téc-

nicos da UFSC, são despesas sem a possibilidade de remanejamento por parte da instituição federal.

Em 2010, o dinheiro encaminhado por Brasília para pagar itens básicos como água, luz, limpeza e segurança foi de R\$ 89,2 milhões, valor que, reajustado pela inflação oficial do período, equivaleria hoje a cerca de R\$ 149 milhões.

O desafio será encaixar o or-





çamento menor em uma realidade bem diferente daquela de dez anos atrás. Em uma década, a instituição criou 27 cursos de graduação, quase dobrou o número de pesquisas e ações de extensão, além de ter montado quatro novos campi (Joinville, Curitibaanos, Blumenau e Araranguá).

"Em 2020 será difícil, pois a previsão é de um corte de 40% em comparação com 2019. Não é possível manter o ritmo de crescimento com o governo reduzindo orçamento", explica o secretário de planejamento e orçamento da UFSC, Vladimir Arthur Fey.

O receio de sucateamento da universidade assusta professores. A queda na produtividade científica e em rankings universitários futuros

é inevitável, na opinião de docentes ouvidos pela Folha.

Raquel Kuerten de Salles, pesquisadora e professora do curso de Nutrição, diz que nunca foi fácil fazer ciência no país, com dinheiro contado para insumo e equipamento.

Ela inventou um sorvete capaz de reduzir efeitos da quimioterapia. Testado em pacientes oncológicos do Hospital Universitário, o complemento alimentar e anestésico sensorial é agradável ao paladar. Ele foi patenteado e é vendido por uma marca que emprega funcionários na região.

"Não conseguiríamos fazer qualquer coisa se não tivéssemos a retaguarda de alunos bolsistas. É esse dinheiro que está acabando. Não sabemos onde vamos parar com esses



Não conseguiríamos fazer qualquer coisa sem a retaguarda de alunos bolsistas. É esse dinheiro que está acabando

Raquel Kuerten de Salles, professora

cortes", diz a pesquisadora.

Outro assustado com a situação é João Batista Calixto, um dos nomes que ajudou a transformar o laboratório de

farmacologia da UFSC em referência no Brasil.

Estudioso da erva-baleeira, de propriedades anti-inflamatórias, ele liderou a equipe que fabricou o primeiro remédio do tipo 100% brasileiro, feito com base em pesquisas nacionais.

Calixto também dirige o centro de inovação, financiado pelos governos federal e estadual, em um esforço de estudar a biodiversidade e diminuir a dependência de insumos importados para fabricação de remédios.

"A universidade precisa de gestões melhores, se aproximar do setor produtivo, formar alunos empreendedores. Mas nenhum país conseguiu vencer essa etapa de mudança no patamar do conhecimen-

to e da inovação sem recurso do estado", diz.

Em nota, o Ministério da Educação afirma que "universidades federais recebem recursos públicos de acordo com suas características acadêmicas e administrativas, conforme critérios da matriz orçamentária estipulados em decreto específico".

Segundo o MEC, os recursos são enviados às reitorias que, no âmbito da autonomia administrativa e de gestão orçamentária, financeira e patrimonial que têm, realizam a aplicação dos recursos. "Este Ministério, após efetuar liberação orçamentária, não possui ingerência sobre processos de pagamentos que estejam a cargo de suas unidades vinculadas", conclui a nota.





Biblioteca do campus de Cuiabá da Universidade Federal do Mato Grosso Enzo de Oliveira

Melhor escola de ensino superior do Nordeste sofre cortes em áreas estratégicas

João Valadares

RECIFE Com 30% de seu orçamento bloqueado, a UFPE (Universidade Federal de Pernambuco) precisou suspender, nos dois últimos meses, o uso de ar-condicionado nas dependências de seus campi em Recife, Vitória de Santo Antão e Caruaru. A universidade ocupa a 10ª colocação no RUF (Ranking Universitário da Folha) e se destaca como a melhor do Nordeste.

A medida representou uma economia mensal de R\$ 700 mil em comparação com o mês de maio que, historicamente, registra o maior consumo de energia.

O uso dos aparelhos só foi liberado no dia 30 de setembro, após desbloqueio de 15% do orçamento de custeio, que serve para pagamentos de serviços de manutenção como energia, água, limpeza e segurança.

A universidade está autorizada a usar R\$ 24 milhões. Permanecem bloqueados outros R\$ 24 milhões da verba de manutenção, de um total de R\$ 122,3 milhões, prevista em Lei Orçamentária para 2019.

“Com esses 15%, a universidade poderá manter a regularidade de quase a totalidade de suas atividades em outubro e novembro”, diz Thiago Galvão, pró-reitor de planejamento, orçamento e finanças.

Já o orçamento de capital, aplicado em obras e equipamentos, permanece com R\$ 5,7 milhões blo-

Universidade Federal do Mato Grosso sobe no ranking e entra no vermelho

Instituição reduz os gastos com pesquisas, transporte, luz e até limpeza

Vinicius Barros

CUIABÁ O contingenciamento de gastos determinado pelo Ministério da Educação deixou a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) em dificuldades financeiras e atingiu, especialmente, seus laboratórios e grupos de pesquisa.

A universidade informa que não há verba para construções de novos centros de pesquisa e está difícil a aquisição de equipamentos. A situação é agravada pelo corte de bolsas de iniciação científica, também determinado pelo governo federal como parte da redução de gastos.

Desde a primeira edição do RUF (de 2012), a UFMT subiu 18 posições: passou de 51º lugar no país para 33º (RUF 2019). A escola se destaca em avaliação do mercado (33º lugar) e ensino (39º lugar) — nesse último, ganhou uma casa em relação ao ano passado.

“Não temos fornecimento de estrutura básica. As di-

fículdades para as pesquisas vão desde a falta de materiais de limpeza até de reagentes”, conta a professora e pesquisadora Luciana Kimie, da área de ciência e tecnologia de alimentos da universidade.

“Muitas vezes temos que adquirir esses itens com recursos próprios ou não executar todas as atividades previstas no projeto”, reclama.

A base de pesquisas do Pantanal da UFMT, que costuma receber estudiosos de todo o mundo, foi uma das unidades da universidade que ficou às escuras em julho, após corte de energia elétrica por atraso no pagamento da conta.

Em abril, a universidade mato-grossense teve R\$ 34 milhões de seus recursos discriminários previstos para este ano bloqueados pelo MEC, o equivalente a 30% do total da verba. O corte foi aplicado a todas as instituições federais.

Sem o dinheiro, a UFMT não conseguiu pagar a conta de luz de junho no valor de, aproxi-

madamente, R\$ 1,5 milhão, além de uma parcela de cerca de R\$ 300 mil de uma dívida de R\$ 5 milhões com a Energia elétrica, referente a contas atrasadas. Ficou sete horas sem luz.

A época, a reitora da UFMT, Myrian Serra, foi criticada pelo ministro Abraham Weintraub pelo que chamou de má gestão. A reitora justificou que os gastos com energia triplicaram nos últimos cinco anos, em virtude da expansão da universidade.

Procurada pela reportagem, Myrian alegou não ter horário disponível para entrevista. Ela tem evitado declarações públicas desde o episódio do corte de energia.

Para tentar equilibrar o orçamento, a universidade anunciou no mês passado medidas emergenciais de contenção de custos, como redução de gastos com transportes para pesquisa, diminuição de funcionários na limpe-

za de laboratórios e um plano de desligamento de energia.

As medidas poderão resultar em uma economia de até R\$ 3,5 milhões, segundo estimativas da UFMT.

A instituição deve receber ainda R\$ 15,9 milhões de volta como parte do desbloqueio de R\$ 1,156 bilhão para universidades e institutos federais anunciados na segunda-feira passada (30) pelo MEC.

Não será o suficiente, segundo a instituição.

A diretora de comunicação da Associação dos Docentes da UFMT (Adufmat), Lélia Lacerda, afirma que a universidade vem atuando no vermelho nos últimos anos e será necessária a liberação de toda a verba esperada para que a instituição garanta seu funcionamento normal até o fim do ano.

O MEC afirma que o restante do recurso contingenciado pode ser liberado até dezembro, a depender do volume da arrecadação do governo.





queados, o que corresponde a 57% do total para este ano.

Em agosto, a UFPE recebeu do Ministério da Educação R\$ 8,6 milhões para as despesas de manutenção, quando o repasse deveria ter sido de R\$ 14,3 milhões. A mesma situação, conforme informações da universidade, também ocorreu no mês de julho.

O desligamento dos aparelhos não se estendeu a laboratórios de pesquisa, onde funcionam equipamentos que demandam refrigeração, ou salas sem janelas.

Devido aos cortes, em ju-

lho, foram suspensos o lançamento de novos editais das pró-reitorias (exceto oriundos do Plano Nacional de Assistência Estudantil - Pnaes), o repasse de parcelas do Modaloc (Modelo de Alocação de Recursos) para os centros acadêmicos e departamentos, a contratação de novas bancas para concursos docentes e o início de reformas de infraestrutura.

De acordo com a instituição, mesmo com o desbloqueio parcial, não há previsão para implementação dessas ações.

O bloqueio de 30% impos-

to inicialmente corresponde a R\$ 49,4 milhões destinados à manutenção e R\$ 5,6 milhões para investimento.

O reitor da UFPE, Anísio Brasileiro, que deixa a instituição no dia 12 de outubro, alerta que existe o risco de sucateamento. "Nós não podemos lançar os editais de graduação e pós-graduação para manutenção de equipamentos utilizados em pesquisas estratégicas. Isso é grave", explicou.

Ele ressaltou que, mesmo com os cortes, a universidade se manteve bem avaliada em razão do reposicionamen-

to de gestão diante do quadro financeiro e da qualidade dos seus profissionais.

A UFPE, que manteve a mesma posição do ano passado no RUF, aumentou a pontuação nos rankings de internacionalização e de mercado, com nota 88,77 no ranking. Só 24 universidades, das 197 do país, têm nota total acima de 80 pontos.

A universidade também pode captar recursos de empresas públicas e privadas por meio do Fade (Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE) — R\$ 600 milhões entre

2012 e 2019. Parte dos recursos foi utilizada para bolsas de mestrados e doutorados.

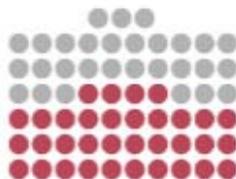
O MEC informou que, de janeiro até setembro, foram liberados para a universidade R\$ 129,6 milhões. "Deste valor, foram empenhados R\$ 105,9 milhões e efetivamente pagos R\$ 79,8 milhões, restando ainda à universidade R\$ 49,8 milhões para honrar seus compromissos", diz em nota.

O ministério declarou ainda que, de acordo com a legislação, as instituições de ensino têm autonomia para realizar a aplicação dos recursos.

Maioria das universidades federais está entre as melhores do país

Distribuição por estado

UF	Universidade
AC	UFAC
AL	UFAL
AM	UFAM
AP	Unifap
BA	UFBA
	UFRB
	UFDB
	Ufesba
CE	UFC
	UFCA
	Unilab
DF	Unb
ES	Ufes
GO	UFG
MA	UFMA
MG	UFMG
	UFU
	UFV
	UFJF
	Ufop
	UFLA
	UFSJ
	Unifei
	UFVJM
	Unifal MG
	UFTM
MS	UFMS
	UFGD
MT	UFMT
PA	UFPA
	Ufopa
	Unifesspa
	UFRA



34 das 63

universidades federais estão entre as 50 melhores do país

UF	Universidade
PB	UFPB
	UFCG
PE	UFPE
	UFRPE
	Univasf
PI	UFPI
PR	UFPR
	UTFPR
	Unila
RJ	UFRJ
	UFF
	UFRRJ
	Unirio
RN	UFRN
	Ufersa
RO	Unir
RR	UFRR
RS	UFRGS
	Ufpel
	UFSM
	FURG
	Unipampa
	UFCSPA
SC	UFSC
	UFFS
SE	UFS
SP	UfscAr
	UFABC
	Unifesp
TO	UFT

Nos cursos avaliados

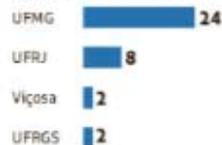


8 dos 40

têm uma federal como primeira colocada

- Ciências Contábeis
- Psicologia
- Propaganda e Marketing
- Serviço Social
- Pedagogia
- Enfermagem
- Comunicação
- Engenharia Ambiental

Quem tem mais cursos bem avaliados entre as universidades federais





Federal do Sul da Bahia vive de puxadinhos enquanto espera verba para acabar campus

Universidade utiliza salas de aulas e laboratórios emprestados desde a sua criação, em 2014

Bruno Lee

ITABUNA (BA) Criada em 2014, a UFSB (Universidade Federal do Sul da Bahia) subiu na lista geral do RUF (Ranking Universitário Folha) por dois anos consecutivos e chegou, em 2019, à 167ª posição. Agora, essa trajetória de crescimento pode ser interrompida por causa do bloqueio no seu orçamento imposto pelo Mi-

nistério da Educação, o maior entre as instituições federais.

Mais da metade da verba (54%) que seria usada para custeio (contas gerais e materiais) e investimentos (obras e equipamentos) ficou retido, segundo dados da instituição. São R\$ 17 milhões, ao todo.

O principal impacto foi a paralisação, em julho, da construção do novo campus Jorge Amado, em Ilhéus (a 310 km

de Salvador e a 30 km de Itabuna, onde fica a reitoria). A expansão das instalações dos outros dois campi, nas cidades de Porto Seguro e Teixeira de Freitas, também parou.

A dívida da instituição, só com as obras, é R\$ 6,2 milhões. O ambiente é de extrema incerteza, segundo Franklin Matos, diretor de planejamento.

Procurado, o MEC disse ter liberado, na última segun-

da (30), R\$ 1,15 bilhão para as universidades, acrescentando que não "possui ingerência sobre os processos de pagamentos que estejam a cargo de suas unidades vinculadas".

O revés é mais sentido do que em outras federais porque, além de ser muito nova, a UFSB nasceu sem uma estrutura física pronta. Até hoje, vive de puxadinhos.

"A universidade não é lugar

comum, está aquém do lugar comum. Precisava ter um tratamento diferenciado e, definitivamente, não tem", afirma Rogério Quintella, pró-reitor de pesquisa e pós-graduação.

Enquanto as obras em Ilhéus não são concluídas, o campus Jorge Amado funciona num galpão adaptado, a 10 km do centro de Itabuna.

Na biblioteca, há cinco mesas de leitura e pouco mais de





1 Prédio inacabado da UFSB no campus Jorge Amado, em Ilhéus (BA)
 2 Estrutura do edifício que vai abrigar salas de professores e a administração

Brasil/Lea/
 Fotogram

dez prateleiras. Livros ficam guardados em caixas.

A estrutura improvisada abriga 1.006 alunos de engenharia (florestal; agrícola e ambiental; e ambiental e da sustentabilidade) e também do chamado primeiro ciclo.

A graduação na UFSB é dividida em duas etapas. Na primeira, o estudante tem uma formação geral, em artes, ciências, humanidade ou saúde. A segunda, onde entram as engenharias e outros cursos, é um bacharelado.

Em Porto Seguro (a 276 km de Itabuna), são 1.028 estudantes, nos cursos de biologia, oceanologia e direito, entre outros; em Teixeira de Freitas (a 374 km da sede), são 999, em medicina e psicologia.

A reitoria e a administração

funcionam em um edifício vizinho, alugado. Por lá, cartazes nas paredes exibem um pedido: "Deixe-nos crescer".

Com 18 salas e seis laboratórios, para 5.000 alunos, o campus em Ilhéus seria a resposta para essa demanda. Antes do bloqueio, a inauguração estava prevista para o primeiro semestre do próximo ano.

A reportagem esteve no edifício, localizado em terreno da Ceplac (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira), instituição ligada ao Ministério da Agricultura que já foi líder em pesquisas sobre cacau na América Latina.

A área, quase inteiramente ocupada por vegetação, tem ao todo 700 hectares, dos quais 37 foram doados à UFSB.

Os banheiros já têm pias e



A Universidade Federal do Sul da Bahia não é lugar-comum, está aquém do lugar-comum. Precisava ter um tratamento diferenciado e, definitivamente, não tem

Rogério Quintella
 pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

vasos, e o piso tátil para deficientes visuais foi instalado. No teto, as estruturas que receberão painéis fotovoltaicos para a captação de energia solar também estão prontas.

Outro prédio, ao lado, projetado para abrigar o setor administrativo e salas de professores, ficou só no esqueleto.

Em pouco mais de três meses de obras paradas, a natureza ao redor já fez estragos.

"Os animais vão tomando conta", diz Lívia Sanjuan Farias, diretora de Infraestrutura.

Por dentro, há fezes de morcego por todos os lados. A chuva causou infiltrações e ferrugem em algumas estruturas.

Perto dali, no mesmo terreno, ficam os laboratórios usados pela universidade para pesquisa. De novo, a estru-

tura não é própria, mas emprestada. De novo, da Ceplac.

No indicador pesquisa do RUF, a UFSB também avançou, mesmo nessas condições. Passou do 193º lugar, em 2017, para o 136º, neste ano.

Os resultados nesse campo estão ganhando destaque. Um estudo sobre a regeneração de florestas tropicais, feito por um conjunto de pesquisadores que incluía o professor Daniel Piotto, do Centro de Formação em Ciências Agroflorestais da universidade, foi publicado na revista *Nature* em abril.

Segundo Quintella, a UFSB tem muito a ganhar com a "voceação florestal" do sul da Bahia, que tem grandes áreas de mata atlântica.

Continua na pág. 34





Federal do Sul da Bahia vive de puxadinhos enquanto espera verba para acabar campus

Continuação do pág. 33

O cacau, plantado na região há séculos, desempenha papel importante nesse contexto.

A UFSB abriu, em 2017, com a UESC (Universidade Estadual de Santa Cruz), o Centro de Inovação do Cacau, em Ilhéus.

O intuito é prestar consultoria aos produtores e à indústria, partindo da análise das amêndoas (matéria-prima do chocolate).

A riqueza natural do sul do estado — “boas terras, muito verde e chuva espalhada pelo ano inteiro”, segundo Quintella — contrasta com os baixos índices socioeconômicos.

“Deveria ser um território desenvolvido, mas é o oposto disso. É uma região muito pobre”, diz o pró-reitor.

Isso se reflete no perfil dos alunos da instituição e em suas propostas pedagógicas.

Em Itabuna, por exemplo, é comum que estudantes entrem nas salas para vender doces, conta Quintella. O dinheiro é usado para pagar o transporte de volta para casa.

“Nós temos menos alunos,

mas os nossos são mais vulneráveis”, afirma Sandro Ferreira, pró-reitor de sustentabilidade e integração social.

Por isso, a UFSB destina recursos do Pnaes (Plano Nacional de Assistência Estudantil), bolsa para ajudar na permanência na universidade, àqueles com meio salário mínimo de renda per capita, menos do que o estipulado por decreto, um salário mínimo e meio.

A instituição preenche 75% de suas vagas por meio de cotas, que incluem pessoas trans e ciganos. O resultado: hoje, 60% dos matriculados vivem na própria região.

Além da reserva de lugar, os chamados colégios universitários tentam abrir o meio acadêmico para gente de baixa renda. Eles funcionam dentro de escolas estaduais, em cidades com até 20 mil pessoas. São oito (três ficam nas regiões onde a UFSB tem campus).

Nesse formato, que usa as tecnologias da educação a distância, o aluno pode se formar no primeiro ciclo, generalista, sem sair de sua cidade.



No alto, corredor do campus temporário da universidade em Itabuna, em um galpão adaptado; acima, a biblioteca do espaço Bruno Lee/Folhapress

Professores universitários sob a CLT

O ministro Abraham Weintraub não é propriamente uma pessoa cuidadosa com o que diz. Ao assumir o Ministério da Educação (MEC), depois da turbulenta e curta gestão de Ricardo Vélez, Weintraub subiu o tom de declarações sob medida para provocar o “politicamente correto”, dentro do que os bolsonaristas chamam de “guerra cultural”. Por inevitável, cometeu erros crassos. Anunciou “cortes” orçamentários que na verdade eram “contingenciamentos”, por exemplo, e com isso colocou estudantes, professores e funcionários de universidades de volta às ruas, de onde haviam se retirado há algum tempo. Ele continuava em moderada linguagem. Resulta que propostas que o MEC tem feito terminam contaminadas pelo estilo Weintraub. Prejudica, dessa forma, debates que podem ser travados sobre projetos concretos. É o que acontece como programa Future-se, para as universidades públicas, em que se buscam novas fontes de financiamento para as instituições. Não é saudável para o ensino superior público depender apenas da disponibilidade financeira da União e de estados. Numa crise fiscal como esta, que persiste por cinco anos, a situação delas ganha dramaticidade. No Future-se, Weintraub defende que Organizações Sociais (OS) entrem na administração da universidade pública. Este modelo de gestão permite uma flexibilidade que instituições subordinadas diretamente ao Estado não têm. Neste sentido é que há a proposta de professores serem contratados pelo regime da CLT, sem que os estatutários deixem de existir.

Tem lógica a iniciativa, até porque o oposto de uma repartição pública é uma universidade. Ou deveria ser. Em artigo no GLOBO, o pesquisador do Instituto de Estudos de Política Econômica e ex-presidente do IBGE Simon Schwartzman, que se dedica a temas educacionais, lamentou que a polarização em que vive o país faça com que, neste debate, não haja meio-termo: quem defende que professores e funcionários sejam estatutários, com estabilidade de emprego e reajustes independentes do mérito, considera que o outro lado deseja que as universidades se tornem empresas comerciais, cobrando matrículas e vendendo serviços. E não é isso. Simon destaca que nos países em que há universidades de qualidade “as contratações não são feitas por concursos formais e burocráticos.”

Tudo é mais flexível, e o contrato de trabalho com o professor ou funcionário técnico pode ter diversos prazos, inclusive prever a estabilidade. Sempre mediante avaliações periódicas, rejeitadas com veemência por corporações que controlam os campi brasileiros. O que temem? Não há dúvida de que o ofício da magistratura, da pesquisa, requer condições de trabalho diferentes. Mas para isso não é necessário o engessamento do estatuto do funcionário público. Este é dos assuntos-chave que devem ser tratados sobre o futuro do ensino superior brasileiro. Abraham Weintraub poderia colaborar, baixando o volume de seus discursos ideológicos.

Ela, não

O pesadelo de Abraham Weintraub chama-se Tabata Amaral. A comissão externa formada para fiscalizar o Ministério da Educação, coordenada por ela, já enviou nada menos do que 29 requerimentos com pedidos de informação à pasta. Weintraub confidenciou a um interlocutor que já recorreu até a Rodrigo Maia para tentar convencer Tabata a desacelerar. Sem sucesso.

O futuro da educação e os futuros professores

JOÃO BATISTA ARAUJO E OLIVEIRA

O Conselho Nacional de Educação pôs em debate minuta de resolução a respeito das Diretrizes Curriculares Nacionais. Tudo na correria – o prazo se esgota em poucos dias. O filme é antigo. Mas o cenário mudou e a resolução pode ser inócua. Vejamos.

Cena 1: entra a demografia. Nas próximas décadas teremos redução dos nascimentos. Em 40 anos passaremos de 3 milhões para 2 milhões de crianças para cada série escolar. Vamos precisar de menos escolas, menos salas de aula, menos professores.

Cena 2: entram os professores. Nos próximos 12 anos cerca de 60% dos atuais professores poderão aposentar-se. Oportunidade ímpar para mudar o perfil do plantel.

Cena 3: nos últimos 20 anos os sistemas de ensino têm contratado entre 30 mil e 50 mil professores por ano. E temos 1,5 milhão de alunos em cursos de formação de professores, dos quais cerca de 240 mil se formam a cada ano. Oportunidade ímpar para reduzir e calibrar a demanda.

Cena 4: também nos últimos 20 anos, sabemos que os alunos que procuram cursos de formação de professores obtêm, em média, 500 pontos no Enem, que é a nota média do exame. Portanto, metade deles se encontra abaixo dessa média.

Para entrar num curso competitivo de qualquer universidade pública é preciso ter 700 pontos, ou mais. Ou seja, os cursos de formação de professores não conseguem atrair alunos com preparo adequado. Não seria difícil recrutar anualmente de 30 mil a 40 mil jovens com esse perfil para o magistério.

O desafio do magistério no Brasil não está no currículo dos cursos de formação, nem mesmo nos salários. O desafio consiste em criar novas e atraentes carreiras para jovens recém-formados ou para profissionais já formados em outras áreas. A oportunidade é imperdível. E tudo indica que vamos perdê-la.

Vejamos o que dizem as evidências e as práticas dos países mais avançados.

Bons professores têm elevado nível intelectual – são pessoas intelectualmente desenvolvidas, curiosas, capazes de continuar aprendendo pela vida afora, como fazem os demais profissionais de alto nível. Bons professores dominam o conteúdo do que ensinam ou vão ensinar. Isso é muito mais eficaz do que obter títulos de mestrado ou doutorado sem conexão com o conteúdo do ensino. Bons professores aprenderam a lecionar em escolas onde o ensino é bom – e eles são supervisionados por professores experientes e treinados na arte de dar feedback e de

desenvolver pessoas. Em geral, parte desse treino inclui uma reflexão conceitual sobre a prática, frequentemente realizada em intercâmbios com instituições de formação. Só depois disso são efetivados, mas o rodízio é grande, pois não é fácil ser – e continuar a ser – um bom professor.

As práticas dos países avançados também teriam algo a nos ensinar: não há modelo único. Diferentes países usam diferentes formas de preparar seus professores. Na maioria deles, as pessoas primeiro se formam em algum curso superior e só depois recebem treinamento específico caso decidam entrar para o magistério.

Disso podemos derivar um roteiro com chance de dar certo. O ponto de partida seria criar novas carreiras e atrair para elas pessoas com o perfil adequado. O segundo passo seria experimentar com diferentes formas de treinamento supervisionado em serviço – a experimentação é fundamental, porque não dispomos nem de experiência nem de um grande contingente de professores experientes e habilitados para essa função. Mas sabemos o que precisa ser feito. A oportunidade é ímpar: a demanda será modesta nos próximos anos. Se houver vontade de aprender e avançar aos poucos, em vez de querer regular tudo a priori, o tempo está a nosso favor.

O que seria o essencial para





implementar essas ideias? Primeiro, elevar a barreira de entrada: os futuros professores deveriam ser recrutados entre os melhores de sua geração – entre alunos com desempenho mínimo próximo a 700 pontos no Enem. Sem isso nunca teremos professores de qualidade, qualquer que seja o processo de formação. Segundo, estabelecer como exigência fundamental que os futuros professores conheçam a fundo os conteúdos do que vão ensinar. Terceiro, exigir estágios probatórios em escolas que funcionam bem, sob supervisão adequada. Nada disso precisa de “resolução” formal. Nada disso deveria ser função de um Conselho Nacional de Educação. Depende apenas de regras e incentivos. Há somente um entrave, que consiste nas regras que permitiriam aos atuais docentes migrar para essas novas carreiras. Seria preciso alterar a

legislação federal para exigir dos atuais docentes a mesma qualificação.

Mas, ao que tudo indica, teremos mais do mesmo. A minuta de resolução do Conselho Nacional de Educação segue a tradição: começa citando mais de dez leis e decretos, além de uma infinidade de resoluções. Seguem-se 13 “considerandos”, e nenhum deles aborda a calamidade em que nos encontramos nem a trágica experiência que caracteriza o setor. E há as incontáveis minúcias de como deve ser feito algo que não temos boa tradição em fazer: recrutar, formar e manter bons professores. O texto define o que é docência, diz para que serve a formação, define educação, trata de princípios da formação, detalha como as instituições formadoras devem trabalhar, exige que estas articulem pesquisa, ensino

e extensão, e por aí vai, num infindável rosário de exigências formais e desnecessárias.

O conselho vai receber sugestões, promover as ruidosas e inócuas audiências públicas e baixar mais uma resolução. O MEC lavar as mãos, dizendo que foi “Resolução do Conselho”. E tudo continuará como dantes no quartel de Abrantes. A não ser que o governo decida agir para melhorar a educação no País.

Transformar a docência numa carreira atraente não precisa de mais uma “Resolução” desse tipo. Precisa apenas de resolução com r minúsculo, além de compromisso e vontade de transformar a educação.

JOÃO BATISTA ARAUJO E
OLIVEIRA - PRESIDENTE DO
INSTITUTO ALFA E BETO

Doações de empresários ampliam caixa de partidos

Valor repassado às legendas no ano passado aumentou 19% em relação a 2017 e chegou a R\$ 106 milhões; grandes empresários estão entre os ‘mecenass’

Felipe Frazão Renato Onofre /
BRASÍLIA

Mesmo em tempos de rejeição e descrédito, partidos políticos ampliaram a receita com doações destinadas a patrocinar suas atividades. Somente no ano passado, grandes empresários e outros doadores deram R\$ 106 milhões para as 35 siglas registradas no País, uma quantia 19% superior aos R\$ 89 milhões recebidos em 2017. O dinheiro não foi destinado diretamente a campanhas eleitorais, mas, sim, ao caixa das legendas – que receberam, ainda, R\$ 889 milhões do Fundo Partidário. Na lista dos “mecenass” estão famílias que controlam grandes grupos empresariais.

Desde 2016, os partidos estão proibidos pelo Supremo Tribunal Federal de receber recursos de empresas para financiar campanhas e seu funcionamento. Empresários, porém, continuam doando, mas como pessoa física, conforme dados levantados pelo Estado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A prática é permitida por lei e não

resulta em deduções para o doador. Em princípio, não há limites para contribuições de pessoa física, mas os partidos só podem transferir para campanhas o equivalente a 10% dos rendimentos brutos de cada doador.

Este cenário, porém, já causa incômodo em siglas mais dependentes dos recursos públicos, que ameaçam com a votação de um projeto que limitaria as doações privadas a até dez salários mínimos por pessoa (mais informações na pág. A8).

A maior doação, no ano passado, foi feita pelo secretário de Fazenda de São Paulo, Henrique Meirelles. Com uma fortuna declarada de R\$ 377 milhões, Meirelles doou R\$ 900 mil para o MDB, seu partido, e R\$ 600 mil para o PSD, ao qual era filiado antes. Meirelles disputou a eleição presidencial, bancou a própria campanha com R\$ 57 milhões e terminou na sétima colocação (1,2 milhão de votos).

Da conta “pessoa física” do empresário Rubens Ometto, controlador da Cosan – uma das maiores empresas do Brasil, com negócios nas áreas de energia, logística e infraestrutura –, saiu R\$ 1 milhão para partidos que vão da direita à centroesquerda. O DEM recebeu R\$ 500 mil. Ao PSB e PDT ele repassou, respectivamente, R\$

450 mil e R\$ 50 mil. “As doações foram realizadas em caráter pessoal e seguiram as regras estabelecidas”, disse Ometto.

Flávio Rocha, da Riachuelo, também doou R\$ 1 milhão no ano passado. A verba foi dividida: R\$ 570 mil ao Podemos e R\$ 430 mil ao Republicanos. Um dos líderes do grupo de empresários Brasil 200, Rocha afirmou que a recompensa dos partidos aos doadores é promover uma “renovação política”. No ano passado, ele chegou a lançar a pré-candidatura pelo PRB, atual Republicanos, mas desistiu de concorrer ao Planalto. “Devemos participar do processo eleitoral, fortalecer os partidos e a democracia”, disse.

Fora do poder central e com uma redução significativa das suas bancadas no Congresso, o PT foi o partido que mais recebeu doações no ano passado. Foram R\$ 21,5 milhões. Em relação a 2017, a legenda registrou queda de 5% na receita, obtida principalmente na ampla base de filiados, parlamentares e ocupantes de cargos na esfera pública, que, por regra interna, devem contribuir mensalmente com as finanças da sigla. O maior doador individual do PT foi o empresário José Ricardo Rezek, do grupo de agronegócio, mercado imobiliário e tecnologia que leva o sobrenome da





família. Ele doou R\$ 200 mil.

Redes. Criado há quatro anos, o Novo já é o segundo partido que mais recebe contribuições. Sob a bandeira do fim do financiamento público às legendas e aos candidatos, o Novo fez campanha nas redes sociais para angariar recursos e conseguiu o maior salto registrado em números nominais: de R\$ 8,8 milhões em 2017 para R\$ 17 milhões em 2018. Considerando os 150 maiores financiadores de partidos, que fizeram doações acima de R\$ 40 mil, um em cada cinco deu dinheiro à sigla comandada por João Amoêdo, ex-executivo de bancos.

Rafael Sportelli, da Aethra, indústria produtora e exportadora de autopeças em Contagem (MG), repassou R\$ 950 mil ao partido no ano passado, o maior valor registrado. O CEO da Localiza, Eugênio Pacelli Mattar, contribuiu pessoalmente com R\$ 930 mil. Ele é irmão do secretário especial de Desestatização e Desinvestimento do governo de Jair Bolsonaro, Salim Mattar. Embora simpatizantes, os dois não são filiados ao Novo.

Eugênio disse que as contribuições estão desvinculadas de suas atividades empresariais. “Representa o apoio cidadão a causas consideradas relevantes.”

Entre os dez maiores financiadores de partidos, há nomes do mercado financeiro, ruralistas e empresários dos ramos de energia, saúde, educação e confecções, alguns com experiência em cargos públicos e disputa prévia de mandatos eletivos. A lista dos dez maiores arrecadadores inclui siglas de centro e de esquerda: PSDB, MDB, PDT, PSB, PCdoB, DEM, PP e Republicanos.

Herdeiros de bancos concentram 66% do dinheiro doado ao partido liderado pela ex-ministra Marina Silva. As principais doadoras da Rede são as irmãs Elisa e Beatriz Sawaya Botelho Bracher, com R\$ 840 mil, e Neca Setubal, com R\$ 322 mil – as três de famílias acionistas do Itaú –, além de Daniela Maria, Gisela Maria e Mariana Moreau, com R\$ 849 mil, ligadas à holding Paraguaçu Participações.





ARRECAÇÃO

• Quanto cada partido recebeu em doações em 2017 e em 2018

Valor recebido

EM MILHÕES DE REAIS

	TOTAL 2017	TOTAL 2018	VARIÇÃO EM %
PSL	0,308	2,8	808,58
DEM	0,955	3,5	263,96
PODEMOS	0,650	2,1	225,45
REDE	0,915	2,5	178,25
PROS	0,360	0,804	123,1
NOVO	8,8	17	93,69
PSDB	6,1	8,8	44,37
PSD	1,8	2,4	32,54
PSB	3,7	4,8	27,69
PRTB	0,366	0,463	26,43
MDB	5,8	7,3	24,21
PTB	2,6	3,1	22,17
PL	1,6	1,9	20,97
PSOL	1,1	1,2	12,13
SOLIDARIEDADE	0,515	0,567	10,1
REPUBLICANOS	2,8	3,1	9,97
PSC	1	1,1	3,63
PCO	0,009	*	0
PSTU	1,2	1,2	-2,09
PT	22,8	21,5	-5,53
PP	3,9	3,3	-16,36
PMN	0,617	0,505	-18,01
PCDOB	5,7	4,7	-18,35
CIDADANIA	1,3	1	-18,38
PRP	0,863	0,698	-19,13
PV	1,7	1,4	-21,7
PTC	0,714	0,533	-25,43
PDT	7,6	5,6	-26,28
PPL	0,326	0,240	-26,37
AVANTE	0,288	0,204	-29,24
DC	0,474	0,328	-30,7
PHS	0,727	0,492	-32,36
PATRIOTA	0,589	0,395	-32,85
PCB	0,252	0,161	-36,12
PMB	0,339	0,113	-66,67

*NÃO DECLAROU

O ranking dos maiores financiadores em 2018



Henrique Meirelles
ECONOMISTA /
MERCADO FINANCEIRO
R\$ 1,5 milhão



Rubens Ometto
EMPRESÁRIO / ENERGIA
E INFRAESTRUTURA
R\$ 1 milhão



Flávio Rocha
EMPRESÁRIO / VAREJO
R\$ 1 milhão



Rafael Sportelli
EMPRESÁRIO / INDÚSTRIA
R\$ 950 mil



Eugenio Pacelli Mattar
EMPRESÁRIO / LOCAÇÃO
DE AUTOMÓVEL
R\$ 930 mil



Wilson Picler
EMPRESÁRIO / EDUCAÇÃO
R\$ 800 mil



Tasso Jereissati
POLÍTICO E ACIONISTA /
REDE DE SHOPPING
R\$ 696 mil



Jayme Garfinkel
EMPRESÁRIO / SEGUROS
R\$ 500 mil



Elisa Bracher
ACIONISTA / SISTEMA
BANCÁRIO
R\$ 500 mil



Magda Mofatto
POLÍTICA E ACIONISTA /
MINERAÇÃO, SERVIÇOS E
AGRONEGÓCIOS
R\$ 400 mil



Fernando C. Marques
EMPRESÁRIO / INDÚSTRIA
FARMACÊUTICA
R\$ 400 mil



Walterdan F. Madalena
EMPRESÁRIO / INDÚSTRIA
DE ALIMENTOS
R\$ 400 mil



Daniela Maria Moreau
ACIONISTA / AGRONEGÓCIO /
SERVIÇOS
R\$ 400 mil

#FORNADOPARTIDO

ENTREVISTA

Wilson Picler, empresário do setor de Educação

‘Eu me senti na obrigação de ajudar e fazer algo’

Maior doador individual do PSL, o empresário Wilson Picler, do grupo educacional paranaense Uninter, foi um dos primeiros a apostar no partido que abrigaria a campanha do então candidato Jair Bolsonaro. Ele doou R\$ 800 mil à legenda. Dono de uma fortuna declarada de R\$ 48,3 milhões, já foi deputado federal pelo PDT. Picler chegou a se inscrever na disputa por uma vaga no Senado, mas desistiu por não ter se desvinculado do conselho de administração da empresa.

Por que o sr. decidiu dar dinheiro ao PSL?

Eu, como político, acreditei neste projeto, que está fazendo as reformas necessárias à nossa economia.

Foi uma iniciativa própria do sr. ou a pedido de políticos?

Foi uma iniciativa própria. Eu é que procurei o PSL manifestando o desejo de apoiar a proposta de mudança no Brasil.

Qual era seu objetivo?

Apoiar a estruturação do PSL no Paraná e ajudar a candidatura ao Senado. Estávamos preocupados, pois os outros partidos tinham o fundo partidário reforçado e nós, do PSL, não tínhamos nada.

Considera que a contribuição foi frutífera?

Quando a Dilma (Rousseff) foi afastada e o (Henrique) Meirelles assumiu como ministro da Fazenda, ele declarou: “Estamos trabalhando em ritmo acelerado para evitar que

o Brasil seja considerado insolvente, como é o caso da Grécia. Ainda não é o caso, mas falta pouco”. Claro que essa fala soou como alerta para os empresários. Eu, e muitos outros, nos sentimos na obrigação de ajudar e fazer alguma coisa. Precisamos de empregos, crescimento econômico, reformas estruturais. E isso está acontecendo. A sociedade ainda está dividida, mas creio que este remédio amargo fará bem ao Brasil.

É possível desvincular suas doações de sua empresa?

As doações foram pessoais, diretamente para o partido, por transferência bancária, registrada no TRE e no IR (Imposto de Renda) da minha pessoa física e dentro do limite que a lei permite. Acreditei neste projeto de governo e continuo acreditando.

Entrevista / Jair Bolsonaro **‘A economia é 100% com o Guedes e não tem plano B’**

Presidente diz que não vai interferir na economia nem promete fazer grandes obras como marca de governo

Tânia Monteiro Andreza Matais

Diante das cobranças por resultados na economia, até mesmo de dentro do governo, o presidente Jair Bolsonaro reforçou seu apoio ao ministro Paulo Guedes. Em entrevista ao Estado, o presidente disse não ter plano B para a economia e afirmou que Guedes continua sendo o “posto Ipiranga” nessa área. “A economia é 100% com o Guedes”, afirmou. Bolsonaro recebeu o Estado em seu gabinete no Palácio do Planalto na última sexta-feira. Bem-humorado, disse que sua meta é concluir obras inacabadas deixadas por seus antecessores, mesmo que tenha de dividir o mérito com eles. Admitiu ter insônia e viver nas redes sociais e revelou ainda planos de comprar uma moto para passear disfarçado nas ruas de Brasília. Leia os principais trechos.

• O senhor compactua com as críticas de que a retomada da economia está demorando?

A tendência natural do ser humano é o poder. Alguns têm



obsessão. Tem grupos aqui, acolá, que se preparam já para 2022 e ficam torcendo para o quanto pior, melhor. Só que o pior tem um limite. O próprio Paulo Guedes (ministro da Economia) diz que a gente não vai ter segunda chance. Com uma dívida de R\$ 4 trilhões que consome, segundo ele, um Plano Marshall por ano (o plano de ajuda econômica dos Estados Unidos a países europeus no pós-guerra). Estamos conseguindo reconquistar a confiança do mundo nessas questões. O Tarcísio (Freitas, ministro da Infraestrutura) está viajando há 15 dias para os Estados Unidos e a Europa, buscando investidores. A Tereza Cristina (Agricultura) fez um périplo pela Ásia. Não dá pra dar um cavalo de pau na economia. A economia é um transatlântico.

• O senhor vai iniciar uma extensa agenda de viagens pela Ásia, esteve nos Estados Unidos duas vezes...

Agora (na viagem para a Assembleia da ONU) em Nova York, raro o chefe de Estado que não queria uma reunião bilateral. Não fiz por problemas de saúde, porque me preparei para poder aguentar o discurso, sem tossir ou começar a fraquejar. Nunca estivemos tão bem com os Estados Unidos. Os países que colaram nos Estados Unidos fizeram uma boa relação e conseguiram vencer obstáculos da economia. Estamos caminhando para isso.

Quando os resultados começam a aparecer?





A Caixa está dando boas notícias, diminuindo os juros do cheque especial, sem interferência minha. Eu poderia interferir na Caixa. Eu não posso interferir é no Banco do Brasil, porque não pode, teoricamente né? Posso interferir trocando o presidente (risos), mas longe disso aí... A Dilma interferiu em 2012 e baixou os juros na marra. Essas instituições ganharam clientes, mas perderam lucro. Não sou economista, mas acho que os lucros deles vão aumentar. Então, o quadro está aí. Não tem plano B. A economia é 100% com o Guedes. Não discuto. É 100% com o Guedes. Dou sugestões às vezes, de vez em quando eu tenho razão, ele diz que vai tomar providência. O que eu transmito a ele é o anseio popular. Não pego na rua mais, não posso estar na rua, mas pego nas mídias sociais.

Consegue captar nas redes sociais esses anseios?

Eu tenho problema de insônia, não adianta. Vou lá pra um canto, para não atrapalhar a mulher na cama. Eu printo muitas vezes e passo aquilo para os ministros. O Paulo Guedes pega metade disso aí praticamente. E o ministro dá uma satisfação.

• O senhor falou para o ministro Guedes que existem três assuntos proibidos: fim da correção do salário mínimo, fim da estabilidade para servidores e CPMF?

Falei com ele sobre CPMF, que esse nome está contaminado. Ninguém aguenta essas quatro

letrinhas. Você tem uma parte benéfica desse imposto, mas ele foi usado de forma inadequada no passado. A preocupação é o aumento de impostos. ‘Ah, vamos aprovar uma alíquota pequenininha agora.’ Depois, esse porcentual aumenta. Não estou proibindo ninguém de falar nada... (risos) Quem demitiu o Marcos Cintra (ex-secretário da Receita Federal que defendia a volta do imposto) foi o Guedes. Não interfiro nessas questões.

De onde o governo pretende tirar novos recursos?

Aí pergunta para o Guedes

E os Estados e municípios?

(risos).

O senhor ainda chama o Paulo Guedes de Posto Ipiranga?

De vez em quando chamo, não deixou de ser... (risos). Quisera nós termos sempre um Posto Ipiranga do nosso lado. Nas Forças Armadas, o Posto Ipiranga é um tal de Heleno, conhecem? (Augusto Heleno, ministro do Gabinete de Segurança Institucional, presente na entrevista).

• O Congresso reduziu a economia esperada com a reforma da Previdência. Agora, no debate do leilão do pré-sal, como fica a discussão sobre a divisão dos recursos?

Guedes fala o seguinte: uma maneira de atender o parlamentar, que em grande parte faz justiça, é na questão das emendas impositivas.

Mas não adianta ser impositiva se não tem dinheiro. Ele acertou lá esse modelo da cessão onerosa e quer passar, para as demais, uma parte para o governo, uma parte para o Parlamento. Essa briga é deles, não é nossa.

O senhor concorda com a proposta de divisão dos recursos com o Congresso?

Deixei para o Paulo Guedes porque você não está barganhando. Você tem as emendas impositivas. O pessoal acha que estão fazendo toma lá, da cá. Mas está no Orçamento.

Mas não são apenas as emendas impositivas que serão distribuídas. É por isso que se fala em toma lá, dá cá.

Tem emenda de bancada também, tem tudo. O ideal é você poder cumprir o Orçamento. Agora, o pessoal superestima o Orçamento, com o sonho de conseguir recursos para dar satisfação para sua base. Não tem coisa pior do que o parlamentar falar: ‘Eu aprovei, foi publicado no Diário Oficial da União e nós vamos fazer uma ponte pequena no Amazonas e depois não tem o recurso’. Não adianta. Aliás, a ideia das emendas impositivas foi para acabar com isso.

• O governo conseguiu resultados positivos na geração de empregos, mas ainda temos um número muito grande de desempregados. Há algum projeto especial para gerar mais postos de trabalho?





Deixa eu elogiar o (ex-presidente Michel) Temer aí. Se o Temer não fizesse a reforma trabalhista, estaria numa situação pior do que estava antes. É muito bonito falar em direitos. Agora quero saber os direitos do desempregado, não tem direito nenhum. Eu já falei: ‘O povo que tem que decidir, direitos ou empregos, não vai ser eu. Eu acho que a mão de obra mais cara do mundo é a nossa. Em consequência, a gente perde mercado para todo mundo’. ‘Ah, o cara quer tirar direitos.’ Então fica com seus direitos, mas desempregado. Eu queria dar mais direitos para os caras, mas, quanto mais direitos, maior o desemprego.

O governo estuda retirar 10% do adicional do FGTS pago pelo empregador?

É uma ideia lá do Paulo Guedes e tem sinal verde. Quando ele tem essas ideias, ele só me procura, até para eu me preparar para no dia seguinte poder responder.

Há outras propostas para melhorar a empregabilidade?

Os direitos trabalhistas estão consolidados no artigo sétimo da Constituição. Alguns dizem que é uma cláusula pétrea, isso aí é uma guerra jurídica enorme. Então eu falo: ‘Não toca no assunto, é o que está aí’.

O senhor pensa em uma marca do seu governo, uma grande obra?

Não vamos partir para ser igual

ao que o PT fez com as refinarias. O que eu tenho falado para os ministros é terminar as obras. Aí podem falar: ‘Ah, começou com a Dilma, com o Temer’. Mas, se a gente não for atrás, vai virar só esqueleto. Parte do sucesso do Tarcísio (Freitas, ministro da Infraestrutura) é que ele está usando os batalhões de engenharia do Exército para fazer obras. A mão de obra lá é o soldado. Se bem que um soldado ganha de diária 25 reais. Falei com o Fernando (Azevedo e Silva, ministro da Defesa) que a partir do ano que vem dobraremos esse valor. Outra coisa é a certeza de que, dificilmente, vai haver um desvio. Faremos no próximo mês um sobrevoo na BR-163, no Pará. No caso das obras da Ferrovia NorteSul, em dois anos deve ser entregue. Eu pretendo fazer isso aí. É comum no meio político perguntar: ‘Qual a sua grande obra?’. Mas se eu for me preocupar com isso daí, a gente não governa.

Os governos militares foram de grandes obras.

Mas era outra época. Você vê. Na época dos atos secretos do Sarney, uma vez eu fui à tribuna, numa sessão do Congresso que tinha a ver com as Forças Armadas, e ele ficou preocupado achando que eu ia (criticá-lo). Eu disse: ‘Acabei de conversar com o senhor Leônidas Pires Gonçalves, seu ministro do Exército, ele mandou te agradecer pelo 13.º de 1986. Eu enchi a bola do Sarney e virei amigo do Sarney (risos).

• Como está a situação do ministro do Turismo, Marcelo

Álvaro Antônio, denunciado no caso dos laranjas do PSL?

Ele não chegou ao final da linha. Se for algo de grave, substancial, a gente toma uma decisão. Ele está fazendo um brilhante trabalho. Tem um diretor lá da Embratur, Gilson Machado, que tá no 220 volts o tempo todo. Temos um plano audacioso. Onde tiver um hotel nós pretendemos afundar um navio ali. Vai ajudar a manter o hotel com mais clientes, mais hóspedes, de gente que gosta de fazer o mergulho de contemplação. Esse ministério era apenas uma moeda de troca no passado, hoje tem sua finalidade e dá retorno.

• Neste domingo começa o Sínodo no Vaticano. O papa disse que os incêndios na Amazônia são um problema do mundo...

A Igreja Católica é uma coisa, fé é uma coisa... agora, alguns querem voltar para aquilo que foi discutido em 1948 pela ONU, a questão da internacionalização da Amazônia. É esse o grande problema. Eu acho que, por exemplo, a única coisa boa que a França nos fez quando questionou nossa soberania foi despertar o espírito patriótico no Brasil. O pessoal começou a se interessar. Nós levamos a índia Ysani Kalapalo para a ONU. Li uma carta lá dos índios agricultores. Nós começamos a tirar o monopólio do Raoni (Metuktire, mais influente liderança indígena da atualidade) nessa questão. Quanto ao Sínodo, eles têm o direito de discutir o que bem entendem. Eu vou deixar bem claro que poderá ser a posição de





alguns da cúpula católica e não de todos.

• ***O senhor acompanha o debate do impeachment do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump? O senhor conversou com ele sobre o assunto?***

Tenho liberdade com ele, mas não abuso. Ele ficou de ligar esta semana para mim (não revela o assunto). O Senado é republicano. Então, isso para mim é espuma. Não vai para frente. Eu torço por ele, não é porque ele é o presidente, não. Ele tem uma visão muito parecida com a minha. Eu o conheci nas prévias, sofreu o mesmo que eu sofri, fake news.

• ***O senhor nomeará o deputado Eduardo Bolsonaro para a embaixada nos Estados Unidos?***

Não tem data. Deixa passar a votação da reforma da Previdência, não tem pressa não. Ele se prepara melhor pra enfrentar uma sabatina, caso ele mantenha a ideia de ir para lá. Para mim seria interessante. Mas eu não posso forçá-lo a ir. Ele vai renunciar ao mandato dele.

• ***Ele está reavaliando a ideia?***

Não, não está reavaliando, ele está é pensando, né? Ele está recém-casado, está feliz (risos).

• ***O esforço de deputados do Partido Democrata dos Estados Unidos para o Brasil não ser aliado preferencial da Otan é uma retaliação ao senhor?***

É natural a oposição em qualquer país do mundo. Eu não quero briga com ninguém. Brigar para quê? Eu não vou entrar nessa briga, o país dividido, né? Ontem (quinta, 3), esteve aqui o Rodrigo Maia. Foi aniversário do Onyx (Lorenzoni, ministro da Casa Civil). Tinha umas cem pessoas. O Maia estava em um canto, falei: ‘Vem cá Maia, vem aqui do lado do aniversariante, quem manda aqui sou eu. Você manda lá no Parlamento (risos)’.

Eu falei que o nosso relacionamento começou com algum atrito, igual àquele grande amor que nasce de um acidente de trânsito. Você desce do carro, fala para a dona Maria: ‘A senhora não sabe dirigir’. E ela xinga: ‘Machista’. Conhecem ali, e vão ser felizes para sempre. Eu estou quase me casando com o Rodrigo Maia (risos).

• ***E com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP)?***

Se bem que, quando eu falo que vou casar com o Rodrigo Maia, o Davi Alcolumbre fica com ciúmes (risos). Mas qual é a vantagem que eu tenho com eles? Nós fomos deputados juntos, do baixo clero juntos. A eleição do Rodrigo Maia para a presidência da Câmara foi uma surpresa. A do Davi para o Senado também. Derrotou o Renan (Calheiros, do MDB de Alagoas), o todo-poderoso. Então, eu tento falar com eles, eles vêm falar comigo. A nossa oportunidade é essa, de deixar algo escrito na História.

• ***Para um governo sem base no Congresso a boa relação é importante?***

Se a gente se der bem, por exemplo, o Rodrigo Maia vai botar em votação o projeto do porte de armas, está acertado. Ele vai botar em votação também, porque é o dono da pauta, as mudanças no Código Nacional de Trânsito. Parece que não é nada, mas quando você passa de cinco para dez anos a validade da carteira, todo mundo ganha. Depois dos 65 anos, volta a ser cinco anos. Eu estou com 64, mas não é um projeto em causa própria.

• ***O senhor acabou com o presidencialismo de coalizão e mesmo assim aprovou a reforma da Previdência. Como explica isso?***

Primeiro, nós escolhemos ministros técnicos e conversamos muito. A cada 15 dias, tem reunião. Nós conseguimos mostrar para o Parlamento que não tinha outro caminho a não ser o nosso. Você bota o Tarcísio na sua frente, você quer saber da BR tal, ele tem um HD na cabeça e sabe como resolver o assunto. Se você perguntar para mim, com todo respeito, eu sei, acho que 10% do que o Tarcísio sabe. Como as nossas finanças estão, não adianta o partido tal ter um ministério porque não vai ter o que fazer também. Vai ter mais dificuldade de fazer do que nós fazemos.

• ***Como o senhor avalia as críticas ao ministro da Educação, Abraham Weintraub? Ele ainda não mostrou resultados?***

Nós perdemos três ou quatro meses. O Vélaz (Rodríguez, ministro anterior) tinha uma bagagem enorme, mas tinha um problema grave de





gestão. Depois trocamos, veio o Abraham. Estou satisfeito com ele. Tem apresentado muita coisa para mim, programas novos, como as escolas cívico-militares, está mudando a forma como se encaram as universidades. É um gasto bilionário com curso superior e não temos um Prêmio Nobel sequer. Tem coisa errada aí. Algumas universidades se prestam a criar militantes.

• Qual é a meta do senhor para as universidades?

O objetivo final da educação que eu entendo é formar um bom profissional, vai ser bom empregado, bom patrão, bom liberal. Essa é que é a intenção. Tem ainda a questão das escolas militares.

• Nesse caso, alguns Estados não aderiram.

São Paulo foi por questão política, Rio foi por questão política, o Ceará aceitou com restrição. Ah, aderiu? (um assessor avisa que São Paulo acabara de anunciar a participação). O cara (João Doria, governador de São Paulo) fazia tudo que eu fazia, né? De repente, ele resolveu tomar outro rumo aí, cada um que siga o seu destino. Me criticou, não sei por quê. O povão gostou do meu pronunciamento na ONU.

• Do que o senhor mais gosta e do que menos gosta no exercício de ser presidente?

O que mais gosto é que sinto, juntamente com meus ministros, que estou cumprindo uma missão. Estamos mudando muita coisa. A que eu menos gosto é quando alguns, que

não são do meu meio, querem marcar uma audiência para discutir uma coisa que não deveria ser discutida. Não vou falar o que é, mas me chateia.

• O senhor sente falta de liberdade?

Eu sabia que ia ficar preso. Eu estou preso em casa, sem tornozeleira eletrônica. Vou dar uma bomba para vocês: devo comprar nos próximos dias uma moto e deixar parada lá no Alvorada. O Heleno não sabia disso, ficou sabendo agora. Vamos comprar duas para dar um rolê por aí, de peruca (risos)?

• O senhor está bem de saúde?

Pela minha idade, e pela gravidade (da facada que tomou em 2018), eu estou muito bem. Se eu fosse uma pessoa sedentária dificilmente teria sobrevivido. Nós estamos, agora, atrás de quem foi o mandante. Chegou ao meu conhecimento uma correspondência de um preso contando por alto quem poderia ser o mandante do crime, mas não quero falar.

• O Fernando Henrique registrava num gravador os bastidores do governo. O Lula tinha uma assessora que anotava tudo. O senhor faz um diário?

Olha aqui (o presidente mostra sua agenda sem nenhuma anotação). O Geisel fez as memórias dele e autorizou a publicação depois da morte. Eu até apareço duas vezes no livro dele. Uma vez como conspirador. Logo eu, pô! (risos). Eu acho que ele conspirava muito.

Nós escolhemos ministros técnicos e conversamos muito. A cada 15 dias, tem reunião. Nós conseguimos mostrar para o Parlamento que não tinha outro caminho a não ser o nosso.

Não vamos partir para ser igual ao que o PT fez com as refinarias. O que eu tenho falado para os ministros é terminar as obras. Aí podem falar: 'Ah, começou com a Dilma, com o Temer'. Mas, se a gente não for atrás, vai virar só esqueleto. Ele (ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, que foi denunciado) não chegou ao final da linha. Se for algo de grave, substancial, a gente toma uma decisão. Ele está fazendo um brilhante trabalho.

Alguns querem voltar para aquilo que foi discutido em 1948 pela ONU, a questão da internacionalização da Amazônia. É esse o grande problema. Eu acho que, por exemplo, a única coisa boa que a França nos fez quando questionou nossa soberania foi despertar o espírito patriótico no Brasil.

O objetivo final da educação que eu entendo é formar um bom profissional, vai ser bom empregado, bom patrão, bom liberal. Essa é que é a intenção.

Não tem data (para a indicação de seu filho Eduardo à embaixada do Brasil nos Estados Unidos). Deixa passar a votação da reforma da Previdência, não tem pressa, não. Ele se prepara melhor pra enfrentar uma sabatina, caso ele mantenha a ideia de ir para lá. Para mim seria interessante. Mas eu não posso forçá-lo a ir. Ele vai renunciar ao mandato dele."

Escolas de robótica, o atalho para o futuro

Cursos que focam tecnologia e programação atraem cada vez mais crianças e adolescentes

Gilberto Amendola

As crianças da geração passada eram “mandadas para o inglês” por pais conscientes do diferencial que um idioma estrangeiro poderia representar no futuro de seus filhos. Hoje, apesar de ainda fundamental, o inglês não é mais o “pulo do gato” – transformou-se em uma ferramenta básica. O tal diferencial tem sido procurado em outra língua, mais especificamente no idioma da tecnologia. Cursos de robótica e programação para crianças e adolescentes (de 5 a 17 anos) vêm se espalhando pelo País.

Veja só o Maurílio Moraes, de 13 anos, que até bem pouco tempo tinha uma agenda ocupada pelo inglês, pela natação e pelo judô. Ultimamente, ele também tem as sextas-feiras, que antes eram livres, bloqueadas por uma atividade. Você pode encontrá-lo, por exemplo, concentrado em aprender a programar uma lâmpada que se acende sozinha ou um carrinho inteligente que desvia dos obstáculos. “Acho que no futuro posso trabalhar com tecnologia”, garante.



Nas escolas visitadas pela reportagem do Estado, as aulas partem de exercícios lúdicos (com blocos para encaixar e aplicativos que já ajudam as crianças menores a começar a entender a lógica da programação), mas avançam em direção à criação de aplicativos, robótica, desenvolvimento de games e internet das coisas e maker (aulas em que os alunos são incentivados a criarem objetos e executarem projetos).

Em média, o custo desses cursos vai de R\$ 250 a R\$ 450 – com aulas semanais que duram de 1h30 a 2 horas.

“Com a programação, a criança começa a aprender a pensar, a desenvolver um raciocínio lógico e a trabalhar com criatividade. Às vezes, os pais não entendem como o interesse natural das crianças pelo

computador, jogos e YouTube pode ser canalizado para o futuro”, disse o idealizador da escola CTRL+ Play, Henrique Nóbrega.

Mercado. Fundador da escola Happy Code, Rodrigo Santos aponta uma das funções práticas dos cursos livres de programação e robótica. “Um dos grandes problemas no mercado de trabalho mundial e, principalmente, brasileiro é encontrar profissionais capazes de criar tecnologia. Temos um déficit de mão de obra nessa área. Em um país com tantos desempregados, essa é uma questão importante.”

Alguns alunos, já chegam nesse tipo de escola imbuídos de espírito de inovação tecnológica, como é o caso de João Léllis, de 15 anos. “Eu gostaria de criar coisas para ajudar as pessoas. Acho que posso fazer isso através da programação”, conta Léllis, que estava trabalhando na automação de uma maquete envolvendo a sincronia de um farol de trânsito e uma cancela.

Em outra aula, flagramos os alunos desenvolvendo saídas para games – e soluções para problemas colocados pelos próprios personagens criados por eles. Pedro Campos, de 10 anos, por exemplo,





quer fazer um milionário arrecadar dinheiro para contratar professores. “Ele vai tirar de quem tem muito dinheiro e investir nos professores”, disse Pedro – que se animou ao ter a sua criação comparada a Robin Hood. Para o garoto, as aulas têm funcionado bem. Ele, que já sonhou em ser astrofísico, tem pensado seriamente em se especializar no desenvolvimento de jogos.

Sustentabilidade. Em Fortaleza, o professor André Cardoso desenvolve um trabalho de robótica sustentável em escolas públicas e particulares. Desde 2016, ele usa caixas de papelão, tampinhas de garrafa e toda variedade de lixo eletrônico possível na construção de robôs. “Tinha a ideia de ensinar robótica, mas não tinha recursos. Daí nasceu a ideia de ensiná-la de forma sustentável”, contou o professor. “Ao mesmo tempo em que ensino tecnologia, falo em conservação do meio ambiente”, completou.

Cardoso afirmou que alguns

“A criança começa a aprender a pensar, a desenvolver um raciocínio lógico, criatividade. Os pais não entendem como o interesse natural das crianças pelo computador, jogos

e YouTube pode ser canalizado para o futuro.” Henrique Nóbrega
IDEALIZADOR DA CTRL+PLAY

dos seus alunos já estão empreendendo a partir do conhecimento adquirido. “Eles criaram dinossauros e jacarés que já participam de disputa de robôs e são usados em festas de criança”, disse. “Mesmo sem recurso é possível pensar e trabalhar com robótica para crianças e adolescentes”, completou. Alto lá. A psicopedagoga e conselheira da Associação Brasileira de Psicopedagoga (ABPp) Quézia Bombonato prefere fazer ponderações sobre o afã tecnológico de pais e crianças. “Os pais dizem que estão preparando os filhos para o futuro. Eu posso entender isso, mas é preciso lembrar que o futuro não passa apenas pela tecnologia”, disse. “O perigo é você não estimular outras habilidades em uma criança – e deixá-la acomodada nesse mundo virtual”, completa.

Para Quézia, tecnologia é útil como ferramenta, mas não como fim. “Não pode substituir outros aprendizados. A criança precisa de habilidades cognitivas, desenvolver empatia e convivência em grupo.”

‘As aulas me ajudam a expandir minhas ideias e a conectá-las’

Programas procuram potencializar o tempo que as crianças já gastam na frente do computador

Mas não só de futuros profissionais da tecnologia vivem esses cursos. Julia, de 11 anos, por exemplo, quer criar e produzir histórias em quadrinhos – até anda com alguns exemplares feitos por ela mesma (com histórias de aventura e humor). “As aulas de tecnologia me ajudam a expandir minhas ideias e a conectá-las”, afirmou. “Gosto muito das aulas. Menos de lição de casa. Lição de casa nunca é divertido”, completou.

Na mesma classe, os irmãos Isadora e Guilherme Rossi, de 11 e 9 anos, gostam de pensar no aprendizado da tecnologia como um conhecimento a mais para o futuro, mas sem pressão. “Ainda não sei o que quero ser, mas acho que pode ser uma profissão que me sustente e me faça viajar o mundo”, falou ela.

Para Rodrigo Santos, fundador da Happy Code, o curso busca potencializar o tempo que crianças já gastam na frente do computador. “Por isso, temos a preocupação de passar conceitos de ética digital, controle de dados e até de direitos autorais. Enfatizamos que tudo na internet é escrito a caneta e não se apaga. É preciso desenvolver Preocupados com ética digital e direito autoral a responsabilidade das crianças também”, disse. “No

futuro, podem desenvolver um perfil de inovação, tudo o que o País precisa.”

O professor Gabriel Ajala Oliveira, da escola Supergeeks, relata que é comum os pais o procurarem para agradecer a melhora do filho em disciplinas escolares. As crianças ganham habilidades em várias áreas, como em interpretação de texto e, claro, na Matemática – já que desenvolvem a lógica nesse universo da programação e robótica. “A criação de um robô ou de um jogo de computador faz com que a criança se desenvolva em muitos aspectos.”

O engenheiro Rogério Lima Afonso, pai de um menino

Pai. de 12 anos, falou que pensa em visitar escolas de robótica para matricular o filho. “Há dez anos, não se tinha essa preocupação. Hoje, acho que se meu filho não aprender a programar ou entender o universo da tecnologia, ele vai ser tratado como um analfabeto no futuro”, comentou.

Serviço

HAPPY CODE.

[HTTPS://WWW.HAPPYCODESCH00L.COM/](https://www.happycodeschool.com/)

CTRL+PLAY.

[HTTPS://WWW.CTRLPLAY.COM.BR/](https://www.ctrlplay.com.br/)

SUPERGEEKS.

[HTTPS://SUPERGEEKS.COM.BR/](https://supergeeks.com.br/)

Entrevista / Tabata Amaral

O governo tem uma postura bizarra na Educação



Ameaçada de expulsão do PDT, Tábata do Amaral escolheu a legenda por identificar-se com o projeto de escola integral, defendido por Darcy Ribeiro e Leonel Brizola. Desiludida com a "nova política", a deputada prefere, agora, falar em "boa política"

» Ana Dubeux » Bernardo Bittar
» Deborah Ventura » Denise Rothenburg » Luiz Calcagn0

Há quem entre na faculdade e abandone os estudos para fazer política. Há quem atrole a própria mãe para conquistar um mandato, com a promessa de, uma vez eleito, comandar uma revolução. Tabata trilhou o caminho oposto. De menina pobre, filha de um cobrador de ônibus e de uma diarista, ela primeiro fez a própria revolução. Das 10

universidades americanas nas quais sonhou estudar, passou em seis. Tudo isso, sem deixar de lado a luta diária por um sistema de ensino capaz de emancipar cidadãos e ajudar a reduzir o abismo da desigualdade social no país. Resultado: na volta de Harvard, disputou um mandato pelo PDT e tornou-se a deputada federal mais jovem eleita por São Paulo.

Hoje, aos 25 anos, ela transita entre a dedicação ao mandato e os percalços enfrentados para exercê-lo. Novata no Congresso, chamou a atenção do país quando deu uma aula de educação ao então ministro da área, Ricardo Vélez. O vídeo viralizou na internet. Independente, vota a favor de propostas que considera boas para o país, sem se deixar intimidar por patrulhas. Foi assim com a reforma da Previdência. Depois de votar a favor e de batalhar

por votos para a proposta, acabou ameaçada de expulsão e foi colocada na geladeira pelo partido. Não se intimidou. Não sabe, porém, se continuará no PDT. A bola está com Carlos Lupi, presidente da sigla. A opção dela pela legenda tem a ver com o projeto de educação integral, historicamente defendido por nomes como Darcy Ribeiro e Leonel Brizola.

No conturbado relacionamento com o PDT, Tabata tira força das frustrações para seguir em frente. Faz o mesmo diante dos constantes ataques machistas que sofre, principalmente, pelas redes sociais. "As pessoas se sentem no direito de me enviar mensagens pornográficas, se sentem no direito de me ameaçar de morte e de comentar como estou vestida. É muito violento", desabafa.

Ela repudia a maneira como a educação, sua bandeira principal, é tratada pelo governo Bolsonaro, e faz críticas ao MEC e, especialmente, ao ministro Abraham Weintraub. "O governo tem uma postura bizarra", diz, em entrevista na redação do Correio. Acompanhada de uma assessora que trabalhou durante a campanha no escritório de São Paulo, a parlamentar fez um balanço dos nove primeiros meses de Congresso e detalha a vida na capital federal.

"Dá para escrever um tratado sobre o que significa ser mulher aqui





em Brasília", diz a jovem deputada, que chegou à capital há nove meses, repleta de esperança e sonhos. Nesse período, descobriu que a realidade do mundo da política é bem mais pesada do que a do mundo acadêmico da astrofísica, onde era uma das poucas mulheres.

Por fim, ela admite que a tal "nova política" não é a oitava maravilha do Brasil moderno. Tabata, inclusive, se arrepende de ter endossado esse slogan. Hoje, ela ajustou o foco para o que chama de "boa política" e o ingresso de mais mulheres nessa seara.

Sua bandeira é a educação. O que acha das escolas públicas militarizadas pelo governo?

Para mim, as escolas cívico-militares demonstram a forma de se tomar decisões no Brasil atualmente. Não há evidência de resultado, ainda mais quando se analisa a base do financiamento. Essas escolas são muito mais caras (para o Estado) que as regulares, especialmente pelas pessoas envolvidas. É um investimento sem sentido, uma decisão política e ideológica que não demonstra visão de investimento em educação e segurança. Baseia-se em machismo, tratando uma instituição militarizada como algo capaz de melhorar a segurança. É uma demonstração de como o governo (do presidente Jair) Bolsonaro toma decisões. Isso tem reflexo no Ministério da Educação (MEC), que não mudou muito desde a exoneração do (ex-ministro Ricardo) Vélez. O que começou a andar foram as comissões externas em andamento no MEC, um trabalho

mais sério por parte dos secretários.

Alguns parlamentares dizem que a senhora é muito combativa. Isso prejudica o diálogo da Comissão de Educação da Câmara com o governo?

A Comissão Externa de Acompanhamento do MEC complementa muito a Comissão de Educação na Câmara. Vamos semanalmente às secretarias do MEC, trazemos requerimentos de informação, nos preocupamos em fiscalizar. Acompanhamos as atividades do ministério e estamos produzindo bastante material, muitas coisas, inclusive, que não saem na mídia. Está sendo uma ótima experiência. Sobre a crítica de eu ser muito combativa, entendo e acho que um aprendizado grande nos últimos meses foi entender, na prática, que a política se faz em grupo. Então, passei nove meses entendendo quais eram meus grupos na Câmara. E, para mim, isso foi uma certeza muito forte. Encontrei meu grupo na bancada feminina, na Frente Parlamentar pela Educação, entre os parlamentares mais jovens (...) A política se faz em grupos e é importante ter isso muito consciente. Tenho ajudado a construir agendas sociais com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), o que não seria possível se ainda não tivesse entendido que a política é algo que se faz em grupo. Mas é difícil pedir que eu não seja combativa no que diz respeito à pasta que acho mais importante — a Educação. Sou uma pessoa razoável, mudo de opinião quando alguém traz argumentos baseados em evidências. Consigo ver o que tem de bom nos ministérios. O da Infraestrutura é um exemplo.

Mas é difícil enxergar algo bom no MEC. Educação é a área, que tenho maior conhecimento, entendo as coisas mais chatas relacionadas ao tema, e o governo tem uma postura completamente bizarra nesse assunto. Não dá para pedirem que eu seja um robô.

O problema está na figura do ministro Abraham Weintraub ou na estrutura que o governo criou?

Na figura do ministro. Não tenho nenhuma relação com ele e todo mundo sabe que nosso relacionamento não é dos melhores. Por isso, foi importante conhecer o corpo técnico do MEC. Isso se faz indo ao ministério toda semana, ouvindo projetos, perguntando com respeito. Vocês não vão me ver no plenário dizendo que o Future-se (projeto do MEC para dar autonomia na gestão de universidades e institutos federais) vai privatizar a Educação. Eu li o projeto. Mas há coisas preocupantes, como quando se fala das OS's (Organizações Sociais). E quando eu falo sobre algo que me traz esse sentimento, peço uma resposta. Não estou fazendo palanque, mas essa foi a maneira que encontrei de dialogar — me conectando com esse corpo técnico que faz um trabalho sério. Temos um ministro peculiar, alguém que gasta tempo fazendo vídeos com críticas a setores importantes da população... É um ministro complicado.

O primeiro ano de mandato está no fim, mas ainda há três pela frente. Como pretende conduzi-los?

Levando adiante esse trabalho





sério e comprometido. Vou continuar lendo projetos, falando com quem está tocando determinados temas, fazendo propostas e ouvindo explicações. Em uma Câmara polarizada, isso é o que tem de mais inovador. Você não pode chegar apontando o dedo e gritando, mas pode falar com propriedade se entender o que está sendo discutido. Na questão do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), sou a favor dos incentivos. Visitei o Brasil inteiro e é muito evidente ver que prefeitos e secretários não têm se empenhado para investir o dinheiro corretamente. Eles colocam operadores políticos para serem professores, diretores... Isso atrapalha a progressão de carreira dos professores que não votaram na "pessoa correta". Eu sei como funciona na ponta. Então, se for colocar mais dinheiro, e eu acho que precisa colocar, é necessário dar incentivo à assistência técnica. Eu tive essa conversa com o MEC e eles me mandaram um ofício com incentivos negativos. Isso não funciona. O ministério sugeriu o bloqueio de verbas do Fundeb de municípios que não avançassem em Educação. Estudamos, conversamos, falei com o secretário e ele mudou o ofício. Adoraria fazer uma reunião com o ministro também.

Sobre a expectativa em relação ao Congresso, está acontecendo o que a senhora imaginou ou as coisas tem surpreendido? Está satisfeita com o que viu?

Tem coisas boas, com certeza, mas algumas coisas são frustrantes. Uma coisa boa é o que falei dos grupos. Tinha muito medo de ficar

sozinha, de não me encaixar e acabar sem espaço na Câmara. Tive medo de a minha atuação se tornar irrelevante. Ficar no famoso "baixo clero" (deputados com menor influência política entre seus pares) e levar quatro anos para aprovar um projeto. Mas é muito surpreendente ver todo o espaço que conquistei e a forma que atuo hoje. Não esperava ter todo esse espaço, todas as premiações... Estou aqui, fui eleita. Eu, Tataba, da Vila Missionária (Zona Sul de São Paulo), estou aqui. Mas existem as frustrações do dia a dia, como quando votamos o projeto de fiscalização dos partidos, flexibilizando o caixa 2 e acabando com o financiamento de campanha. Naquele dia, vi governo e oposição, juntos, atrás de um projeto que eu não tinha como lutar. Era uma vontade de todos os partidos, mas, na hora, pensei: "estou mudando alguma coisa?", "aqui tem espaço pra gente"? Tenho 25 anos de idade e me vejo onde queria estar, fazendo o que queria fazer, mas só poderei mudar algumas coisas quando mudarem as práticas coletivas. Me arrependo do discurso de nova política que endossei no começo do mandato, então comecei a falar de boa política em vez de nova política. Foi o discurso da nova política que fez com que alguém acreditasse em que Jair Bolsonaro, deputado por três décadas, hoje presidente da República.

Muitos parlamentares devem se licenciar para concorrer às prefeituras em 2020. A senhora vai se candidatar?

Fiz alguns compromissos de campanha que me deram muita liberdade. Sou livre para fazer o que

acho correto por causa desses compromissos, como o valor das doações. Estipulei que ninguém doaria mais de 20% do orçamento total da campanha durante as eleições. Entendia que, se alguém doasse tanto, cobraria esse valor depois. A maior doação foi de 9% da verba total. Isso me dá liberdade. Escolhi terminar o mandato de deputada federal, fui eleita para isso e me parece desonesto com os eleitores que eu faça algo diferente. Muita gente acha que sou burra, porque estou bem nas pesquisas e deveria concorrer à prefeitura de São Paulo para fazer nome, mas não faz sentido para mim. Pretendo me candidatar novamente em 2022. Antes disso, vou fazer campanha apenas para pessoas que acredito, pessoas que deveriam estar com mais visibilidade na política. Quero formar um grupo político que pensa diferente.

Mas o PDT não defende a sua candidatura como prefeita?

Essa decisão de não concorrer à prefeitura trouxe alguns conflitos dentro do partido, que não entendeu muito bem meu posicionamento. Mas acho que é uma coisa partidária, cabe a eles estimularem minha candidatura e cabe a mim tomar a decisão. E minha decisão foi a de não me candidatar.

Não é seu primeiro embate com o partido. O relacionamento com a legenda, como vai?

Estou suspensa desde o dia da votação da reforma da Previdência (quando a deputada votou contra o direcionamento do partido, contrário à proposta. Tabata votou a favor). Isso é ruim. Perco muito espaço. É





o partido que te indica para comissões, para temas que vêm do Executivo... Mas, até agora, não houve julgamento. O PDT abriu um processo administrativo e ainda não decidiu. O PSD (que também suspendeu deputados por desobedecerem ao fechamento de questão) encerrou esse assunto. O PDT, não. E isso é muito agonizante. Não sei mais nem o que dizer. Já enviamos carta pública, vivemos cobrando, pedimos qualquer posicionamento... E não acontece nada.



"Nossas pesquisas indicam que mais de 80% dos pais gostariam que os filhos estudassem numa escola cívico-militar, e eu convido a todos os pais a irem conhecer uma escola perto da sua casa. Vocês vão ficar encantados. O desempenho escolar chega a ser 70% superior a uma escola padrão normal"

**Ministro da Educação,
Abraham Weintraub**



Marcelo Camargo/Agência Brasil

"Investir R\$ 54 milhões em escolas militares, sem nenhuma evidência que de fato elas melhorem a qualidade do ensino público, não faz o menor sentido. Isso só mostra que o governo quer impor sua ideologia a qualquer custo."

**Deputada Tábata
Amaral (PDT-SP)**



Mirelaine Júnior/CS/DA Press - 3/10/19

Colégio Olimpo

Referência no ensino brasileiro

Fundado em 2004 em Goiânia, o curso pré-vestibular Olimpo surgiu com a missão de preparar alunos para ingressar nas instituições de ensino superior mais exigentes do país. Em 2008, a unidade de Brasília foi inaugurada e, hoje, é a matriz do grupo. Criado inicialmente como cursinho, atualmente, a instituição oferece ensinamentos fundamental 2 (do 6º ao 9º ano) e médio (do 1ª ao 3ª ano), pré-vestibular (extensivo e intensivo), turma IME/ITA, turmas olímpicas e classes específicas. Elas são distribuídas nas unidades de Asa Sul e Águas Claras. O conglomerado também conta com unidades em Goiânia, Belo Horizonte, Uberlândia e Palmas.

Nos últimos 5 anos, o colégio obteve 805 aprovações na Universidade de Brasília (UnB), além de ingressos na Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS), no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), no Instituto Militar de Engenharia (IME) e em diversas outras universidades.

Somente no curso de medicina, são mais de 2,5 mil aprovações em 13 anos. “O objetivo não é apenas oferecer conteúdos e práticas pedagógicas, mas também criar condições para que o aluno seja capaz de enfrentar os desafios que serão impostos pela vida”, explica Rodrigo Bernadelli, diretor do Grupo Olimpo.

Nascido em Itumbiara (GO), Rodrigo, 45 anos, cursou engenharia de aeronáutica no ITA e é licenciado em física. Segundo ele, a empresa foi criada em decorrência de conversas e discussões entre amigos dentro do alojamento do instituto. “Nós éramos alunos e discutíamos muito sobre educação. Todos davam aulas à época e estudavam sobre o assunto em paralelo, até que veio a ideia de abrir uma empresa de educação em Belo Horizonte, no ano 2000”, lembra. Depois de algum tempo, ele decidiu vender a parte da empresa e fundou o Olimpo, quatro anos depois. A escolha por Goiânia se deu pela facilidade e prospecção de mercado.

Logo após a abertura, a instituição começou a apresentar um número elevado em aprovações nos vestibulares de todo o Brasil.

Tecnologia

O Olimpo conta com grupo de professores e assistentes pedagógicos comprometido e informado, com experiência profissional e capacidade de aprendizado. “A atualização de métodos de ensino é constante. Hoje, nós temos a criação de aplicativos e utilização de instrumentos eletrônicos, como kits de robótica e de programação, além de estudo de músicas e sons. O nosso fundamento não se baseia em artifícios tecnológicos, mas em métodos apresentados por estudos desenvolvidos pela pedagogia nos últimos 10 anos, que não estão necessariamente aliados à instrumentação tecnológica”, complementa Rodrigo.

Enade: 64% dos cursos das federais tiram notas mais altas

Índice das universidade privadas é de 21% nas faixas 4 e 5 de desempenho na avaliação do ensino superior

BRUNO ALFANO E
LEANDRO PRAZERES
sociedade@oglobo.com.br

Uma avaliação realizada pelo Ministério da Educação apontou que 64% dos cursos da rede federal de ensino superior conquistaram os dois maiores índices do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) no quesito conceito. Na escala de 1 a 5, eles ficaram com notas 4 e 5. Já as universidades privadas (com e sem fins lucrativos) tiveram apenas 21% dos cursos nessa faixa de desempenho. O ministro Abraham Weintraub, no entanto, defendeu o desempenho das particulares. Os dados foram divulgados ontem pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). —Numericamente, mais ou menos quase metade dos cursos que têm conceito 5 vêm das privadas. A outra metade das públicas — disse o ministro.

Dos 8.821 cursos avaliados, 1.275 (14%) são de instituições públicas e 7.546 (86%), de privadas. Eles são de bacharelado (nas áreas de Administração, Administração Pública, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Design, Direito, Jornalismo, Psicologia,

Publicidade e Propaganda, Relações Internacionais, Secretariado Executivo, Serviço Social, Teologia e Turismo) e de superiores tecnológicos (nas áreas de Comércio Exterior, Design de Interiores, Design de Moda, Design Gráfico, Gastronomia, Gestão Comercial, Gestão da Qualidade, Gestão de Recursos Humanos, Gestão Financeira, Gestão Pública, Logística, Marketing e Processos Gerenciais). Já a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) afirmou em nota que dois fatores contribuíram para o desempenho baixo das universidades privadas: o perfil dos alunos e a própria prova. “Historicamente, sabemos que estão nas universidades públicas um grupo maior de alunos com melhor condição econômica, que tiveram oportunidades de estudo mais qualificadas, e, com isso, obtiveram resultados superiores no Enem. Outro aspecto que consideramos importante diz respeito à metodologia do Enade. Temos questionamentos, tais como o fato do aluno não ter incentivo para fazer a prova com dedicação, pois a nota não entra no histórico escolar”, apontou o diretor presidente da associação, Celso Niskier. Participaram 462.242 universitários no último ano de curso em todos os estados

brasileiros. Juntando as universidades públicas e privadas, a área que teve mais cursos com o conceito Enade 5 foi Secretário

Executivo, com 10,3%. O pior desempenho foi na área de Administração Pública. Nela, 53,4% dos cursos avaliados ficaram com os menores números do conceito (1 e 2). Weintraub também fez críticas ao Enade, instrumento de avaliação do ensino superior do próprio MEC. Segundo ele, a prova não tem estímulo ao aluno e, por isso, não dá para saber se ele se empenhou. Atualmente, uma parte dos estudantes é obrigada a fazer a prova, quando selecionada, no último ano do curso. —Não temos como mensurar adequadamente se aquela instituição teve um bom desempenho de fato. Não me sinto totalmente à vontade para apontar o dedo para uma instituição e dizer que está um absurdo. A gente precisa melhorar o instrumento de controle — afirmou Weintraub.

PUNIÇÃO AOS ESTUDANTES

Por isso, o ministro planeja punir alunos com notas ruins no Enade. Weintraub também afirmou acreditar que quem acerta menos de 20% das questões da prova atua para “sabotar” o exame: — Uma pessoa que faz a prova e não consegue acertar, ou acerta 10% das questões, eu acho que essa pessoa não deveria se formar. Não deveria ter o diploma. Weintraub disse que o governo avalia algumas ideias para punir alunos que tiram notas mínimas no exame, mas que elas serão enviadas ao Congresso antes de





serem implementadas. —A gente tem uma série de sugestões, mas não vamos fazer nada a fórceps. Vamos fazer no diálogo, na conversa.

O sociólogo César Callegari, ex-membro do Conselho Nacional de Educação, disse que a ideia de punir alunos é uma “distorção”. — Evidente que boa parte dos déficits educacionais dos quais são vítimas aqueles que concluem cursos

superiores é de responsabilidade das instituições de ensino, e não exclusivamente dos alunos. Já Simon Schwartzman, membro titular da Academia Brasileira de Ciências, acredita que o baixo desempenho no Enade não deve levar à punição do aluno, mas da instituição: — O que deve ser feito é restringir o acesso de alunos ao curso da instituição que teve as notas baixas.

NÚMEROS DO EXAME



550.845

Estudantes prestaram o Exame



1.791

Universidades participantes



8.821

Cursos avaliados de

duas áreas

- Cursos superiores tecnológicos de Gestão e Negócios

- Apoio Escolar

- Hospitalidade e Lazer

- Produção Cultural

- Design

- Bacharelados nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas

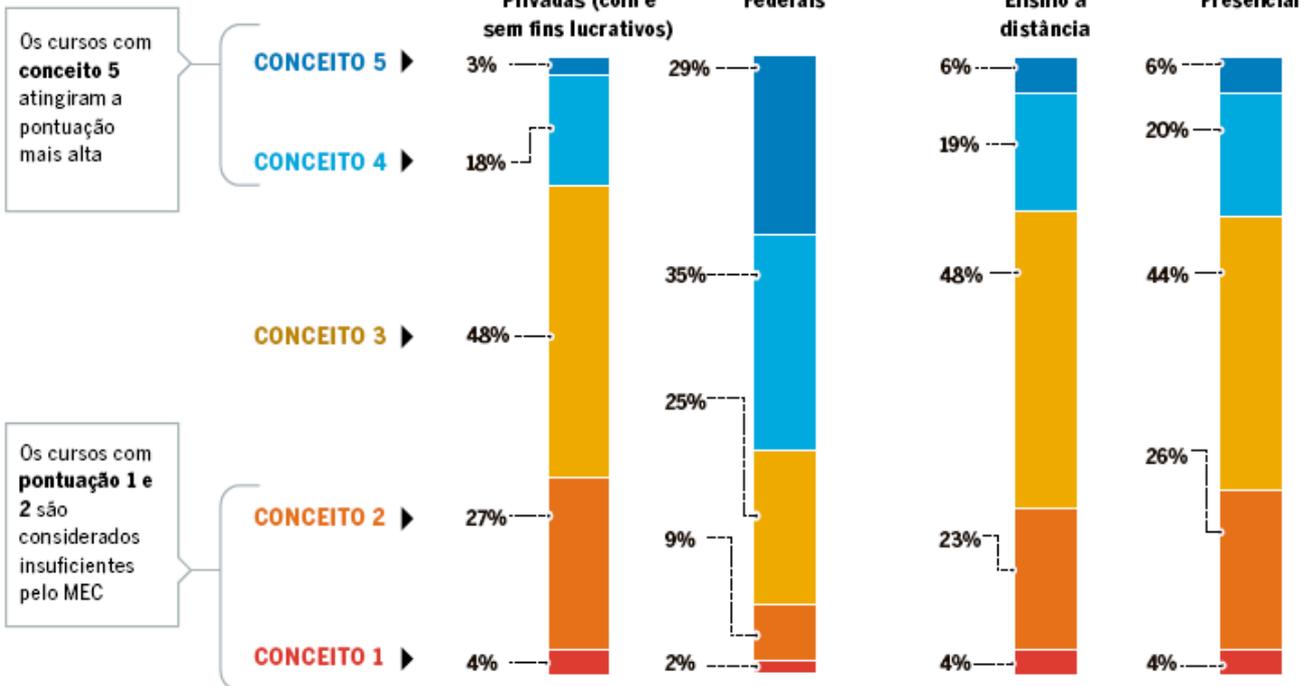
- Ciências Humanas

- Áreas afins

PROPORÇÃO DE CURSOS EM CADA FAIXA DE NOTAS DO ENADE

PRIVADAS X FEDERAIS

EAD X PRESENCIAL



Fonte: Enade

Editoria de Arte

TJ libera Doria para gastar com aposentado verba de educação

Desembargadores extinguem ação que questionava prática da gestão tucana

Carolina Linhares

SÃO PAULO O Tribunal de Justiça de São Paulo extinguiu uma ação que questionava a prática do governo paulista, comandado por João Dória (PSDB), de empregar recursos destinados à educação para pagamento de servidores aposentados.

Os desembargadores do Órgão Especial do TJ-SP também revogaram, na última quarta (2), uma liminar que impedia que o governo desviasse os recursos da educação para a Previdência.

O voto vencedor, acompanhado pela maior parte dos magistrados, foi do presidente do tribunal, Manoel de Queiroz Pereira Calças.

A Constituição de São Paulo determina gasto mínimo de 30% da receita corrente líquida com educação, enquanto a Constituição Federal estabelece percentual de 25%.

Uma lei estadual, aprovada

em dezembro de 2018, permite que o governo use até 5% dessa verba para cobrir o déficit da Previdência.

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) extinta pelo TJ questionava a validade dessa lei, sob o argumento de que ela viola o que determina a Constituição estadual.

Essa questão, no entanto, não chegou a ser avaliada pelos desembargadores. O processo foi extinto sem a análise do mérito, pois a maioria dos magistrados entendeu que não cabia uma ADI, já que uma eventual inconstitucionalidade da lei não seria direta.

Em abril, o relator do processo, desembargador Jacob Valente, concedeu liminar suspendendo o efeito da lei até que o TJ decidisse a questão.

Mesmo assim, o governo Doria continuou computando gastos com aposentados entre os 30% de recursos destinados à educação.

TJ autoriza Doria em manobra de gastos com educação

Custos de Previdência têm sido contabilizados como despesas com ensino

Mínimo da receita de impostos a ser gasta com educação no ano

Em %

Segundo a Constituição Federal

25

Segundo a Constituição de SP

30

Como o governo Doria gastou com a educação (jan a ago)

Em R\$ bilhões

% da receita

Total

25,2 28,9

Sem contar a Previdência

19,3 22,1

R\$ 5,9 bi gastos com aposentados foram contabilizados como educação

O que diz a lei

2007: lei estadual autoriza governo a contabilizar gastos com aposentadorias de servidores da rede de ensino como despesas com educação. Medida foi parar no STF, ainda sem definição

dez. 2018: governo consegue aprovar nova lei estadual para legitimar manobra, desde que gaste 25% com educação e só 5% com Previdência

abr. 2019: Justiça paulista, em liminar, derruba validade da lei de 2018

out. 2019: Justiça paulista derruba ação que questiona manobra e revoga liminar; lei de 2018 volta a valer

Fonte: Governo de São Paulo





Segundo dados da Secretaria da Fazenda, o estado já usou R\$ 5,9 bilhões de verba da educação para cobrir a Previdência, de janeiro a agosto.

A maquiagem nos gastos com educação foi uma das razões pelas quais o Ministério Público de Contas recomendou, pela primeira vez, rejeição das contas do governo de São Paulo relativas ao ano de 2018 —quando Geraldo Alckmin (PSDB) e Márcio França (PSB) ocuparam o cargo de governador. O Tribunal de Contas do Estado, porém, aprovou as contas.

Caso o Tribunal de Justiça tivesse decidido que o uso de recursos da educação para pagar aposentados era irregular, a gestão Doria teria que recompor, até o fim do ano, R\$ 7,8 bilhões para a educação.

Na ação, o governo argumentou que haveria risco de “paralisa da prestação dos serviços públicos mais essenciais para a sociedade, inviabilizando, por completo, a execução de inúmeras políticas públicas levadas a cabo por dezenas de Secretarias do Estado, com prejuízos inestimáveis para a população paulista”.

A prática de usar os 30% da educação para pagar aposentados é adotada pelo Governo de São Paulo desde pelo menos 1995. A manobra também é alvo de ação no Supremo Tri-

bunal Federal, sob a relatoria do ministro Edson Fachin.

A ação no TJ-SP foi proposta pela Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo). A entidade aguarda a publicação do acórdão para decidir se irá recorrer.

O presidente do TJ, Pereira Calças, concordou com o argumento do Governo de São Paulo de que não cabe uma ADI para questionar a lei estadual que autoriza os gastos de educação com aposentados.

Segundo o desembargador, a eventual ofensa à Constituição presente na lei não é direta, mas reflexa. Ou seja, para encontrar irregularidade, é preciso consultar, além da própria Constituição, a Lei Federal de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que não estabelece o gasto com aposentadoria como uma despesa de educação.

Em seu voto, Pereira Calças diz que a ADI exige que a inconstitucionalidade seja direta, e não reflexa. Seu entendimento foi seguido por 19 dos 24 desembargadores que compõem o Órgão Especial do TJ.

Além disso, os desembargadores entenderam que é preciso esperar o resultado da ação sobre o mesmo tema que tramita no STF. A ação foi proposta pela Procuradoria-Geral da República em 2017 e aguarda decisão de Fachin.

Particulares têm só 3% de cursos com nota máxima em avaliação do MEC

Já entre as universidades federais, 29% têm nota 5; ministro Abraham Weintraub disse querer punir estudante que vai mal no Enade

Paulo Saldaña

BRASÍLIA Somente 3% dos cursos de ensino superior de instituições particulares avaliados no último Enade tiveram conceito máximo. Esse índice é de 29% entre cursos de universidades federais.

O Enade é uma avaliação federal realizada pelos concluintes de ensino superior. Os resultados da última edição, aplicada em 2018, foram divulgados pelo MEC (Ministério da Educação) nesta sexta-feira (4).

Os resultados do exame compõem o sistema de avaliação e regulação das instituições de ensino superior. A cada três anos, são avaliadas algumas áreas do conhecimento.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, tem repetido críticas à qualidade das universidades federais e já declarou que o setor privado terá prioridade na expansão de vagas. Weintraub também defendeu que as próprias instituições toquem uma autorregulação de qualidade, o que é defendido pelas empresas educacionais.

Em entrevista à imprensa, Weintraub disse que o governo estuda mudar a legislação para punir estudantes que não tenham bom desempenho na prova. A ideia seria impedir que concluintes garantam seu diploma caso não atinjam um percentual mínimo de acertos — o que hoje é vetado pela legislação.

Como o Enade foi criado para avaliar os cursos, e não os alunos, a nota nessa prova não conta para o currículo do estudante.

Os concluintes precisam estar presentes na avaliação para colar grau, mas muitos entregam a prova em branco. A falta de comprometimento com o resultado do exame dificulta muitas vezes a aferição da qualidade dos cursos.

“A lei não permite punir. Mas se a pessoa não acerta 20% da prova, é pior que [um desempenho] aleatório. A gente queria fazer com que ele não pudesse se formar, mas teria que mudar a lei”, disse o ministro.

Durante os governos do PT, por exemplo, o MEC já discutiu formas de tentar exigir o compromisso do aluno com o exame. No entanto, as iniciativas esbarraram na impossibilidade de uma prova de avaliação de sistema, feita pelo governo, se sobrepor ao desempenho do aluno ao longo do curso — que, por sua vez, já passa por credenciamento oficial e avaliações de qualidade.

Além dos 3% dos cursos com nota máxima, 5, quase metade (48%) dos cursos avaliados nas instituições privadas (com e sem fins lucrativos) ficaram com conceito 3, o mínimo exigido, e 18% com nota 4. Outros 32% ficaram com as notas 1 e 2.

Já as federais registram 29% dos cursos na nota máxima, 35% com o conceito 4 e 25% estão situados no conceito 3. Pouco mais de 11% ficaram com as notas 1 e 2.

Entre as universidades estaduais, o percentual de cursos com nota máxima foi de 12%. Na outra ponta, 21% tiveram notas 1 e 2.





Continuação da pág. 81

O ensino superior brasileiro registrou em 2018 um total de 8,4 milhões de matrículas. Desse total, 75% estão em instituições privadas.

O ministro minimizou, em entrevista à imprensa nesta sexta, a diferença entre os resultados de instituições públicas e privadas.

"De fato, o total de alunos em cursos conceito 5 estão mais nas públicas, mas existe uma quantidade grande de cursos privados, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos, que estão com desempenho ótimo", disse Weintraub, que ainda ressaltou que os alunos chegam mais preparados nas instituições públicas.

Weintraub não deu detalhes sobre como será o sistema de autorregulação do setor, mas disse que as avaliações federais não serão interrompidas.

"A autorregulação acaba sendo um filtro, se a gente cria autorregulação, aumenta a quantidade de controle, e a gen-

te mantém os controles", diz.

Além da ideia de punir estudantes que não alcancem bom desempenho no Enade, outra proposta em discussão é divulgar a lista de estudantes que tiveram bom desempenho como forma de incentivo à participação. Segundo o ministro, o aluno poderia colocar essa informação em seu currículo, por exemplo.

Os cursos de direito e administração, que registram os maiores volumes de matrículas, estão entre as carreiras avaliadas no último ciclo.

Levando em conta instituições públicas e privadas, a área de administração teve apenas 4,5% de cursos com nota máxima. Em direito, esse percentual foi de 6,9%.

Além dessas duas carreiras, foram avaliados no ano passado alunos concluintes dos bacharelados em administração pública, ciências contábeis, ciências econômicas, design, direito, jornalismo, psicologia, publicidade e propaganda, relações

Enade 2018

% de cursos por conceito



Fonte: Ministério de Educação





internacionais, secretariado executivo, serviço social, tecnologia e turismo.

Também foram avaliados curso superiores de tecnologia, nas seguintes áreas: comércio exterior, design de Interiores, design de moda, design gráfico, gastronomia, gestão comercial, gestão da qualidade, gestão de recursos humanos, gestão financeira, gestão pública, logística, marketing e processos gerenciais.

O resultado do Enade é utilizado para compor o CPC (Conceito Preliminar de Curso), que é a nota de cada graduação. Além do desempenho dos alunos no exame, o CPC também leva em consideração fatores como a organização pedagógica, a infraestrutura e titulação de professores do curso.

Uma nota ruim no CPC (abaixo de 3) pode resultar em punição para as instituições. O Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), responsável pelo sistema de avaliação, ainda não divulgou esse índice.

O resultado do Enade 2018 mostra rendimentos similares entre as modalidades presenciais e a distância. Enquanto 6% dos cursos avaliados a distância tiveram conceito 5, o percentual é de 5,8% nos cursos presenciais.

Isso ocorre no conjunto de cursos avaliados neste ciclo do exame. Apenas 0,5% dos cursos de formação de professores a distância tiveram nota máxima no indicador de qualidade do governo federal divulgado em dezembro passado. Na modalidade presencial, esse percentual é de 2,5%.

Celso Niskier, presidente da ABMES (entidade que representa as instituições pri-



A lei não permite punir [o estudante que vai mal no Enade]. Mas se a pessoa não acerta 20% da prova, é pior que [um desempenho] aleatório. A gente queria fazer com que ele não pudesse se formar, mas teria que mudar a lei

Abraham Weintraub
ministro da Educação

vadas), diz que a diferença do desempenho dos alunos tem relação direta com o perfil e origem dos alunos, que chegam mais qualificados nas instituições públicas. "Precisamos de um novo modelo de avaliação, que considere as diferenças regionais e econômicas entre alunos e instituições, e que dê incentivo para que os alunos façam a prova com dedicação", diz Niskier.

Projeto desenvolve capacidade de liderança de gestores de escolas de SP

DIAS MELHORES

SÃO PAULO Aula, recreio, prova. Quando se pensa na rotina de um colégio, logo vêm à cabeça alunos e professores. Há outras pessoas, porém, que fazem um trabalho para o qual pouco se olha, mas que é essencial para a educação: os profissionais da equipe de gestão.

No ano passado, um projeto implantado em seis escolas estaduais de São Paulo quebrou esse padrão.

O Programa de Desenvolvimento de Diretores e Coordenadores Educacionais mirou os profissionais em postos de liderança nas escolas. Além de diretor e vice, também eram parte do público-alvo os coordenadores das escolas.

Ao longo de 2018, foram trabalhadas com eles habilidades de gestão por meio de sessões individuais de coaching (mentoria) e de workshops que envolviam toda a equipe.

A iniciativa foi desenvolvida pelo EcoSocial, rede de consultores e coaches, com a iniciativa Agathos, seu braço educacional, em conjunto com a

ONG Parceiros da Educação.

Entre os temas abordados estavam como trabalhar melhor em equipe; como manter conversas difíceis com pais, alunos e professores; e como dar retorno sobre o trabalho aos educadores.

Uma missão primordial foi fazer com que os profissionais se conscientizassem sobre o papel deles, diz Marli Pereira da Silva, consultora associada do EcoSocial. "Muitos não se achavam líderes", diz.

Essa distância entre a função e a autopercepção se deve em parte à grande carga burocrática de trabalho e a dificuldades estruturais. Um exemplo que ela dá é o de coordenadores de um colégio que no intervalo ficavam no pátio para supervisionar os alunos, o que lhes tirava tempo que poderia ser investido em questões pedagógicas.

Contornar essas dificuldades, diz Marli, demanda o estabelecimento de objetivos comuns, busca por parcerias, divisão de tarefas e, principalmente, muita conversa. "Quando os profissionais con-



Quando os profissionais conseguem ter um espaço para falar das fragilidades e pensar como mudar, eles se fortalecem

Marli Pereira da Silva
consultora associada do EcoSocial

seguem ter um espaço para falar das fragilidades e pensar como mudar, eles se fortalecem", afirma.

Ao final do projeto, os profissionais tiveram que dar notas ao seu desempenho individual nas competências desenvolvidas e ao das equipes. O resultado das duas avaliações foi muito similar, o que, para Marli, mostra a sintonia entre o grupo após o trabalho;

Diretora da Escola Estadual Princesa Isabel, no Bosque da Saúde (zona sul), Luciana Vieira de Sousa diz que a experiência a ajudou a melhorar a autoconfiança e a organização do tempo, além de mostrar a importância de definir prioridades e dividir tarefas.

"Em vez de fazer junto algumas coisas, passei a delegar e monitorar", afirma.

Sua escola já fazia parcerias com a comunidade e com o setor público e privado e reforçou esse aspecto.

Hoje, na Princesa Isabel há rodas de conversa com os pais e estudantes organizadas por uma ex-aluna psicóloga; atividades de música com a banda da Marinha; meditação na hora do almoço oferecida com uma ONG; e noções de educação ambiental e financeira transmitidas com o auxílio de um instituto.

MEC estuda punição por nota baixa no Enade

Hoje, exame criado para avaliar cursos não traz vantagens nem desvantagens para quem faz; presidente do Inep adianta que ideia é incluir, no próximo edital, uma regra que permita a divulgação da faixa de nota do estudante que participou

Lígia Formenti / BRASÍLIA /

O Ministério da Educação (MEC) estuda formas de punir alunos com desempenho muito abaixo da média no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), prova criada para avaliar cursos de ensino superior. Ideia é incluir, já no próximo edital, uma regra que permita a divulgação da faixa de nota. Isso poderia ser um diferencial na procura de um emprego e um estímulo aos concorrentes.

O Ministério da Educação quer criar mecanismos para que seja possível punir o aluno que tem um desempenho muito abaixo da média no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). A proposta foi apresentada ontem pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub. “O aluno faz a prova como se não houvesse amanhã”, disse, ao comentar os resultados do Enade para os cursos de bacharelado das áreas de Ciências Sociais, Ciências Humanas e para os tecnólogos de Gestão e Negócios, Produção



ABRAHAM WEINTRAUB DESTACOU QUE EA D e turmas presenciais têm desempenho semelhante; cursos de públicas superam os de particulares

Cultural e Design.

Ele atribuiu parte do baixo desempenho à falta de incentivo para a realização das provas. A participação no exame é obrigatória, sob pena de atraso na colação de grau. O desempenho, contudo, não traz vantagens ou desvantagens para o estudante. Diante desse cenário, avalia, parte dos alunos acaba entregando a prova em branco. Ele destacou resultados abaixo do percentual de acerto com respostas aleatórias. “Eu gostaria que essa pessoa não pudesse se formar”, disse.

A ideia é também criar mecanismos positivos. E esse seria o primeiro passo da estratégia. O presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Alexandre Lopes, afirmou que a ideia é incluir, no próximo edital, uma regra que permita a divulgação da faixa de nota do estudante que

participou do exame. Isso seria feito, por exemplo, para aqueles que tivessem um nível de acerto entre 60% e 80% e na outra linha, para aqueles que tivessem um acerto acima de 80%. Tal mecanismo, na avaliação de Weintraub, poderia ser usado como incentivo, sobretudo no momento em que o estudante for procurar uma colocação no mercado de trabalho.

“Nada será feito a fórceps”, disse o ministro. A ideia é que mudanças nas regras de avaliação sejam discutidas com especialistas. Parte delas, de acordo com Lopes, poderá ter aplicação imediata. Outra necessitará de portaria ou de mudança na lei. Lopes afirmou que a ideia é apresentar até o fim do ano um conjunto de sugestões. Públicas. Os resultados do Enade mostram um desempenho superior em cursos dados em instituições públicas. Ao mostrar os dados, porém, o ministro destacou a pequena diferença nos





resultados entre cursos presenciais e a distância.

O levantamento preparado pelo Inep mostra que 12,2% dos cursos a distância tiveram classificação 4 e 5, maior do que o resultado médio. Nos cursos presenciais, a fatia que ficou com essa classificação é de 20,8%. Na outra ponta, 28,4% dos cursos a distância tiveram conceito mais baixo que a média (1 e 2), ante 18,1% dos cursos presenciais.

A comparação, contudo, tem universos bem distintos. Foram considerados no Enade 376 cursos com ensino a distância e 7.642 presenciais. O presidente do Inep atribuiu a diferença ao fato de que alguns cursos, como Direito, não apresentarem a modalidade a distância.

Defesa. Apesar da grande diferença do universo analisado, Weintraub avalia que o desempenho das duas formas de ensino é semelhante para os cursos que fizeram parte deste Enade. Para ele é uma realidade da qual não há como escapar. “É uma modalidade mais eficiente do ponto de vista econômico.”

Adesão

O governador João Doria (PSDB) confirmou ontem a adesão de São Paulo ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, proposto pela gestão Jair Bolsonaro.

Exame é visto com ressalvas até para avaliar cursos

Especialistas e representantes do setor do ensino superior ouvidos pelo Estado lembraram que o Enade foi criado para avaliar a qualidade dos cursos e não o conhecimento dos alunos. “Há alguns anos questionamos se o formato e conteúdos cobrados são os mais adequados”, disse Maria Helena Guimarães, do Conselho Nacional de Educação (CNE) e ex-secretária executiva do Ministério da Educação.

Simon Schwartzman, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior, disse que o Enade tem matriz curricular genérica, já que avalia cursos do País todo. Por isso, vem sendo apontado como insuficiente. Um relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, na sigla em português), divulgado em dezembro, avaliou que o Enade tem objetivos “irreais”, falha na tarefa de atestar a qualidade das graduações e pode inibir inovações.

Sólon Caldas, diretor executivo da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (Abmes), lembrou que o setor defende há anos que essa nota seja incluída no histórico escolar. “Seria uma motivação”, disse.

ANÁLISE:

Mudança exigiria mais dinheiro e mais segurança

Renata Cafardo

Diferentemente do Enem, o Enade não foi pensado para avaliar o aluno e, sim, os cursos de graduação. Isso não quer dizer que tecnicamente a prova não poderia ser usada para isso, mas a proposta do ministro Abraham Weintraub não seria assim tão fácil de ser colocada em prática.

Primeiramente porque o exame não é feito todo ano por todos os estudantes de todos os cursos. As notas divulgadas agora são de 2018, quando foram avaliados Direito, Administração e Jornalismo. Essas mesmas áreas só serão testadas novamente daqui a três anos. Portanto, mesmo se o pior aluno de Direito se formar em 2020, ele não poderá ser punido pelo ministro da Educação. Para que o exame passe a avaliar todas as áreas, todos os anos, ele precisa triplicar de tamanho, o que custa dinheiro. O Enem, por exemplo, custa cerca de R\$ 500 milhões por ano. Já o Enade sai por volta de R\$ 50 milhões.

Em segundo lugar, se a nota ruim do Enade passasse a condicionar a formatura, o exame ganharia valor. O mesmo valor que ganhou o Enem, em 2009, quando passou de uma simples prova para avaliar estudantes para uma nota que serviria para

garantir uma vaga na universidade. Para quem não se lembra, assim que o governo Lula mudou o objetivo do Enem, a prova foi roubada da gráfica e conseqüentemente anulada, depois que o Estado revelou a fraude.

Isso quer dizer que o Enade teria de ser feito com muito mais segurança do que tem hoje, o que implica mais gente, mais tecnologia, mais dinheiro. O MEC não parece ter verbas sobrando para fazer crescer o exame.

Quem se importa mesmo com o Enade são as universidades privadas, que usam a nota do curso para publicidade e atrair mais alunos. Há anos elas fazem lobby para que a prova valha alguma coisa. Weintraub ora defende as faculdades particulares, ora diz para elas se virarem. As declarações de ontem parecem muito mais só declarações. Weintraub gosta de falar para a plateia dos revoltados e “contra tudo que está aí”.

Esse é o público que lhe resta. Reclama, xinga, aparece. Enquanto isso, na verdade, prepara projeto para uma autorregulação das faculdades e universidades privadas, que, pelo contrário, tiraria qualquer valor do Enade.

Aluno não é todo mundo

RITA SCHANE

Especialista em pareceres pedagógicos
do Sistema de Ensino Aprende Brasil

"Você não é todo mundo." O velho bordão de mães e pais pode parecer apenas uma resposta negativa padrão para pedidos dos pequenos, mas diz muito sobre como precisamos olhar para nossas crianças. A questão da alfabetização no Brasil é um exemplo. O Plano Nacional de Educação (PNE) diz que a criança pode ser alfabetizada até o terceiro ano do ensino fundamental, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) até o segundo ano e, recentemente, o Pacto Nacional pela Alfabetização ressalta que esse processo deve ocorrer, preferencialmente, no primeiro ano do ensino fundamental.

Como resultado desse desencontro e de outras questões referentes à alfabetização, temos os resultados mais recentes da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), em que encontramos uma taxa de 54% dos alunos concluintes do 3º ano com desempenho insuficiente no exame de proficiência em leitura. Isso nos leva a crer que os professores estão desamparados e necessitando de auxílio, sem saber o que mais pode ser feito diante da cobrança de toda a comunidade para que os alunos sejam alfabetizados o mais rápido possível.

Bom, como "você não é todo mundo", o aluno

também não é! Em uma turma de 20 ou 30 alunos, sabemos que eles não serão alfabetizados no mesmo período, a partir da mesma metodologia, em um mesmo ano. Cada um tem seu ritmo e seu tempo. Talvez o professor precise repetir muitas e muitas vezes a mesma coisa para os mesmos alunos, ou tenha que mudar o percurso para que somente um deles aprenda daquele jeito e naquele momento. Ou seja, é necessário conhecer cada aluno e a forma como ele, em especial, aprende. Esse aluno pode ser auditivo, visual, cinestésico... e, por isso, a escola apresenta tantas dificuldades nesse sentido, precisando conhecer a forma como cada um se conecta com o conhecimento e, ainda, o seu percurso educacional individual.

Relato aqui uma das observações que tenho feito ao longo da minha carreira – nada científico, mas recorrente. Anos atrás, tínhamos cinco ou seis alunos por turma que chegavam ao terceiro ano e não liam ou não escreviam; hoje, em uma turma de 30, às vezes, 15, 16, 17 não têm sucesso na alfabetização. O que se percebe é que as crianças são diferentes e estão, cada vez mais, exigindo da escola novas e diferentes formas de ensinar. A educação é movimento, porque a vida é movimento, estamos em evolução e não podemos ensinar como ensinávamos antes – porque essas crianças não são as mesmas. Elas têm necessida-

des e especificidades que fazem parte de um contexto específico: o do século 21.

Digo isso porque há mais de 10 anos trabalho com a formação de professores e venho constatando, também, que o que se ensina no ensino superior, atualmente, não está dando conta da realidade encontrada nas salas de aula. A maioria dos professores não sai pronta para trabalhar com esses alunos. E são inúmeros os fatores que contribuem para tal situação, que vão desde questões familiares, interesses individuais dos alunos, questões que envolvem a inclusão, papel e finalidade da escola nos dias atuais, enfim... assuntos, esses, para uma outra conversa.

Assim, devemos parar de nos preocupar com o momento "ideal" para a alfabetização, mas, sim, que ela ocorra verdadeiramente, de forma justa e com encantamento, seja no primeiro, segundo ou terceiro ano – tempo esse convencionado pelas políticas públicas educacionais. Paremos de tentar enquadrar nossas crianças em caixas e passemos a enxergá-las como realmente são: seres humanos únicos e que têm necessidades, desejos e particularidades, além de tempos e ritmos diferentes para o "aprender". Necessitam de acolhimento, empatia, atenção e o nosso comprometimento. Afinal, elas não são "todo mundo" e, muito menos, as vilãs dessa história!

ENADE »

Ministro lamenta falta de empenho e punição

Weintraub (C) diz que resultados do Enade não expressam realidade, pois universitários não levam exame a sério

Ao divulgar balanço do exame, Weintraub aponta pouca seriedade de alunos, o que distorce resultados

» MARIA EDUARDA CARDIM

Dos 8.821 cursos avaliados no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) em 2018, apenas 492 tiraram nota máxima. Os números foram apresentados ontem pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Ao comentar os resultados, o ministro Abraham Weintraub afirmou que o aluno que faz a prova “de qualquer maneira”

impede que o governo tenha um termômetro adequado sobre a qualidade do ensino superior.

Para tentar mudar essa realidade, Weintraub destacou que o governo federal estuda ações para punir os estudantes que apresentem baixo desempenho no Enade. Para o ministro, o aluno que acerta apenas 10% das questões não deveria nem estar apto para receber o diploma.

“Não temos como punir pessoas que acertam menos de 20% da prova. A vontade seria essa. A pessoa que faz a prova e acerta 10% das questões não deveria se formar e receber o diploma”, defendeu, apesar de reconhecer que o

universitário não tem coisa alguma que o estimule a prestar um bom exame.

“O aluno pode chegar lá e fazer a prova como se não houvesse amanhã. Ele não tem nenhum incentivo individual para fazê-la de forma correta. Com isso, não temos como mensurar adequadamente se aquela instituição teve um bom desempenho de fato”, lamentou o ministro.

O desempenho dos estudantes que fizeram o exame é o que define como os cursos são classificados, em um conceito de 1 a 5, sendo 5 a nota máxima. Em 2018, 462 mil alunos fizeram a prova, sendo 85% estudantes de instituições privadas.

“Me preocupo com os dados. Para ter um bom planejamento e uma boa gestão, precisamos dos instrumentos para ler o que está acontecendo”, explicou.

O Enade é obrigatório, e quem não se submete a ele fica impedido de receber o diploma, porque a legislação classifica a prova como um componente curricular obrigatório. Ainda assim, conforme salientou o ministro, não há nenhuma punição severa para quem não faz a prova.

“Atrasa uns sete meses a colação (de grau). Dá mais trabalho não fazer o exame do que fazer. É ruim para a sociedade, porque não temos um





bom termômetro do ensino superior", insistiu.

Segundo o presidente do Inep, Alexandre Lopes, o estudante que faltar ao Enade precisa passar por um processo de regularização semelhante ao de um eleitor que deixa de votar. Para normalizar a situação, o aluno deve justificar a ausência ante a instituição em que estuda ou junto ao Inep. E, caso a explicação não seja aceita, tem que esperar a análise do Instituto para o caso.

Divulgação de melhores

Uma possível mudança, no sentido de estimular o universitário a levar a sério o Enade, é a divulgação dos nomes dos melhores alunos por faixa de desempenho, uma vez que é proibido divulgar a nota exata de cada participante.

"Queremos divulgar os alunos que tiveram os melhores resultados como

forma de incentivo. Para que possam colocar isso no currículo e buscar uma vaga de emprego", ressaltou o presidente do Inep. A mudança pode ser estudada para inclusão no edital de 2020.

O baixo desempenho das universidades pode ser visto na classificação dos cursos que mais tiveram estudantes inscritos no Enade. É o caso de Administração e Direito que, juntos, representam 48,5% do número total de inscritos. Ao todo, os cursos levaram 227 mil alunos a fazerem a prova.

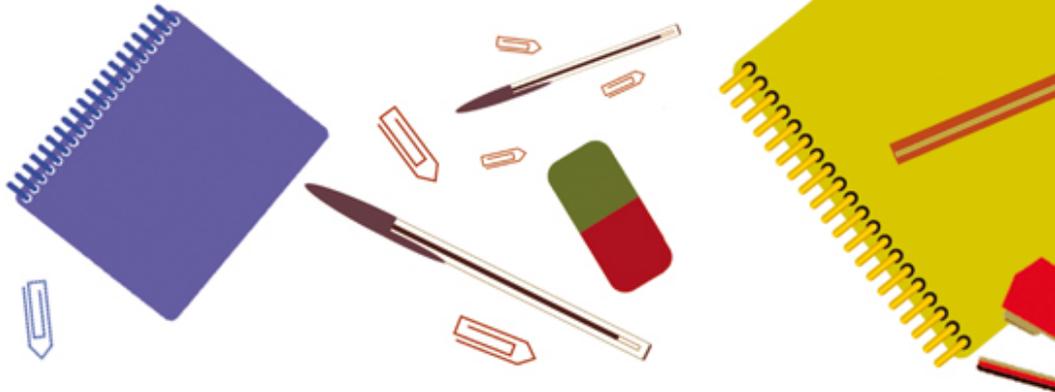
A maioria foi classificada com notas 3 e 2. No caso de Administração, 51% dos cursos tiveram conceito 3, e 22,2% tiveram nota 2. A avaliação dos cursos de Direito segue na mesma direção: 43,4% tiraram nota 3, e 33,8% ficaram com 2. Do total analisado, 3.830 cursos foram classificados como conceito 3.





Raios-X da educação superior

Veja os resultados do Enade 2018



462.242

estudantes
fizeram o
exame

1.791

instituições
de ensino
superior
foram
avaliadas,
sendo 87%
privadas

8.821

cursos
foram
avaliados
no Enade

Administração
e direito são
os cursos que
mais tiveram
alunos
inscritos no
exame

48,7%

dos estudantes
que fizeram o
Enade tinham
financiamento
público, como
Fies ou ProUni



Classificação dos cursos
por conceito* de 1 a 5
(sendo 5 a maior nota)

Conceito 1 = **311** cursos

Conceito 2 = **2.198** cursos

Conceito 3 = **3.830** cursos

Conceito 4 = **1.689** cursos

Conceito 5 = **492** cursos

Sem conceito = **301** cursos

ENADE » Bolsistas dão valor

Dos estudantes que chegaram ao último ano da graduação, 48,1% receberam algum tipo de bolsa ou financiamento durante o curso. Outros 15,7% dos concluintes estudam em instituições públicas. Os dados foram divulgados ontem pelo Inep, que apresentou o resultado do Enade para os cursos de bacharelado das áreas de Ciências Sociais, Ciências Humanas e os tecnólogos de Gestão e Negócios, Produção Cultural e Design.

A cada ano o Enade se dedica a um ciclo avaliativo trienal. Entre os concluintes desses cursos, 30,3% chegaram ao final da graduação porque conseguiram o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) ou uma bolsa do Programa Universidade para Todos (ProUni), ambos do governo federal. Outros 17,8% conseguiram bolsas e financiamento com a própria instituição privada ou por empresas e organizações não governamentais (ONGs).

Dados do Censo da Educação Superior também mostram que alunos com bolsa ou financiamento são os que menos abandonam ou desistem de concluir a graduação.

Criado em 2004, o Enade é obrigatório para conclusão da graduação em instituições de ensino privadas e nas públicas federais, e integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

Pela infância e adolescência

Amanhã, todos os brasileiros de 16 anos ou mais, com Título de Eleitor regular, serão chamados a comparecer às zonas eleitorais das 8h às 17h, onde votaram em 2018, para escolher os integrantes dos conselhos tutelares. É uma oportunidade de contribuir para a eleição de pessoas comprometidas com a proteção de crianças e adolescentes. O conselho é um órgão permanente e autônomo, que tem a responsabilidade de zelar pelos direitos humanos de crianças e jovens, e amparar aqueles que foram abandonados ou vítimas de quaisquer manifestações de violência.

O Brasil está entre os cinco países mais violentos para crianças e jovens. Os homicídios de adolescentes entre 15 e 19 anos vêm aumentando desde a década de 1980. Em 2017, 35.783 foram assassinados. Nos últimos 10 anos, 51,8% dos óbitos foram de jovens nessa faixa etária. Segundo o Atlas da Violência 2019, elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Com frequência, há quem denuncie ou reclame da violência juvenil, mas poucos são os que param para perguntar a si mesmo o que estão fazendo ou podem fazer para que crianças e jovens tenham um futuro melhor. Entra e sai década, nada acontece para mudar a realidade entre essa parcela da população.

De 1990 a 2015, o índice de crianças fora da escola caiu de 19,6% para 6,5%, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad, 2015). A mesma sondagem revelou que 2,8 milhões de meninos e meninas estavam fora da sala de aula. Mostrou mais ainda: os excluídos eram pobres, negros, indígenas e quilombolas.

Muitas crianças e adolescentes foram vítimas da crise econômica iniciada em 2014. Abandonaram os estudos por empregos precários para colaborar com a renda familiar.

Nem todos esses dados colhidos por instituições governamentais levam, porém, a mudanças substantivas. Pelo contrário. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), vigente há 29 anos, nunca foi cumprido pelo poder público, como estabeleceram os legisladores em sintonia com as reivindicações da sociedade.

Infelizmente, as eleições para os conselhos tutelares foram transformadas em cabo de guerra entre religiosos e são ambicionadas por pessoas completamente despreparadas para tais funções, de olho apenas no salário e na estabilidade por quatro anos. Os fundamentalistas querem as vagas para eliminar o debate sobre liberdade de gênero nas escolas e muitos avanços conquistados nos últimos anos. A laicidade do Estado está ameaçada por uma visão teocrática medieval.

Diante desse quadro tão adverso e injusto com crianças e jovens, a escolha de conselheiros tutelares é vital. É preciso escolher pessoas comprometidas, que retirem da invisibilidade as demandas de crianças e jovens. Cresce a responsabilidade de cada votante com a composição do órgão que defenderá e cobrará das autoridades, em parceria com o Ministério Público, políticas públicas voltadas ao desenvolvimento e ao bem-estar de meninas e meninos. De nada adianta repetir que crianças e jovens são o futuro, se, no presente, estão entregues ao deus-dará.



Cerca de 6% dos cursos avaliados no Enade 2018 tiraram nota máxima

A maior parte é ofertada por instituições públicas federais

Por Mariana Tokarnia -
Repórter da Agência Brasil
Brasília

Em 2018, 492 cursos superiores tiraram a nota máxima no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), de acordo com dados divulgados hoje (4) pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Esses cursos correspondem a cerca de 5,8% do total de 8.520 que tiveram o desempenho divulgado.

A maior parte desses cursos é ofertada por instituições públicas federais, 199, seguida por instituições privadas sem fins lucrativos, que ofertam 123; privadas com fins lucrativos, que ofertam 117; públicas estaduais, 52; e um deles é ofertado por instituição pública

municipal. Ao todo, foram avaliados nesses cursos 25,2 mil estudantes.

Os resultados são referentes ao Conceito Enade, indicador calculado com base no desempenho dos estudantes no Enade 2018.

O Enade é um exame feito por estudantes - ao final dos cursos de graduação - para avaliar conhecimentos, competências e habilidades desenvolvidas ao longo do curso. Levando em consideração o desempenho dos estudantes nas provas, os cursos são classificados seguindo uma escala de 1 a 5.

O conceito 3 reúne a maior parte dos cursos. Aqueles que tiveram um desempenho menor que a maioria recebem conceitos 1 ou 2. Já os que tiveram desempenho superior à maioria recebem 4 ou 5. De acordo com os resultados

divulgados, 1.689 cursos obtiveram conceito 4 e 3.830 obtiveram conceito 3.

Abaixo da média

Na outra ponta, mais de um quarto dos cursos avaliados no Enade do ano passado obtiveram desempenho “abaixo da média” na avaliação - ao todo, 2.509, ou seja, cerca de 29% obtiveram conceitos 1 e 2.

A maior parte desses cursos, 1.397, é ofertada por instituições privadas de ensino superior com fins lucrativos; 864 são ofertados por instituições privadas sem fins lucrativos; 76 por instituições públicas federais; 90 por públicas estaduais; 73 por públicas municipais; e 9 por instituições especiais.

Ao todo, 149.209 estudantes são atendidos por essas instituições de ensino. Eles representam um terço, 34%, dos 439.044 estudantes que participaram do Enade e tiveram notas divulgadas.





Direito e Administração

Em 2018, os cursos de administração e direito representam 48,5% do total de inscritos no Enade.

De acordo com o Inep, 23,8% dos cursos de administração avaliados obtiveram Conceito Enade 1 ou 2; 51% obtiveram conceito 3; 20,7%, conceito 4; e, 4,5%, conceito 5. Entre esses cursos, a média da nota geral dos estudantes no exame foi 38,4 de um total de 100 pontos.

Entre os cursos de direito, 36,7% obtiveram conceitos 1 ou 2; 43,4% obtiveram conceito 3; 13% conceito 4; e, 6,9%, conceito 5. A média da nota geral dos estudantes foi 41,3.

O Enade, para todas as áreas, é composto de 40 questões. Elas são divididas em formação geral, que abrange

aspectos da formação profissional do estudante; e componente específico, elaborado para cada uma das áreas avaliadas. A parte específica corresponde a 75% da nota e a geral, a 25%.

Enade 2018

Em 2018, cerca de 462,2 mil estudantes de 10,6 mil cursos de aproximadamente 1,8 mil instituições de ensino participaram do Enade. Nem todos os cursos atenderam a todos os quesitos para o cálculo do Conceito Enade.

Foram avaliadas as seguintes áreas com cursos de bacharelado: administração; administração pública; ciências contábeis; ciências econômicas; comunicação social – jornalismo; comunicação social - publicidade e propaganda; design; direito; psicologia; relações internacionais;

secretariado executivo; serviço social; teologia; e turismo.

Foram avaliados também os cursos superiores de tecnologia em comércio exterior; em design de interiores; design de moda; design gráfico; gastronomia; gestão comercial; gestão da qualidade; gestão de recursos humanos; gestão financeira; gestão pública; logística; marketing; e processos gerenciais.

Desempenho do estudante

No boletim do estudante, todos aqueles que fizeram o Enade no ano passado têm acesso às notas individuais, bem como às notas gerais por curso, por região, por unidade da Federação, por área de avaliação e a nota nacional, para comparação. O boletim é acessado pelo sistema Enade por meio de senha individual.



Estado de São Paulo adere ao programa de escolas militares do MEC

Por Camila Boehm -
Repórter da Agência Brasil
São Paulo

O estado de São Paulo decidiu aderir ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares do Ministério da Educação (MEC). De acordo com o governador João Doria, a decisão ocorreu após esclarecimentos prestados ontem pelo ministério ao secretário de Educação do estado.

“Nós pedimos uma análise mais profunda do secretário de Educação, Rossieli Soares, que foi ministro da Educação, e de forma muito conscienciosa. Hoje de manhã, o secretário me disse que é possível a

aprovação. Portanto São Paulo vai aderir”, disse Doria aos jornalistas ontem (3), durante passagem por Brasília.

O MEC vai liberar R\$ 54 milhões para o programa em 2020, sendo R\$ 1 milhão por escola. O dinheiro será investido no pagamento de pessoal em algumas instituições e na melhoria de infraestrutura, compra de material escolar e reformas, entre outras intervenções.

As escolas em que haverá pagamento de pessoal são as que fizerem parceria com o MEC e o Ministério da Defesa, que contratará militares da reserva das Forças Armadas para trabalhar nos estabelecimentos. A duração

mínima do serviço é de dois anos, prorrogáveis por até dez, podendo ser cancelado a qualquer tempo. Os profissionais vão receber 30% da remuneração que recebiam antes de se aposentar.

Os estados poderão ainda destinar policiais e bombeiros militares para apoiar a administração das escolas. Nesse caso, o MEC repassará a verba ao governo, que, em contrapartida, investirá na infraestrutura das unidades, com materiais escolares e pequenas reformas.

Os militares irão atuar como monitores, acompanhando os alunos e fazendo contato com as famílias.